

TRANSCRIÇÃO

Segurança alimentar e nutricional

Oficina

*EXECUÇÃO DO PROJETO
CONSUMO SAUDÁVEL DENTRO
E FORA DAS ESCOLAS*

20 de fevereiro



Auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça

Avenida Álvares Cabral, 1.690, 1º andar - Bairro Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG



PÚBLICO-ALVO:
Sociedade em geral

Escola Estadual de Defesa do Consumidor

<https://eedc.mpmg.mp.br/>

PROCON-MG
Programa Estadual de Proteção
e Defesa do Consumidor

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

PROGRAMAÇÃO

09:00 – Abertura

Antônio Sérgio Tonet, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)

Amauri Artimos da Matta, Procon-MG/MPMG

Luciano Benetti Timm, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

Kellen Silva Senra Nunes, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)

Marina Nogueira - Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH)

Suely Duque Rodarte, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/MG (Undime/MG)

Zuleica Reis Ávila, Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep/MG)

09:10 – Apresentação de número artístico – músicas: *Alimento Ultraprocessado: Diga Não!*, *Alimento Processado e Alimento Natural: É a Melhor Refeição* - e comentários sobre Segurança Alimentar e Nutricional

Expositores:

Alunos da Escola Estadual José da Silva Couto (Projeto Pequeno Poeta)

Amauri Artimos da Matta, Procon-MG/MPMG

Valéria Regina Martins Vieira, Fundação Ezequiel Dias (Funed)

09:40 – Política Nacional de Defesa do Consumidor: Ações Estratégicas

Expositor: Luciano Benetti Timm, Senacon

10:20 – O papel das instituições parceiras na execução do Projeto Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas

Expositores:

Amauri Artimos da Matta, Procon-MG/MPMG

Suely Duque Rodarte, Undime/MG

Kellen Silva Senra Nunes, SEE/MG

Zuleica Reis Ávila, Sinep/MG

11:30 – Política de Segurança Alimentar e Nutricional nas Escolas Mineiras (Lei n.º 15.072/2004; Decreto n.º 47.557/2018; Resolução CAISANS SEPLAG n.º 02/2018)

Expositor: Charles Daniel França Salomão, MPMG

12:20 – Intervalo

14:00 – Conceito, dimensões e ações de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Belo Horizonte

Expositora: Darklane Rodrigues Dias, Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

14:45 – Cardápio Escolar

Expositora: Regina Rodrigues de Oliveira, Conselho Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde

15:30 – Programas e Projeto sobre Segurança Alimentar e Nutricional

Expositores:

Ariane Maira Chaves Vilhena, Sebrae (Programa Nacional de Educação Empreendedora)

Luciana Araújo Vacari Dorim, SESC (Programa Mesa Brasil)

Ana Cristina Bahia Paiva, Instituto Mineiro de Agropecuária (Projeto Sanitaristas Mirins)

Luciana Neri Nobre, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Programa de Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional - EAN)

17:00 – Intervalo

17:25 – Noções Básicas sobre o Código de Defesa do Consumidor

Expositor: Rariúcha Amarante Braga Augusto, Procon Municipal de Contagem

18:10 – Encerramento

TRANSCRIÇÃO DA OFICINA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXECUÇÃO DO PROJETO CONSUMO SAUDÁVEL DENTRO E FORA DAS ESCOLAS, 20/02/2019.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Bom dia a todas e a todos. Pedimos que se posicionem para darmos início. O Ministério Público de Minas Gerais tem a honra de recebê-los para a Oficina Sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Execução do Projeto Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas. Planejado pelo Procon-MG, órgão integrante do MPMG, esta oficina tem como objetivo capacitar os representantes de Procons mineiros para que tenham condições de apoiar a execução do Projeto Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas, e ainda estimular a abordagem do tema Segurança Alimentar e Nutricional nas Escolas Públicas e Privadas do Estado de Minas Gerais.

Para darmos início, convidamos para a Mesa de abertura o Procurador-Geral de Justiça Antônio Sérgio Tonet.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Secretário nacional do Consumidor, Senacon, Luciano Timm.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: A superintendente de Políticas Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação, Kellen Silva Senra Nunes, representando a Secretaria de Estado de Educação.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Representando a Secretaria Municipal de Educação, Profa. Marina Nogueira.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Diretora-executiva da Undime, Suely Duque Rodarte.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais, Zuleica Reis Ávila.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Convidamos ainda o presidente do Fórum dos Procons Mineiros,

Eduardo Schröder.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Em respeito às vítimas de Brumadinho, solicitamos um minuto de silêncio.

Muito obrigado. Podem se assentar.

Para a mensagem de abertura, fala agora o Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet.

SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET: Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria, nesse ato, de declarar aberta a Oficina sobre Segurança Alimentar e Nutricional e o Projeto Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas. E nesse ato, saudar inicialmente meu grande amigo, promotor de Justiça e Defesa do Consumidor e também coordenador do Procon-MG, um grande entusiasta da causa da defesa do consumidor, não só em Minas Gerais, mas também no Brasil. Ele vem imprimindo um trabalho, juntamente com toda a sua equipe, fantástico no Procon-MG. Muito obrigado por mais essa iniciativa, Dr. Amauri.

Cumprimentar também o nosso secretário nacional do Consumidor, Senacon, o Luciano Timm. Muita alegria tê-lo conosco nesse seu início de trabalho e gostaria de desejar uma excelente gestão na Senacon, e dizer que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Procon-MG e toda a rede de Procons municipais será um grande braço armado da Senacon, do governo federal também, na defesa dos direitos do consumidor. Muito obrigado pela presença e pela iniciativa que a Senacon vem adotando.

Gostaria de cumprimentar também a superintendente de Políticas Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação, Kellen Silva Senra Nunes, representando a secretária de Estado de Educação. Não há como o Procon, o Ministério Público e as instituições desenvolverem um trabalho conjunto, harmônico, sem a presença do estado. E nesse sentido, a Secretaria de Educação também desenvolve um papel muito importante.

Representando a Secretaria Municipal de Educação, cumprimento também a Profa. Marina Nogueira. O município de Belo Horizonte, especificamente, e todos os municípios do estado também têm desenvolvido trabalhos preventivos principalmente na defesa do consumidor, e essa parceria tem sido muito profícua entre as instituições.

Cumprimentar também a diretora-executiva do Undime-MG, Dra. Suely Duque Rodarte. Muito obrigado também pela presença, pelo apoio e pela parceria constante.

Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais, Zuleica Reis Ávila. As escolas particulares também têm desempenhado um papel muito importante na educação, principalmente dos nossos jovens, com relação ao consumo saudável, aos direitos do consumidor. Nós, que somos pais, temos observado isso, uma preocupação constante das escolas com relação à educação alimentar e os direitos do consumidor.

E, por fim, o presidente do Fórum dos Procons Mineiros, Eduardo Schröder, aqui presente. E dizer que a parceria dos municípios tem sido uma constante. O Ministério Público não teria condições, o nosso Procon estadual não teria condições de ter uma capilaridade tão forte, não fossem os Procons municipais. Essa parceria então deve ser sempre elogiada, e mantida, e aumentada.

Em nome do Ministério Público, meus senhores, minhas senhoras, servidores do Ministério Público, colegas, promotores de Justiça da capital e do interior, sociedade civil que aqui se encontra para mais esse evento promovido pelo Procon. Em nome do Ministério Público, gostaria de agradecer o apoio e dizer que as ações conjuntas são sempre a melhor solução. O tema Segurança Alimentar e Nutricional, uma prioridade da defesa do consumidor no biênio 2018-2019, é muito mais que consumir um alimento de qualidade. É um tema transversal, que envolve toda a cadeia alimentar. Na produção, temos a agricultura familiar, incentivada pelo governo através da concessão de crédito, da capacitação técnica dos trabalhadores e da regularização da atividade do produtor, para que possa participar das licitações do governo. Nas escolas públicas, a lei exige que 30% das compras sejam feitas da agricultura familiar, é um mínimo que pode e deve ser ampliado.

Com o plantio de sementes naturais e a não utilização de agrotóxicos, reduz-se a contaminação do solo, dos rios e dos alimentos, preservando o meio ambiente e a saúde das pessoas. Ao cultivar alimentos tipicamente regionais, o produtor resgata a nossa cultura, amplia a sua renda e a dos trabalhadores rurais e fomenta também a economia local, gerando empregos e riquezas. Enriquece, portanto, o município, e diminui a sua dependência dos grandes centros, segurando o homem no interior, as famílias. Passando ao consumo, o objetivo principal é combater a fome dos que necessitam e estão em situação de extrema pobreza, que é um postulado da Constituição da República, através das políticas de distribuição de renda, com as necessárias contrapartidas de quem recebe o auxílio.

Por exemplo, para receber o Bolsa Família, a mãe deve levar o filho menor de 7 anos ao posto de saúde, para ter o seu crescimento monitorado. Mensalmente, se estiver grávida, a sua gestão é que será acompanhada. Além da distribuição de cestas básicas da merenda escolar, os governos incentivam as empresas a doarem os alimentos que não são comercializados, estando bons para o consumo. Recebem as doações as instituições públicas e privadas que abrigam pessoas necessitadas. Isso é feito pelos bancos de alimentos. Por outro lado, há uma série de programas públicos cujo objetivo é fornecer um complemento alimentar para as pessoas com necessidades especiais. Vitaminas e sais minerais, como a vitamina A e o ferro, são integrantes da luta do poder público contra as doenças crônicas causadas pela insuficiência nutricional. Há ainda os cuidados com a amamentação. Somando a isso, há o controle da qualidade dos alimentos, que se faz com a fiscalização dos órgãos de defesa do consumidor e da Vigilância Sanitária.

Há, na base de tudo, e na base de tudo está a educação, educação para o consumo alimentar, que o Programa Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas quer trabalhar com professores e aluno de Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas das nossas Gerais. Pretende-se mudar os hábitos alimentares da população, que apresenta um consumo excessivo de alimentos industrializados, com alto teor de açúcar, gordura e sal, e um baixo consumo de alimentos naturais, que devem ser a base da nossa alimentação. Esses fatores de risco, aliados ao excesso de peso e níveis altos de colesterol, ao consumo abusivo de álcool, ao tabagismo e à inatividade física são responsáveis por mais de 70% das causas das mortes no país, como doenças cardiovasculares, diabetes e câncer. A situação é delicada e tornou-se um problema de saúde pública. Todos os parceiros nesta ação estão confiantes de que a próxima Semana do Consumidor, de 11 a 17 de março de 2019, será um marco para a segurança alimentar e nutricional dos mineiros. Nela, serão iniciados os trabalhos nas escolas e, ao longo do ano, poderemos reforçar cada vez mais a consciência para um consumo saudável dentro e fora da escola.

Eu não poderia deixar de registrar, antes de encerrar essa minha manifestação, na esteira do nosso minuto de silêncio, de registrar a enorme consternação que nós estamos vivendo, em razão da tragédia, do crime ambiental e humano que ocorreu em Brumadinho, há quase um mês. Nós estamos com todas as nossas boas energias, as instituições públicas e privadas estão cerrando fileiras, não só para socorrer as vítimas, não só para apurar as causas criminosas desta tragédia, não só para punir os responsáveis, mas também para enfatizar ainda mais nesse momento a necessidade do trabalho preventivo, não só do Ministério Público, mas de todas as instituições. E,

no âmbito da defesa do consumidor, o nosso trabalho preventivo, ele é muito acentuado, ele é muito importante.

Sem esse trabalho preventivo nas grandes políticas públicas, o que nós estamos a fazer, muitas vezes, é enxugar gelo, lamentar tragédias, lamentar a exposição de milhões de consumidores a alimentos impróprios, a políticas públicas e privadas, muitas vezes, inadequadas. Então, eu tenho falado muito da necessidade da sociedade, dos empresários, dos políticos, compreenderem melhor e apoiarem mais o trabalho dos órgãos reguladores, dos órgãos fiscalizadores do Ministério Público, na atividade preventiva. Que se isso tivesse um papel mais concreto, uma aceitação mais concreta, nós não estaríamos, por exemplo, há três anos, tentando mudar em vão a legislação que trata da segurança dessas barragens. Então, nesse momento, é um momento oportuno, infelizmente, de ressaltar esse papel.

Então, com essas considerações, eu gostaria mais uma vez de agradecer às nossas autoridades aqui presentes, que vieram prestigiar esse evento, elogiar mais uma vez o trabalho do Amauri, do Procon e dos seus assessores, das suas assessoras. Ver também com bastante alegria que essa Mesa é composta majoritariamente por mulheres, essa plateia é composta majoritariamente por mulheres também, isso é um sinal de que, na causa de defesa do consumidor, do cidadão, as mulheres estão à frente já há muito tempo. Então, nós precisamos também colocar essa vanguarda também em outras áreas, para que possamos ter um rendimento muito melhor. Com essas considerações, eu agradeço a presença de todos e meu muito obrigado a todos.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Terminados os discursos, solicitamos que os componentes da Mesa se direcionem aos lugares reservados no auditório.

Assistiremos agora à apresentação dos alunos da Escola Estadual José da Silva Couto, integrantes do Projeto Pequeno Poeta.

[aplausos]

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Bom dia a todos. Eu me chamo Valéria, eu respondo atualmente pela chefia do Serviço de Análise de Rotulagem da Fundação Ezequiel Dias. E a Fundação Ezequiel Dias, ela é um parceiro nesse projeto tão belíssimo, e a gente vai replicar, conversar aqui com vocês, como que a gente faz nas escolas.

Bom dia, pessoal! Eu sou um consumidor saudável. Vocês sabem o que é ser um consumidor saudável? É aquele que se preocupa em escolher bem os alimentos, porque ele sabe que isso é importante para sua saúde. Vocês são consumidores saudáveis? Eu vou fazer aqui algumas perguntas para vocês e depois essas lindas crianças vão cantar, e eu queria que vocês fossem bem sinceros. Vocês preferem comer uma batata cozida ou uma batata chips? Vocês preferem leite ou achocolatado? Vocês preferem um punhado de uvas ou um picolé?

PLATEIA: Picolé.

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Vocês preferem um suco de laranja ou um refrigerante de laranja?

PLATEIA: Refrigerante.

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Vocês preferem uma salada ou um macarrão tipo instantâneo?

PLATEIA: Macarrão.

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Nossa, então a gente vai aprender muito hoje. Então, a gente vai começar com a execução da música Alimento Natural.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Oi. Oi, som.

EM CORO: "Eu queria te dizer como é fácil aprender,

A criança, na escola, em casa com você,

O alimento natural vem das plantas e dos animais,

Não sendo artificial, só faz bem e não faz mal.

Minimamente processado, ele é comercializado,

Ponto de ser preparado, cru, cozido ou refogado,

Frutas, verduras e legumes, carnes, peixes e ovos,

Com arroz e feijão, é a melhor refeição.

E assim é o meu cafezinho, que eu faço na roça bem cedinho,

Depois de colhido, seco e descascado,

Limpo, torrado e moído,

E o leite gostoso tirado da vaca, eu bebo pasteurizado.

Eu queria te dizer como é fácil aprender,

A criança na escola, em casa com você,

O alimento natural vem das plantas e dos animais,

Não sendo artificial, só faz bem e não faz mal.

Minimamente processado, ele é comercializado,

Ponto de ser preparado, cru, cozido ou refogado,

Frutas, verduras e legumes, carnes, peixes e ovos,

Com arroz e feijão, é a melhor refeição.

Assim é o meu cafezinho, que eu faço na roça bem cedinho,

Depois de colhido, seco e descascado,

Limpo, torrado e moído,

E o leite gostoso tirado da vaca, eu bebo pasteurizado.

Assim é o meu cafezinho, que eu faço na roça bem cedinho,

Depois de colhido, seco e descascado,

Limpo, torrado e moído,

E o leite gostoso tirado da vaca, eu bebo pasteurizado,

E o leite gostoso tirado da vaca, eu bebo pasteurizado".

[aplausos]

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: [ininteligível] o alimento natural, ele vem das plantas e dos animais, ele não sofre nenhuma alteração depois de ter saído da natureza. Já os minimamente processados, são feitas algumas técnicas para que esses alimentos possam ser consumidos, como, por exemplo, algum processo de pasteurização, algum processo de refrigeração, mas eles não têm nenhuma adição de açúcar, de sal, é somente o alimento natural e os tratamentos adequados para que esses alimentos sejam consumidos. Eu vou dar alguns exemplos para vocês: a gente tem o arroz, feijão, verduras, legumes, ovos, peixes, carnes, ervilhas, lentilhas, nozes, farinha de mandioca, que é feito um processamento da mandioca para tornar os

grãos menores, farinha de trigo, farinha de milho, tudo isso são exemplos de alimentos naturais e alimentos minimamente processados.

Esses alimentos, eles devem ser a base da nossa alimentação. Por que eles devem ser a base da nossa alimentação? Porque eles contêm todos os nutrientes essenciais para que a gente cresça e que a gente permaneça saudável ao longo do tempo. Então, quando você estiver em casa, abrir a geladeira, procura sempre consumir os alimentos naturais ou minimamente processados. E se vocês não tiverem esse tipo de alimento em casa, se vocês não tiverem esse tipo de alimento em casa, peçam às pessoas que comprem esses alimentos, ou vocês mesmos, para adquirirem esses alimentos. Então, quando vocês estiverem em casa, abrirem a geladeira, vocês vão consumir esses alimentos e, com certeza, vai fazer muito bem para a nossa saúde.

Agora, as crianças vão cantar para a gente a segunda música que são os Alimentos Processados. Vamos entender um pouquinho o que são esses tipos de alimentos?

EM CORO: "Se você misturar um novo ingrediente do alimento natural,

Ele vai se transformar no alimento processado,

Será açúcar ou gordura, óleo, vinagre ou sal,

Para aumentar a sua validade e ficar o sabor mais agradável,

Em geral, tem quatro ingredientes,

Incluindo o alimento natural,

Ele é bem diferente do alimento ultraprocessado,

Só tem um problema, ele vai aumentar o seu peso,

Então, modere seu consumo para não ficar obeso.

Só tem um problema, ele vai aumentar o seu peso,

Então, modere seu consumo para não ficar obeso.

É o pão francês, carne de sol, sardinha enlatada,

Milho em conserva, fruta cristalizada.

É o pão francês, carne de sol, sardinha enlatada,

Milho em conserva, fruta cristalizada.

Se você misturar um novo ingrediente no alimento natural,
Ele vai se transformar no alimento processado,
Será açúcar ou gordura, óleo, vinagre ou sal,
Para aumentar a sua validade e ficar o sabor mais agradável.
Em geral, tem quatro ingredientes,
Incluindo o alimento natural,
Ele é bem diferente do alimento ultraprocessado.
Só tem um problema, ele vai aumentar o seu peso,
Então, modere seu consumo para não ficar obeso.
Só tem um problema, ele vai aumentar o seu peso,
Então, modere seu consumo para não ficar obeso.
É o pão francês, carne de sol, sardinha enlatada,
Milho em conserva, fruta cristalizada,
É o pão francês, carne de sol, sardinha enlatada,
Milho em conserva, fruta cristalizada.
Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá, laiá,
Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá, laiá,
Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá, laiá,
Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá, laiá".
[aplausos]

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Então vamos lá. Já está acabando, é só mais uma música. Eu vou explicar para vocês então o que é um alimento processado. O alimento processado foi um alimento que foi formulado pela indústria, onde foi adicionado sal, açúcar ou outro ingrediente, então nós não temos mais o alimento natural. Vou dar um exemplo para vocês, quando a gente compra o milho em conserva, a gente tem o milho, que é um alimento natural, e nessa conserva foi adicionado de uma salmoura, que é uma mistura de sal com água. Então já não

mais temos o alimento natural, nós temos um alimento em que foi acrescido o sal, e isso altera a composição nutricional do alimento. Então, esse alimento, ele vai ter um teor de sódio maior do que o alimento natural. Quando, por exemplo, a gente consome uma conserva ou mesmo uma sardinha enlatada, um atum enlatado, todos esses processos, eles são feitos para aumentar o prazo de validade do alimento e para dar um sabor mais agradável. Um outro exemplo é o doce de pêsego em calda. Nós compramos o pêsego, delicioso, em nosso supermercado, só que quando a indústria coloca, ela faz o doce de pêsego em calda, o que acontece? Além daquele pêsego, do alimento natural, a gente tem essa calda em que é acrescido açúcar. Então, a composição nutricional desse alimento, ela se altera. Então, isso é a definição de alimento processado.

Mas nós temos um importante aliado que pode nos ajudar, que é o rótulo do alimento. O rótulo do alimento, os ingredientes, ele vem em ordem decrescente. Então, é sempre do que tem mais para o que tem menos. Então, uma dica importante é que, quando vocês forem consumir os alimentos, vocês observem os dados da lista de ingredientes, sempre do que tem mais para o que tem menos. Então, procurem e evitem alimentos que têm em primeiro lugar açúcar, sal ou óleo, porque esses alimentos, eles agregam um valor energético muito grande. Agora, nós vamos aprender um pouquinho mais sobre o que é o alimento ultraprocessado. Vamos ver?

EM CORO: "Ele é moderno, mas não é natural,

Cinco ou mais ingredientes,

É tudo industrial,

Você tira foto,

Ié, ié, ié,

E lê no celular,

Pois as letras são pequenas, só para enxergar,

De cima para baixo,

Ié, ié, ié,

É o que se tem mais,

Vários nomes esquisitos,

É impossível acertar.

Só os últimos da lista ou uma parte é natural,
Mas no rótulo aparece o alimento integral.
Ele é saboroso demais, encontra-se em qualquer lugar,
Sua embalagem é gigante, eu como [ininteligível] sem parar.
Suas calorias são demais, demais, demais,
Não nos deixam saciar,
Vão tomando nosso corpo de açúcares, gorduras e sal.
Suco artificial, refrigerante e pizza,
Biscoito recheado e doces em geral,
Massa instantânea, hambúrguer, hot-dog,
Salgadinhos de pacote, nós somos os ultraprocessados.
Hipertensão arterial, obesidade e diabetes,
Cuidado, você pode se dar mal.
Diga não aos ultraprocessados,
Prefira os alimentos naturais,
Diga não aos ultraprocessados,
Prefira os alimentos naturais.
Ele é moderno, mas não é natural,
Cinco ou mais ingredientes, é tudo industrial.
Você tira foto,
Ié, ié, ié,
E lê no celular,
Pois as letras são pequenas, não dá para enxergar.
De cima para baixo,
Ié, ié, ié,

É o que se tem mais,
Vários nomes esquisitos,
É impossível acertar.
Só os últimos da lista ou uma parte é natural,
Mas no rótulo aparece o alimento integral.
Ele é saboroso demais,
Encontra-se em qualquer lugar,
Sua embalagem é gigante, eu como [ininteligível] um elefante.
Suas calorias são demais, demais, demais,
Não nos deixam saciar,
Vão tomando nosso corpo de açúcares, gorduras e sal.
Suco artificial, refrigerante e pizza,
Biscoito recheado e doces em geral,
Massa instantânea, hambúrguer, hot-dog,
Salgadinhos de pacote, nós somos os ultraprocessados.
Hipertensão arterial, obesidade e diabetes,
Cuidado, você pode se dar mal.
Diga não aos ultraprocessados,
Prefira os alimentos naturais.
Diga não aos ultraprocessados,
Prefira os alimentos naturais".
[aplausos]

SRA. VALÉRIA REGINA MARTINS VIEIRA: Então, agora nós vamos aprender um pouco o que é um alimento ultraprocessado. Os alimentos ultraprocessados, na verdade, são formulações industriais que são feitas pela indústria onde eles alteram as propriedades nutricionais dos alimentos. Esses alimentos geralmente são formulados com substâncias que podem ser feitas em

laboratório, como corantes, aromatizantes, antieméticos, uns nomes muito esquisitos que eles colocam nos alimentos exatamente para alterar o sabor e a composição nutricional do alimento. Em geral, esses produtos, eles agregam um alto teor de açúcares, gorduras e sódio, exatamente para deixar esses alimentos mais palatáveis e para que a gente sempre tenha a sensação de querer sempre mais. Esses produtos, eles não são equilibrados nutricionalmente, por causa dessa composição alterada. Eles possuem uma quantidade muito grande desses alimentos que são nocivos. E a parte do alimento natural, nesses produtos, é mínima, quando é existente.

Então, de acordo com o nosso documento, que é o Guia Alimentar Para a População Brasileira, que foi esse documento que foi o norteador de todas as nossas ações e das músicas que foram aqui apresentadas, nós devemos evitar esses alimentos, porque esses alimentos, somados com o estilo de vida, práticas de sedentarismo, eles auxiliam no aumento das doenças crônicas não transmissíveis, tais como a diabetes, obesidade, hipertensão arterial sistêmica. Então, esses alimentos, eles devem ser evitados pela nossa população brasileira, porque não estabelecem nenhum tipo de nutriente adicional.

Só para vocês terem uma ideia, nesse refrigerante de cola, por exemplo, a gente tem toda essa quantidade de açúcar que está aqui representada, que nós fizemos. Então, se nós fôssemos diluir essa quantidade de açúcar numa água, e se a gente tentasse consumir essa quantidade, certamente, a gente não aguentaria, dado o teor de açúcar que tem, alta concentração de açúcar. Então, todos esses dados, eles estão contidos no rótulo do alimento. Um refrigerante de latinha, por exemplo, a gente tem essa quantidade de açúcar, então consumindo um refrigerante desse a gente consegue essa quantidade. Agora, quando a gente vai, por exemplo, comparar um refrigerante de laranja e um suco natural, essa quantidade de suco que está aqui representada é o que tem nesse refrigerante de laranja, em torno de 5%. Então, a quantidade de açúcar, de água e de corante é muito grande. É por isso que esses alimentos precisam ser evitados. Até a coloração, se vocês forem observar, a coloração do suco de laranja é muito diferente do refrigerante e o natural. Quando a gente pega, por exemplo, o macarrão instantâneo, a gente tem essa quantidade de sal que está aqui representada e essa quantidade de gordura aqui representada.

Então, quando nós vamos consumir esse alimento, eles são muito palatáveis, mas essa palatabilidade é em função da grande quantidade de substâncias adicionais que são inseridas. E além do mais, esse produto aqui, por exemplo, ele é frito(F) antes de ser embalado, então por isso que ele tem esse alto teor. E por último, biscoito recheado, só para vocês terem uma ideia da

quantidade de açúcar [ininteligível]. Então, tudo isso que eu disse, todos esses alimentos ultraprocessados, eles precisam ser evitados.

E eu fecho a nossa apresentação com quatro dicas e uma regra de ouro. As quatro dicas são: primeiro, prefira sempre os alimentos naturais e os alimentos minimamente processados, porque eles têm quantidades de nutrientes e substâncias que são essenciais para a nossa saúde; faça o uso de açúcar, sal, gordura, para fazer as preparações finais, com muita moderação, então, coloque pequenas quantidades de açúcar, pequenas quantidades de gordura; limite o uso dos alimentos processados, que são aqueles que a gente explicou, que têm algum tipo de adição, seja sal, seja açúcar; evite os alimentos ultraprocessados, porque eles não são balanceados nutricionalmente e agregam grande quantidade de ingredientes nocivos, que podem, junto com outras particularidades, com o sedentarismo, o hábito de vida, eles podem auxiliar no desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis. E a regra de ouro é: sempre prefira alimentos naturais e minimamente processados a alimentos ultraprocessados.

Eu convido vocês também para que vocês baixem o guia e vocês façam uso desse importante material do Ministério da Saúde, que orienta todos os brasileiros como que deve ser a alimentação saudável. Muito obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Alô. A gente queria agradecer a presença dos Pequenos Poetas, que nós os conhecemos quando a Profa. Graziela, que coordena esse trabalho belíssimo, que é de ensino através da arte da música e da poesia, quando esse grupo bonito, com a Profa. Graziela, fez uma poesia em homenagem ao Procon-MG, mais precisamente ao Procon Mirim, que é um projeto que nós temos desenvolvido nas escolas. Então a gente queria agradecer muito, Graziela, a sua presença, a presença dos Pequenos Poetas que sempre torna os nossos eventos uma festa, na verdade. E agradecer também a Valéria, da Funed, que nos ajudou fazendo esses slides. É um trabalho que, se tudo correr bem, nós vamos repassar para todo o estado, para que o estado inteiro, as escolas, tenham conhecimento desse belo trabalho que vocês fazem na escola, em Contagem. Muito obrigado a todos.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: É sempre bom ouvir as crianças, né? A letra, teve uma falhazinha na letra, porque a gente mudou uma parte da música, mas os meninos

tiveram pouco tempo para ensaiar, e na hora do embalo, eles acabaram, acabaram... A gente tinha feito uma frase que era, que podia gerar, no âmbito aí das escolas até a prática de bullying, a gente fez uma pequena mudança.

Mas eu queria convidar, com muita alegria pela presença e pela possibilidade de nos trazer uma mensagem da nossa Secretaria Nacional do Consumidor, uma mensagem que é de muita expectativa e de esperança, porque a Senacon, ela coordena nacionalmente a defesa do consumidor. E eu queria chamar meu colega, Dr. Luciano Timm, que é o secretário nacional do Consumidor, para que ele...

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Para que, nesse momento de festa, não é só um evento, a gente tem esse momento como sendo um momento de festa, porque nós temos aqui a Educação, nós temos os Procons, nós temos as nutricionistas e os nutricionistas, e a própria sociedade, nós temos promotores, defensores, juízes e entidades civis de defesa do consumidor, todos muito acolhidos por esse projeto educativo, que é o Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas, que a gente quer que se torne um movimento permanente, em todas as escolas, escolas privadas, públicas, a gente vai ter uma fala agora do Dr. Luciano Timm, trazer para a gente um pouco da expectativa dele em relação à defesa do consumidor no Brasil, os projetos que ele quer desempenhar. E, na sequência, a gente terá a fala dos parceiros desse projeto sobre a participação de cada um.

Teremos a fala do meu colega Charles Daniel França Salomão, que vai trocar em miúdos para a gente, Zuleica, a lei estadual, o decreto e a resolução da Caisans, que tratou dos alimentos que podem e dos que não podem ser vendidos nas escolas públicas e privadas. A gente tem hoje uma lei, um decreto e uma resolução, que tentam dar para todos nós, escolas públicas, estaduais ou municipais, e também particulares, um norte, para que a gente possa mudar o hábito dos nossos jovens, das nossas crianças, rumo a um consumo saudável. Na sequência, nós teremos a exposição da Profa. Regina Rodrigues de Oliveira, que é nutricionista, que vai falar sobre o cardápio escolar, que é um dos temas que podem ser desenvolvidos também nas escolas, ao longo desse projeto.

Temos programas belíssimos, que vão ser expostos aqui pelo Sebrae, pelo IMA, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e pelo Sesc. Então, são quatro

programas maravilhosos, de instituições que estão aí atuando no interior, que têm uma capilaridade, e que poderão, após a apresentação, também serem convidados para participar de atividades na escola. E, por último, a gente terá noções básicas sobre o Código do Consumidor, como que já também aquecendo as turbinas para quando nós tivermos essa fala, esse bate-papo, essa roda de conversa nas escolas.

Então, com muito prazer, eu queria passar a palavra ao Dr. Luciano Timm, para que ele possa fazer a sua manifestação.

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: Bem, bom dia a todos. É uma satisfação muito grande estar aqui representando a Senacon nesse belíssimo evento organizado pelo Ministério Público do Consumidor, na pessoa do Dr. Amauri, que já tive oportunidade de encontrar em duas oportunidades, e a fama o precede, no sentido de um belo trabalho na defesa do consumidor e na educação, aqui, como a gente pôde identificar, na educação do consumidor para o consumo saudável, e saúdo a todos que estão aqui. Conheci também o pessoal, rapidamente aí, de alguns Procons municipais, e a gente está à disposição de todos e todas lá no ministério. E também, evidentemente, as escolas. Sem as escolas, não há cidadania, e o único... Estive no Japão recentemente, e o único profissional que o imperador japonês faz a medida é o professor. Então, fica aqui a minha medida aos professores, eu, que tenho também 20 anos de magistério na parte jurídica, né? Muito bem, mas acho que a mais importante não é a universitária, acho que precisamos melhorar, na verdade, no Brasil, a educação básica.

Bom, então, dizem que uma exposição, ela é tão boa quanto curta, e sendo curta, ela é boa. Então, esse é o objetivo aqui, não é fazer uma longa fala. Eu sei que advogados têm fama de falas grandes e recheadas de termos em latim, muitas vezes não identificados. Não é bem o meu perfil. O meu perfil realmente é mais objetivo e mais direto, e é o objetivo que a gente tem dado na secretaria. Explicando um pouco como que ela foi formada, e acho que o Amauri rapidamente pôde falar disso, mas ela é constituída com um perfil técnico. Eu, por exemplo, dou aula há 20 anos, não tenho filiação partidária. Então, um objetivo bem técnico de construção de política pública baseada em evidência.

Então, esse é o grande norte, e nós compusemos a equipe, todos, e tive liberdade de fazer isso, com servidores de carreira federais, o nível do serviço público federal é muito alto. Então, não é nenhum demérito a quem não é servidor de carreira, apenas que encontrei lá e já tinha amigos no meio acadêmico, enfim, de excelente nível. Então, para dar uma ideia a vocês, e vocês que são

do Procon lidarão mais diretamente com o Fernando Meneguim. Fernando Meneguim, além de advogado, é matemático e tem doutorado em Economia. Então, esse é o perfil. Entre outros, tem aqui o Alexandre que vocês vão conhecer, que também é de carreira. Então, são pessoas de altíssimo nível técnico e esse é o norte que nós vamos dar.

E uma das coisas que a gente precisou fazer foi, para vocês também entenderem como podem contribuir nessa implementação dessas políticas públicas baseadas em evidência, é nossos primeiros cem dias. E o que a gente ficou então incumbido nesses primeiros cem dias, em entender, e isso, se falou aqui em educação alimentar, mas tem uma outra educação que vai ser importante, o brasileiro, a brasileira adquirir, que é a questão da privacidade. Então, há uma lei, que é a Lei Geral de Proteção de Dados, da privacidade, que foi aprovada ano passado, que entrará em princípio em vigor ano que vem, e diz respeito basicamente à nossa privacidade, como ela é utilizada pelas empresas nas redes sociais. Então, a gente pensa que determinadas coisas podem ser gratuitas, mas pensem que se... Tem um economista famoso que dizia que não existe almoço de graça, provavelmente não existe rede social de graça. E aí a gente tem que pensar como que a gente remunera, como que esses serviços são remunerados. E basicamente é com a questão da privacidade. Então, há uma preocupação com a privacidade, com os dados.

E dia 27 e 28 de dezembro o então presidente Temer elaborou e publicou uma medida provisória, criando uma autoridade de dados, de proteção de dados. Então, a gente quer entender como que isso eventualmente prejudica a defesa do consumidor ou não. Então, nós estamos estudando, nós estamos em contato com os grandes especialistas na matéria. Nós não temos aquela arrogância de achar que sabemos tudo, então estamos conversando com pessoas que foram da Senacon, porque essa lei, ela foi concebida, a ideia dela, na Senacon, dois pesquisadores, que são a Laura e o Danilo, a gente está em conversa com eles para ver de que maneira que essa autoridade, em princípio, em princípio, nós estamos estudando, ela retiraria da Senacon o poder de polícia, de fiscalização de dados. E vocês devem ter visto pela mídia, eu só falo aquilo que é público, já há uma investigação na Senacon por violação de dados por uma dessas grandes empresas. Não estou dizendo que vai ser condenado, mas há, muito antes pelo contrário, ela terá direito de defesa, mas há essa preocupação, e se a Senacon perder esse poder de polícia, possivelmente a defesa do consumidor, na questão dos dados, fique prejudicada. Então, isso é uma preocupação.

E também a gente... Bom, teve a montagem do time, que, por razões várias, nós

encontramos lá a Senacon bastante desestruturada, então houve uma recomposição, e foi muito legal servidores, como o Alexandre, irem lá falar comigo, pedir para voltar para trabalhar na Senacon. Não foi só ele, foram vários. Faltou até vaga para todo mundo que pediu para voltar. Então, isso foi legal testemunhar, então a gente teve esse trabalho aí de reestruturação, porque não tem... sem um time, você... até o Amauri gentilmente disse que o Luciano pretende, mas na verdade eu estou ali com uma equipe para fazer uma política pública, né? Então precisavam pessoas que já tinham histórico, enfim.

E uma outra preocupação nossa, que até faltou aí no slide, é a... E já tivemos resultado. A gente queria aumentar 10% o atendimento na plataforma consumidor.gov.br. Os Procons certamente já conhecem, mas nós vamos querer conversar com vocês para dinamizar essa parceria. Essa plataforma é um site e também um aplicativo, que o consumidor pode reclamar contra qualquer empresa que esteja lá credenciada. Por que a empresa tem que se credenciar? Porque os métodos alternativos só funcionam com quem quer resolver, certo? Não adianta eu forçar alguém a fazer uma negociação, uma mediação, que não vai dar certo. Então, as empresas se habilitam e nós já aumentamos.

Eu estava vendo os dados de janeiro, de janeiro, comparando janeiro de 2018 com janeiro de 2019, aumentamos 20% o atendimento nessa plataforma, consumidor.gov.br. O consumidor vai lá, digita os dados, diz a empresa, se a empresa estiver... E as principais empresas estão lá, até gostaríamos que... tem duas instituições privadas de ensino que não estão na plataforma, mas têm reclamações. Então, nós estamos conversando com essas e outras empresas, como algumas empresas do setor elétrico, que não estão na plataforma e a gente gostaria que estivesse. Essa plataforma permite a solução do problema em dez dias, com nível de satisfação de 80% dos consumidores. Bom, então, essa... nós tivemos que garantir lá internamente em um termo de TAC, enfim, que garantiu a prorrogação e amplificação dessa plataforma. O Sindec que eu vou falar também depois, que é o dos Procons, muitos Procons estão vinculados, é um outro TED, esse é um TED com NB(F), né? E que também nós vamos trabalhar para melhorar. Então, o Sindec também vai ser melhorado e vai se articular com a plataforma consumidor.gov, tá?

Eu vou falar basicamente de cinco pontos, só para vocês saberem para aonde a gente vai e, na verdade, o planejamento da administração pública federal é a cada quatro anos. Então, nós não pudemos... não modificamos nada, nós só recuperamos o que havia, né? Para tentar melhorar a entrega, né? Existe aí um nível de governança no ministério, existe uma plataforma que controla

essas metas e agora a gente vai começar a trabalhar nos próximos quatro anos, nas metas dos próximos quatro. O que a gente tinha como meta governamental nos últimos quatro anos e esse ano é o último, por isso que a gente está trabalhando e correndo para isso? Plataforma consumidor.gov.

A gente entende que ela ajuda no que chama desjudicialização, né? Sem precarizar, né? Porque se o consumidor tiver o problema dele resolvido, segundo ele avalia, em dez dias, não é que o consumidor esteja prejudicado, prejudicado ele está se tiver ingressar no Poder Judiciário, num Juizado Especial, e ficar numa fila de quatro anos, em média, que é o tempo que demora uma disputa no Juizado Especial. Se ele tiver que fazer uma execução dessa decisão, são mais três anos, eu estou falando de estatística, que eu não gosto de blá-blá-blá. Então, em média, sete anos para o consumidor resolver, se a plataforma resolver em dez dias, ele não foi precarizado.

Então, a gente está trabalhando para melhorar a plataforma, ela pode se tornar mais amigável no aplicativo, né? Então, a gente quer melhorar isso, está no TAC... no TED, aliás, para isso. A gente quer também melhorar o sistema de recall, e foi mencionado aqui mais de uma vez a situação das barragens, né? Então, no Brasil, a gente faz pouca prevenção e depois infelizmente lamenta o resultado. Então, uma preocupação nossa foi o recall, e aí quando a gente foi ver, existem muitos recalls em aberto de veículos, e para nossa surpresa, nós fizemos uma reunião com os fabricantes de veículos, enfim, e com o Denatran, qual a surpresa? Que uma das principais causas, que não é só no Brasil, é no mundo todo, os consumidores não atendem os chamados do recall, uma das causas.

Então, como melhorar isso? E usando ferramenta que hoje chama economia comportamental, né? Dos nudges, que é como melhorar a informação, porque se eu botar uma informação burocrática na televisão: ah, leve seu carro... em cinco segundos, as pessoas não se dão conta da importância. Então, vejam como a indústria do cigarro trabalhou na questão da publicidade para tornar o alerta que o cigarro faz mal sensível ao consumidor, né? Isso, para quem não está familiarizado, tem um autor lá que é o Cass Sunstein, que foi chefe de regulação, e ele escreveu um livro chamado Nudges, que é esse empurrãozinho que o Estado dá para que o indivíduo tome a melhor decisão, né? Porque nós temos no cérebro dois sistemas decisórios, né? O racional, que é o 2, e o intuitivo que é o 1, só que a gente toma a maioria das nossas decisões da nossa vida com o intuitivo que é o [ininteligível], achando que é racional. Então, por vez, se você disser: leve seu carro porque é importante para a sua segurança, não disparou a tomada de

decisão. Às vezes, você tem que trabalhar com o sistema intuitivo do sujeito: olha, leva porque olha aqui o que pode acontecer, aí, na média, os seres humanos respondem, essa é o que... existem os laboratórios de nudges na Europa e nos Estados Unidos nisso. Então, a gente quer evoluir nesse sentido, melhorar o sistema de recall. Dei só um exemplo para não cansar, tá?

Cooperação governamental. Gente, a gente está sentando com todas as agências reguladoras, por quê? Porque é uma percepção de que a percepção de que as agências reguladoras não estão preocupadas com a defesa do consumidor. O fato é que a plataforma consumidor.gov, assim com o Sindec, me dá uma coisa muito importante, que é o dado. E se eu quero fazer uma política pública baseada em evidência, onde é que eu vou buscar o dado? E que dado eu estou buscando para fazer uma política pública baseada em evidência? Quem está violando o direito do consumidor e onde, né? O que, né? Qual é o assunto? E essa plataforma me dá: qual é a empresa, qual é o tema, né? E quando eu vou na plataforma, quais as grandes reclamadas? Setores regulados, setores regulados. E eu não estou dizendo ainda que isso é devido a uma boa ou má regulação, mas com certeza é devido a algum grau de ineficiência regulatória. Às vezes, a ineficiência regulatória, ela é falta, às vezes, gente, é excesso. Às vezes, quatro agências reguladoras querendo regular a mesma coisa dá ineficiência, porque aí, e posso dar o exemplo, se um Procon do município faz uma coisa, o outro Procon de outro município faz outra coisa, o que vai acontecer? A empresa vai no Judiciário, ganha, possível, porque são dois, né? Um está fazendo uma coisa, o outro outra, e aí vai ao Judiciário, anula e aí qual é o efeito prático daquela atuação? Por isso que a gente tem que pensar em política pública baseado em evidência, a gente tem que... porque o tomador de decisão, as empresas são agentes estratégicos, que estão sempre vendo qual é, é a teoria dos jogos, qual é a melhor, e se tem dois Procons no mesmo estado, um [ininteligível] batendo cabeça, ele vai para o Judiciário e acaba muitas vezes anulando uma multa, ou enfim, então, por isso que é importante essas ferramentas.

Então, a gente está em conversa e a primeira conversa nossa com as agências reguladoras, qual é, gente? É que o consumidor.gov seja uma plataforma única de entrada, eu acho que aí os Procons podem nos ajudar a convencer a opinião pública, que me parece bastante óbvio, que o consumidor precisa ter um canal único, porque se o consumidor ou a consumidora quiser reclamar e for energia, aí é Enel. Ah, mas se for telefonia? Aí é Anatel. Ah, não, se é não sei o que lá, aí... aviação é Anac. Não, o consumidor precisa, como eu estou chamando metaforicamente, o seu "tudo fácil", né? Sei lá, em cada cidade é um nome, mas é aquele lugar que o cara faz tudo,

né? É o CPF, o RG, é o "tudo fácil", né? Em cada cidade é um, mas, enfim, vocês entenderam. Consumidor precisar ter o "tudo fácil" dele, porque assim, se eu quero reclamar, é essa a porta de entrada, se for: ah, mas a agência tal precisa de tal informação para política pública dela. Bom, aí o pessoal da área de tecnologia joga para o... né? Acho que é uma decisão, daí já não de política pública, de tecnologia, de como resolver.

Então, nós queremos que a plataforma seja única, a Anac já aderiu. Então, a Anac, hoje, inclusive, em vez de gastar com sistema paralelo de reclamação, ela vai nos dados do consumidor.gov e extrai relatórios até mais aprofundados que nós temos condição de fazer. Se vocês olharem hoje, por exemplo, tem companhias aéreas, aliás, eu tenho viajado muito, pode ser por acaso ou não, a melhor avaliada é a que está com melhor serviço e a gente quer tornar público, inclusive nós vamos começar... tem uma questão de nudging aí, que é: você pode trabalhar em regulação com a cenoura ou com a cacetada, né? Se eu invisto muito em multa, é só porrada, é só o porrete, eventualmente funciona menos do que a cenoura, né? Claro que por vezes tem que multar, mas por vezes eu tenho que botar estrutura de incentivos para gerar um comportamento desejado.

Então, por exemplo, as empresas não vivem bem com uma reputação machucada. Então a gente quer divulgar esses dados e cada vez torná-los mais públicos, a gente acha que os Procons podem inclusive divulgar o resultado do Sindec, do consumidor.gov, a gente vai estar programando fazer um anúncio público dos resultados de 2018 até final de fevereiro. Mas só um evento não adianta, gente, isso tem que estar a todo instante sendo informado, o consumidor tem que ter informação de quem são as empresas que estão mais violando os direitos do consumidor, para que o consumidor tome a decisão, porque às vezes pode ser mais barato, mas também o barato pode sair caro, tá?

O único cuidado que a gente tem que ter do ponto de vista de política pública quando diz: a empresa tal é a mais reclamada, a gente tem que, a Anac inclusive está fazendo isso, pondera pelo número de atendimentos, né? Pode ter uma companhia aérea com pouca reclamação? Sim, é uma empresa regional, com meia dúzia de passageiros, tem que ponderar por cem mil, a Anac faz por cem mil atendimentos. Mas mesmo assim, gente, acho que a gente fez um evento em São Paulo, empresas que têm apostado mais no consumidor e na satisfação do consumidor, o que eles têm chamado de uma experiência boa ao consumidor, têm menos reclamação, a gente observa na plataforma. Empresas digitais, na média, estão com menos reclamações que empresas mais

tradicionais. Essas empresas digitais têm o próprio sistema de atendimento, a plataforma delas já resolve mais da metade... Teve um caso de uma empresa que apostou muito no seu sistema de solução de problemas do consumidor, ela própria já remete ao consumidor.gov e ela diminui mais de 90% a litigiosidade dela. Então, vocês veem que tem também uma mudança cultural e de mercado que a gente pode direcionar com política pública.

Depois, a gente quer também aprimorar alguns pontos, como a Lei de Dados, como já falamos, os TACs, isso é um termo aqui que vocês vão ouvir falar porque o TAC, em princípio, assim, e aí nós temos um braço da Senacon, que é o DPDC, e o outro braço é o Conselho de Direitos Difusos, que em breve, aproveito para mencionar, vai abrir um edital e situações como essa de desastres ambientais é o momento certo para apresentar projetos e também na área de educação, né? Acho que esse projeto, ele poderia ser nacionalizado, Amauri, né? E poderia ter um projeto desse conselho, todas as multas que o Cade aplica, que a Senacon aplica, que Procons, enfim, que Ministério Público aplicam vão para esse fundo, para quê? Para uma política pública de prevenção. Algumas cidades têm o seu fundo, alguns estados também, mas nós temos esse federal, que tem muitos recursos, a verdade é essa, que tem muitos recursos e é importante que existam projetos de qualidade aí.

Pois bem, o TAC, muitas vezes, ele não permite que o dinheiro chegue ao fundo, dependendo de como esse TAC é feito. Então, nós queremos olhar um pouco, o próprio Ministério da Justiça está com uma campanha forte de compliance interno, né? Fazer a coisa certa, do modo certo, então, a gente tem que pensar qual é a maneira certa de se fazer uma TAC, e acho que a gente pode pensar num... em assim, tentar padronizar um pouco mais isso. Inclusive, nós vamos criar a ouvidoria, uma ouvidoria do consumidor no Ministério da Justiça, e o que é ouvidoria do consumidor? Não é para a relação consumidor/fornecedor, é para a relação usuário do sistema público com Procons e Senacon. E a gente gostaria e estaria disposto a fazer parcerias com os Procons que tiverem interesse em criar ouvidorias e permitir que isso aconteça. Então, também precisamos, não adianta só cobrar as empresas, temos que nós também melhorar os nossos serviços públicos.

Padronizar o procedimento porque cada... a segurança jurídica é importante que exista um procedimento, a dosimetria também das multas, é preciso que haja uma certa padronização, na medida do possível, nós estamos achando que o valor da multa não está sendo o suficiente, existe um teto que é 9 milhões, né? E dependendo do ilícito, ele pode, para quem trabalha com análise

econômica, que às vezes você pondera o custo-benefício, e aí 9 milhões pode ser muito baixo para prevenir um ilícito maior. Então, vamos estudar eventualmente [ininteligível], tanto que o Cade aplica multas de... ano passado, por isso que o fundo está com tanto recurso, o Cade aplicou o ano passado multas de 800 milhões, 1 bilhão, aliás, a maior condenação do mundo por cartel foi do Cade. E é preciso que nós, do direito do consumidor, dialoguemos com o pessoal de defesa da concorrência, que é o outro lado da moeda. Um mercado muito concentrado, evidente que a gente vai só enxugar gelo, né? A gente tem que trabalhar para que haja realmente concorrência, né? E o Cade, de certa maneira, é um primo-irmão assim da Senacon, né? Então, a gente quer trabalhar muito com as outras agências que eu já mencionei, mas com o Cade.

E falei da modernização, então, e reestruturação, e com isso eu encerro, do FDD, então, a gente está com... como historicamente esses recursos que eram volumosos iam para o caixa único, porque era contingenciados, houve uma decisão judicial que determinou o descontingenciamento desses recursos. Então, haverá recursos e a gente quer efetivamente utilizar esses recursos em promoção de direitos difusos, são na área, basicamente, de ambiental, consumidor, livre concorrência e mais um, eu acho que aí é segurança, né? Em geral, segurança e corrupção, certo? Então, esse tema da corrupção, ele é particularmente sensível para a gente e medidas que os Ministérios Públicos também vários, naquela reunião com os promotores, de medidas anticorrupção, elas certamente serão bem-vindas. Esse fundo não é da Senacon, nós somos só o braço gerencial, tá? Lá tem representante do Ministério Público, do Ibama, do Meio Ambiente, do Cade, né? Então, é isso, tá?

Então é essa, em linhas gerais, é a apresentação da Senacon, de como a gente pretende conduzir aí os próximos anos com essa equipe. E de novo, eu tenho dito que nós queremos que todos remem para o mesmo lado, a gente tem que respeitar a autonomia federativa, né? Os municípios têm seus entes de defesa do consumidor, os estados, o próprio Ministério Público, mas a gente tem que fazer com que todo mundo reme para o mesmo lado porque, se a gente não tiver remando para o mesmo lado, adivinhem quem sai beneficiado? Então, Amauri, obrigado pela oportunidade, mais uma vez aqui nos intervalos, eu e o Alexandre estamos à disposição, mas também quem quiser nos visitar lá e mesmo apresentar projetos, serão muito bem-vindos. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Nós é que te agradecemos, Luciano, pelo

prestígio da sua presença aqui em Minas Gerais, para testemunhar um pouco do nosso...

[falas sobrepostas]

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: O Alexandre é mineiro, tá?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Do nosso trabalho.

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: O Alexandre é mineiro.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: É mineiro. A gente está com o horário apertado, eu acho que a gente vai passar já para o outro painel, porque senão a gente acaba atrapalhando os outros palestrantes. Eu queria convidar aqui, a gente vai fazer um painel aqui que é... Fica com a gente aqui, Luciano.

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: Fico, fico.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Fica aqui junto. Eu queria convidar o meu colega, Dr. Eduardo Schröder, que é presidente do Fórum dos Procons Municipais, para ele presidir esse painel, nos ajudar, e eu já vou fazer uma coisa rápida aqui para a gente acelerar, vou convidar também a Ariane Maira Chaves Vilhena, que é representante do Sebrae, que vai nos ajudar também falando um pouquinho do trabalho do Sebrae.

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: Posso [ininteligível]?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pois não.

SR. LUCIANO BENETTI TIMM: Me ocorreu assim, para quem quiser aprofundar a leitura nos temas que a gente falou, tem um livro que chama, do Daniel Kahneman, que ganhou um prêmio Nobel de economia, que ele é psicólogo, que chama pensando (sic) e Rápido e Devagar. Como a gente está falando em educação e tomada de decisão sobre alimentos, vale a pena a gente ler esse livro para ver como que no fundo tomamos decisões de consumo, né? E por vezes nem sempre somos racionais, acho que é importante. Pensando (sic) Rápido e Devagar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado por ter vindo em Minas, Luciano.

[falas sobrepostas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Dr. Amauri está errando a programação toda aqui, está me deixando numa situação delicada. Bom, gente, bom dia a todos, é

um prazer estar aqui com vocês. Com o mandato renovado, né, queridos? Por mais dois anos e fazendo com que os órgãos de defesa do consumidor dos municípios também se aproximem também se aproximem das secretarias de Educação e vai ser esse assunto vai ser nossa conversa de amanhã, né, Dr. Amauri? Porque é tão importante quanto à defesa do consumidor, a proteção da nossa sociedade como um todo, e isso necessariamente passa pela escola. Eu estava conversando com o secretário nacional de que lá em Juiz de Fora a gente tem o programa de educação para o consumo e educação financeira também, como vários outros Procons que na Semana do Consumidor também intensificarão a educação para o consumo. E uma delas é a questão da alimentação saudável e é muito pertinente esse evento que o Dr. Amauri, junto com o Ministério Público, está propiciando para nós e abrindo os horizontes, né? Chamando outras pessoas de outras áreas, eu acho que essa inter-relação com outras áreas, ela é muito importante.

Então, para falar sobre O Papel das Instituições Parceiras na Execução do Projeto Consumo Saudável Dentro e Fora das Escolas eu queria convidar a Dra. Suely Duque Rodarte, diretora-executiva da Undime/MG, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Muito bem.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: A Dra. Kellen Silva Senra Nunes, superintendente de Políticas Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: E a Dra. Zuleica Reis Ávila, presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEP/MG).

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Então, o Dr. Amauri pediu para falar por último, para fazer o encerramento, então vou passar de imediato a palavra para a Dra. Suely. Com rigidez de tempo, Dr. Amauri?

SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Bate em cima. Esse aqui ó.

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: Obrigada. Primeiramente, eu quero dar um bom dia a todos, agradecer ao Dr. Amauri por nossa presença aqui e dizer que sinceramente eu fiquei

encantada, como sempre, a educação nos encanta. Os meninos do projeto foi uma coisa assim para a alma, a gente viu até ritmo de marchinha de carnaval no negócio aqui, estava bom toda vida(F), viu, Dr. Amauri? E o entusiasmo do Dr. Amauri, eu acho que ele estava mais sorridente do que as crianças.

[risos]

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: É, eu fiquei observando o Dr. Amauri, ele estava mais brilhante do que a menininha primeira aqui da frente.

[risos]

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: Parabéns e quero aproveitar para parabenizar a professora, e mais uma vez, a gente deixa claro que onde que educação se faz presente a vida renova, né? Então, a gente viu falar ali sobre essa importância do que nós estávamos vivenciando com o projeto e vimos o projeto com muita vida, justamente é legada pelas crianças. Para muitos dos que estão aqui não nos conhece, eu vejo que as pessoas têm dificuldade de falar da Undime. É, falam Undine (sic), é Undime.

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: "Me", isso.

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: É União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Eu vou fazer um relato rápido para que todos entendam até o motivo de a gente estar aqui. Antes só eu queria deixar também um cumprimento aqui ao Sr. Procurador, que fez a primeira fala e que emocionou bastante a gente quando ele falou sobre Brumadinho, quando ele referiu há três anos atrás e que a gente espera, principalmente pela educação, que a gente não fique enxugando gelo e que crimes, porque caso de Brumadinho é crime, o caso dos meninos do Ninho do Urubu, do Flamengo, é crime, e principalmente, Ministério Público, nos ajude, que crimes sejam tratados como crimes, né? Então, a educação, a gente fica tentando prevenir as coisas, mas esses acontecimentos nos magoam.

Hoje, por exemplo, a Viviane, que é a secretária de Nova Lima, estava a manhã toda na televisão por causa de barragens e repercute imediatamente nas crianças. Brumadinho, a gente demorou a voltar as aulas, começamos dia 11, por dois motivos, primeiro, pela falta de preparo das pessoas de voltar à vida normal na rapidez; segundo, porque alunos ficaram ilhados com a barragem estourada. Então, isso repercute muito na vida dessas crianças, desses jovens, o que nós precisamos nesse país realmente é de seriedade com quem está na gestão de empresas, na gestão

de todos os lugares, o parabéns que a gente dá para o Procon por esse ato preventivo a nossa saúde, a nossa vida e a vida das crianças.

Então, por falar em Undime, então, Undime é União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. A nossa missão é trabalhar o projeto de gestão educacional, trabalhando quem? Principalmente os gestores educacionais, que nós chamamos de dirigentes municipais de Educação, a gente afasta um pouco o termo secretário municipal de Educação para a gente dar a ideia de que eles são dirigentes, eles não estão sendo comandados para implantar alguma coisa, mas eles dirigem a educação local. Nós temos a sede em Brasília, nós fazemos parceria com todos aqueles que buscam, através da educação, um aprimoramento na vida do cidadão. E, na realidade, o que a gente busca é através da educação esse direito, né? Inerente a todo ser, o cumprimento do art. 205 da Constituição de que todo cidadão, todo tem direito à educação. E principalmente o que nós queremos é um direito à educação de qualidade e equidade.

Ontem mesmo, estava há dois dias em São Paulo num seminário internacional, que foi organizado pelo Todos Pela Educação, e o que nós buscamos? Como eu vi aqui a agenda dos cem primeiros dias, nós estamos buscando a levar para os governos, que nós estamos numa mudança fortíssima, né? O estado, os estados e também governo federal, e em cada estado há um escritório da Undime para trabalhar essa parte de formação, principalmente a nossa lida são com os gestores municipais, o nosso trabalho é com as Secretarias Municipais de Educação, mas agarrado na parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Ou seja, a primeira noção de que nós temos, e que foi muito importante a fala ontem, quando a gente teve, é um seminário internacional em que nós pudemos ver que para dar certo a primeira coisa se chama parcerias, ninguém anda sozinho, nós precisamos das parcerias; segunda coisa, ontem ficou determinado as sete prioridades que nós devemos repassar à gestão estadual e devemos... ontem foi repassado pelo secretário executivo de Governo, pela secretária da SEB, as sete prioridades. Porque não adianta elencar cem prioridades, cem metas, nós precisamos reduzir as metas e fazer com que elas sejam cumpridas, né? Então, quando nós temos excessos, nós podemos as vezes pecar e até isso mesmo nos foi ontem repassado tanto, por causa do Plano Nacional de Educação, que nós trabalhamos com 20 metas, 400 e tantas estratégias, isso dificulta o cumprimento das ações.

Então, a Undime é esse trabalho, é a articulação com os governos. Nós falamos diretamente com os governos municipais, essa é a nossa linha de ação. E nesse trabalho com governos municipais, por exemplo, a Undime/Minas nós trabalhamos com os 843 municípios. Eu

me reporto diretamente e diariamente com esses municípios, né? E acompanhando principalmente, hoje, nós temos, através do Plano Municipal de Educação, nós temos a condição de estar diariamente verificando o cumprimento das metas da educação e com o estado e ainda temos até um pouco de tristeza que o nosso estado de Minas foi o último a homologar o seu Plano Estadual de Educação, né? Nós tivemos homologados desde o começo todos os Planos Estaduais de Educação e nós, infelizmente, fomos o último e agora que ele sai aprovado ainda na semana anterior, mas saiu, né? Às vezes tem parto mais demorado, tem parto rápido, de todo jeito saiu. Nós temos que estar feliz.

A respeito do plano que nós estamos vendo hoje, do projeto, eu quero falar, Dr. Amauri, que a Undime, nós estamos de portas abertas, nós queremos juntamente com o Ministério Público, com o Procon, estar dando as mãos aos Procons locais e eu vou acionar rapidamente cada secretaria municipal para que abrace rapidamente o projeto e ela deve abraçar o projeto através do Procon local, por quê? Quando nós falamos de educação, nós queremos falar de cidadania, e o que é um cidadão? Aquele que é consciente dos seus deveres e dos seus direitos. Eu acho que as escolas, o que elas precisam mais rapidamente para nossa melhoria é uma realidade simples, na nossa frente tem um pequeno, mas existente cidadão. Então, ele tem que ter os seus direitos garantidos, e como se garante direitos? Através de conhecimentos, através de estudos. Então, é muito simples a gente começar a trabalhar a cidadania, principalmente quando se valoriza, se prioriza a educação e principalmente quando os Executivos deixam de ver a educação como um gasto e ela passa a ser vista como um investimento. Imagine você se todos nós, eu vou falar aqui para minha faixa etária, se na minha época tivesse Procon, se na minha época tivesse essa história que a gente pode conversar, que a gente pode, através da comunicação social, estar inteirada das situações, a gente saiu aos gritos, trancos e barrancos na vida, a gente correu atrás de muita coisa, todo mundo aqui é bem mais novo, mas nós saímos e sobressaímos por uma luta muito insistente.

Então, hoje, nós temos a agilização de chegar às pessoas, a agilização de ter dentro, nas nossas mãos, transitando, no trânsito, em casa, todo o conhecimento de verdades, né? Então, a gente fala que a informatização deu esse ganho para nós e nesse trabalho de ganhos eu quero deixar muito claro que a primeira proposta da Undime para vocês do Ministério Público e olhem lá, eu admiro e tiro o chapéu imensamente para o Ministério Público, só tem dia que a gente tem umas raivas de umas liminares, mas a gente engole, passa por cima, né? Quando chega liminar: "Tem que botar menino dentro da escola", e que você olha que não tem lugar para o menino e o

lugar é desagradável, você tem vontade de falar: Sr. Promotor, vem para cá, senta aqui um pouquinho e ver se isso é possível, né? Mas a gente vai levando. E temos uma maior admiração ao Ministério Público.

Eu quero convidá-los, aqui, os representantes, para que estejam no Fórum Estadual da Undime em que nós temos como convidados 843 secretários de Educação e seus técnicos, normalmente, a gente tem um público de secretários que já atingimos 700 secretários para que a gente passe todas essas informações e formações, porque aí nós estaremos falando tête-à-tête, vamos fazê-lo. Maiara(F) está aqui comigo me acompanhando, justamente para que a gente faça o mais rápido possível essa divulgação. Não podemos garantir que na Semana do Consumidor tudo já esteja tão prontamente feito como queríamos, mas no nosso fórum, e tenho certeza que teremos 2019 para estar trabalhando o projeto, estar acompanhando com vocês e nos colocando à disposição.

Eu agradeço imensamente, não precisa-se falar tanto porque aqui nós já vamos ouvir nutricionistas, vamos ouvir a Kellen a respeito do Programa Nacional da Educação Alimentar no PNAE, e o que nós sempre fazemos é buscar que os nossos alunos, e uma das coisas muito importantes que eu estou aqui com a Kellen, que conjuga comigo, que Kellen é Secretaria Estadual de Educação e é também da Undime, é que nós precisamos parar com a divisão de redes, nós queremos formar alunos, nós queremos formar cidadãos, portanto, escola privada, escola municipal e escola estadual têm que acabar com as distâncias. Todos ali são cidadãos brasileiros.

[aplausos]

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: Essa é a nossa luta, nós precisamos acabar com as distâncias e vamos buscar, está aqui o Sinep que eu tenho um... eu agradeço e sempre ao Sinep que eu trabalhei como coordenadora do Fórum Estadual de Educação por oito anos e que fazia parte, faz parte do fórum, o que nós precisamos é estar preocupados com uma educação para o cidadão/cidadã brasileira. Só vamos mudar todas essas tristezas que nós vimos no Brasil, que seja pelas diferenças econômico-sociais, através da educação, só a educação aproxima o cidadão de uma nova vida. Observa-se muito pelas estatísticas dos alunos que saem do Ensino Médio, mas educação não é caridade, educação é direito e é dever do Estado. Portanto, vamos buscar assegurar, através de todos os parceiros, uma educação de qualidade e equidade que merece todo cidadão e cidadã brasileira. Muito obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Bom, Dra. Suely, diretora da Undime, tá?

SRA. SUELY DUQUE RODARTE: Aprendeu.

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Aprendi rápido. As suas palavras foram muito elucidadoras daquilo que eu já tinha vivenciado no meu município em 2017, o Dr. Amauri já sabia já, já tinha apresentado aqui que eu tinha feito uma busca junto aos estabelecimentos de ensino sobre a questão da merenda escolar. E por incrível que pareça, antes de passar a palavra aqui para a Kellen também, que vai falar logo depois, a Zuleica vai falar. Eu encontrei um ambiente de cuidado da alimentação dos alunos muito maior na rede estadual municipal do que na rede particular, mas por quê? Não, é porque a rede particular não faz, não é isso, é porque a rede particular, a maioria dos casos, ela é direcionada para o serviço de cantina e nem sempre havia da escola o controle sobre aquilo que era vendido nas cantinas. Então, isso mudou um pouco o posicionamento do sindicato lá na cidade e aí reflete muito na fala do Dr. Luciano também aqui, que se você não trazer esse fornecedor para conversar com você e criar em cima disso uma política pública que atinja a todos, as escolas particulares aprenderam muito com a rede já municipal/estadual, porque já tinham implantado essa rotina dentro das suas escolas e disso derivou duas cartilhas, que depois eu vou disponibilizar para todos os Procons, quiserem reproduzir, só indicar a fonte, uma cartilha que versa só sobre alimentação e uma que foi feita junto com o Sinep lá da Zona da Mata, com o Miguel. Hoje é o rapaz lá de Barbacena, eu esqueci o nome dele agora, mudou o presidente lá.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Lelis(F).

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Lelis(F), isso. Foi feita por Miguel e assinada pelo Lelis(F), que trata não só da mensalidade escolar, mas trata de material escolar, trata de matrícula, trata de van, trata de uniforme, trata de outros assuntos. Então, foi essa aproximação, através da merenda escolar, buscando na iniciativa pública as informações necessárias a criar um ambiente sadio com as empresas que prestam serviço de educação. Então, é muito isso que a senhora falou e o que o Sr. Luciano falou também. Então, vamos ouvir agora da Kellen, que é a nossa Superintendente de Política Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação. Tem o microfone.

SRA. KELLEN SILVA SENRA NUNES: Bom dia a todos e a todas, cumprimento todas as autoridades da Mesa. Bem, iniciei como superintendente na sexta-feira passada, mas já... eu sou analista educacional da Secretaria de Estado de Educação há 13 anos, então, atuo especificamente nas ações pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação. Então, consigo falar especificamente do pedagógico, das ações pedagógicas que nós desenvolvemos na perspectiva desse projeto, mas antes de falar um pouco das ações que já são desenvolvidas, eu queria falar um pouco da experiência como mãe, que é sempre importante a gente associar essas questões profissionais e da nossa vida pessoal.

Então, tenho dois filhos, um de 4 anos e um de 10 anos, o de 10 anos passou por muitos anos na rede privada e na educação integral na rede privada e hoje o de 4 anos, ele é um estudante da Umei, da prefeitura de Belo Horizonte, e eu vou falar sinceramente, parte do mérito do que os meus filhos consomem hoje é da escola, é da escola. O que eles consomem dentro da escola e toda a alimentação, e falo mais ainda do de 4 anos, que é a estrutura que hoje a rede municipal de Belo Horizonte fornece nas creches, na Umei, é impecável. É impecável o meu filho chegar em casa e ele não procurar uma bolacha, um refrigerante, ele não procura, ele chega em casa e pede banana, ele pede maçã. Então, é muito importante o papel da escola nisso.

Então, eu acho que esse relato, falar isso com vocês é algo que me deixa muito tranquila, porque para uma mãe que trabalha 40 horas, né? Que trabalha e sai de casa às 7h da manhã e chega muitas vezes só 8 horas da noite, é muito significativo isso para gente, isso é muito importante, né? A escola tem um papel fundamental na educação dos nossos filhos e não é somente na educação quando a gente pensa do conteúdo, do currículo, mas da formação, dos hábitos que eles vão ter aí para o resto da vida. E aí então a gente precisa de reforçar, ratificar todo momento o papel que a escola tem na formação integral desse estudante.

Dentro da Secretaria de Educação, nós temos algumas frentes, que é o Programa Saúde na Escola, que contempla o projeto, que já estão todos envolvidos no desenvolvimento do projeto de Consumo Saudável Dentro das Escolas, nós temos então uma equipe toda organizada para isso e que ela está inserida dentro de uma equipe, que é a equipe de educação integral integrada, porque aí é uma forma de a gente desenvolver melhor essas ações dentro das escolas. O mais importante de tudo isso que a gente percebe é que a gente precisa de desenvolver um pouco melhor a formação dos nossos professores, conseguir chegar essas ações e esses projetos para todos os professores, não somente para um grupo de professores específicos, igual o exemplo da

Profa. Graziela, a gente sabe que isso não chega a todas as escolas. Então, é algo que precisamos de ter um pouco mais de cuidado porque às vezes umas se envolvem e outras não. Então, é algo que a gente vem apresentando muito nas discussões, essa equipe vem apresentando muito para a gente.

Outra coisa também dentro da questão pedagógica é que no nosso currículo, tanto no CBC, na Base Nacional Comum e no Currículo Referência de Minas está previsto na área de ciências da natureza e especificamente no conteúdo de Educação Física a temática de Alimentação Saudável, das discussões do consumo saudável dos alimentos. Então, é algo que não tem como não ser trabalhado dentro das nossas escolas no currículo básico, né? E isso traz também uma segurança para a gente desenvolver o projeto nas nossas escolas. E aí, não só como ação reflexiva, eu acho que trabalhar com os estudantes não só de conscientizá-los, mas trabalhar com a prática, deles compreenderem que é não só: ah, não, não posso comer, é trazer a prática para dentro da escola, isso é o mais importante. Então o decreto, por exemplo, o Decreto nº 47.557, ele prevê essa questão da prática para não consumirmos esses tipos de alimentos que não é o ideal para os nossos... não só os nossos estudantes, para nós, né? Então, essa ação pedagógica reflexiva para os nossos estudantes é o mais importante, não é somente falar o que não deve comer ou não, é discutir isso muito bem com eles, né? E, além disso, discutir ainda mais com os jovens do Ensino Médio, porque a gente perde um pouco o controle, nos anos iniciais, a gente trabalha isso muito bem, conseguem os pais controlarem, né? Os pais, os responsáveis controlar isso muito bem com as crianças, mas vai se perdendo ao longo do crescimento deles e aí é algo que precisa de ser uma ação reflexiva e deles compreenderem quais são os caos(F) que eles terão se não consumirem bons alimentos.

Então, eu vou ser breve, né? Quero firmar, continuar firmando a parceria da Secretaria de Estado de Educação, a gente está com a Tatiana(F) também, que é lá da Secretaria de Educação, que pode, tem condição de falar um pouco mais do PNAE, do plano alimentar. E nós estamos à disposição de vocês, prontos para parceria, para dar continuidade à parceria e abertos para todas as discussões, tá? Bom dia, muito obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Muito obrigado, Kellen, pelos seus esclarecimentos. Eu vou passar diretamente a palavra para a Dra. Zuleica Reis Ávila, que é presidente do Sinep de Minas Gerais, por favor.

SRA. ZULEICA REIS ÁVILA: Eu tenho um material para passar rapidinho também. Eu vou falar por que eu trouxe o material, né? Porque eu estou em escola há 38 anos, completa esse ano 38 anos que eu trabalho na mesma escola e como a gente trabalha em escola, a gente tem uma dificuldade de falar sem ter algum material, né? Todo professor tem que ter algum material para pelo menos colar, né?

Primeiro, eu quero cumprimentar todos aqui presentes, da Mesa. Falar da minha admiração pelo Dr. Amauri, que eu conheci já há algum tempo, eu estou... esse é meu segundo ano como presidente das escolas particulares de Minas Gerais, com um grande desafio que nós assumimos o ano passado, com muitas mudanças, foi um dos anos mais difíceis e justamente quando eu entrei, né? Com muitas mudanças, né? Com homologações de BNCCs aí, do Infantil, do Fundamental e agora do Médio, a gente já está trabalhando nele. Mudança de governo, que também, nós somos escolas particulares, mas é lógico que nós estamos dentro do estado e dentro do país e por isso nós estamos também atentos às questões políticas.

E dizer a vocês que foi um ano muito complicado, muito difícil, mas que a gente conseguiu vencer e cumprir com toda a nossa agenda. E o Dr. Amauri a gente já vem conhecendo há já algum tempo, alguns projetos, e esse ano novamente nós estamos aí em parceria e o que foi dito à mesa eu também endosso, a questão de termos parcerias, né? E uma coisa também que a Suely disse, que para mim é fundamental, eu acho até que se eu pudesse tirar esse nome "sindicato", eu tiraria, passaria a ser casa de educação. Porque dentro da minha divisão, há anos, dentro de escola, o sindicato, ele não foi feito para ideologias políticas, para as questões partidárias, ele foi feito para cuidar da educação, para orientar os gestores, para cuidar do professor. Então, durante muitos anos, o sindicato foi(F) carregado dessa palavra "sindicato" ligado muito às questões políticas que se discute salários, e enfim, e é muito desgastante isso, né? E desde o ano passado que eu venho trabalhando junto, junto com os professores também, nós fizemos um evento muito grande só para professores e a gente tem trabalhado também para dar formação para os nossos professores, não importa se é de escola pública ou privada, por isso nós estamos muito alinhados.

Ontem mesmo, nós tínhamos a secretaria estadual lá com a gente, municipal lá com a gente, falando sobre projeto político-pedagógico da Educação Infantil, já dentro dessa nova visão, eles estão trabalhando junto com a gente. Então assim, eu acho que a escola, ela é única, não importa se ela é pública ou privada, porque existe um trânsito entre os alunos da escola pública para a escola privada e da escola privada para a pública, então não pode existir essa separação. E

vocês podem ter certeza que da nossa parte, nós somos um estado muito grande, né? Com, só da escola particular, 3.600 escolas, e nós adotamos inclusive uma parte que foi muito interessante que chama Sinep Itinerante, Sinep Itinerante saiu de Belo Horizonte para ir para o interior e, no interior, pegar todas aquelas escolas da região para poder dar um atendimento melhor às escolas do interior, que são às vezes carentes não de informação, porque as informações chegam porque nós temos hoje as mídias e as informações que chegam tão rápidas, mas a presença da gente lá, então nós temos feito esse trabalho.

E como foi dito pela Mesa também, a questão das terceirizações nas cantinas. Então eu vou passar para vocês aqui. Primeiro, a gente não pode esquecer dessa lei de 2004, né? Quando essa lei surgiu em 2004, eu já estava no sindicato, eu não era presidente, mas já estava no sindicato, nós fizemos muitos movimentos, inclusive com os cantineiros, porque a maioria das cantinas das escolas particulares, elas são terceirizadas, mas existe um controle muito grande dos gestores das escolas particulares com relação às cantinas terceirizadas. Não vou falar que a gente tem condição de falar que todas fazem isso, né? Mas há uma orientação do sindicato das escolas particulares desde 2004, quando nós fizemos essa questão da educação nutricional, nós fizemos vários movimentos nas escolas em função dessa lei.

E com relação ao que a Kellen disse, né? Eu vivenciei isso com os meus filhos e agora eu vivencio com os netos, que eu tenho dois netos que estudam na escola que eu trabalho. Então, de acordo com essa nova visão de sedimentação do aprender, a BNCC veio muito a confirmar o que a gente vem fazendo, na parte da Educação Infantil, que é experimentação. Então, quer dizer, na área da alimentação, toda a parte curricular, toda a parte dos projetos políticos-pedagógicos voltados à Educação Infantil, ela está voltada para a experimentação a partir da BNCC. Quer dizer, todos nós teremos, não só da escola pública como da privada, teremos uma base nacional comum, onde todos os alunos saberão aquela base toda, né? Como uma única base, para que justamente possa acontecer esse trânsito dos alunos da pública para a particular e da particular para a pública, que isso é fato, a gente recebe muitos alunos da escola pública, como muitos alunos da escola particular saem para pública, né? Então, a base veio justamente para alinhar esse conhecimento que deve ser o mínimo que todos os alunos devem ter.

Na Educação Infantil, o que ele veio? Ele vem com a experimentação, então na área alimentar o que faz parte dos planos pedagógicos das escolas particulares? É fazer as crianças experimentarem tudo o que é saudável. Então, tem o dia da salada de frutas e vocês que devem

ter filhos em escola particular, vocês vão ver que existe um movimento dentro do próprio currículo para que isso aconteça. No Fundamental, é um pedaço mais difícil, que é sistematizar o que você experimentou, né? Por isso que a gente tem muita resistência quando os alunos vão para o Ensino Fundamental, que é na hora de sistematizar, o que é sistematizar? O sistematizar dói. Porque você não quer, o aluno já tem aquela, o querer dele próprio, então ele já tem a sua opinião, muitas vezes, você quer alimentação saudável, ele fala: "Eu não quero isso". A gente percebeu pelo coral, na hora que perguntava o que eles queriam, eles queriam justamente o que não podiam, vocês podem ver que todos, a maioria daqui já não está mais na Educação Infantil, a maioria está no Fundamental.

E depois, quando foi feita essa lei que nós colocamos aqui, essa lei veio para que, né? O estado nos deu algumas diretrizes com relação à integração pedagógica, aos temas transversais, à educação ambiental, as propostas dos currículos para as escolas. Então, desde de 2004 que a gente está trabalhando nas escolas em cima da lei, dessa lei, e as cantinas também. E eu falo, quando fala do Ensino Médio, que é o mais difícil, que é a concretização, então, quer dizer, se na Educação Infantil experimentou, no Fundamental sistematizou e se a gente consegue no Ensino Médio concretizar, nós podemos falar que somos vencedores, que realmente tudo que foi aprendido no experimentar, no sistematizar, foi concretizado no Ensino Médio de primeiro, segundo e terceiro ano.

E a BNCC, na sexta-feira, nós estivemos com o Wisley aqui, que faz parte do MEC, ele veio nos falar inclusive sobre esse assunto, da questão da concretização do que é aprendido no Fundamental. Porque agora, nessa nova base nacional curricular, vai ser exatamente isso, né? No Ensino Médio, nós vamos sedimentar, concretizar o que foi ensinado no Ensino Fundamental. Então, quando essa lei veio, a gente não pode, o brasileiro, infelizmente, ele não consegue resgatar as histórias, né? A gente fala, eu falo muito assim, a gente faz muito campanhas, né? E as campanhas, elas têm um tempo útil, elas vêm, elas matam e elas aparecem um outro tema. Então, eu acho que nas escolas, desde 2004 que a gente vem trabalhando nesse sentido, a gente não conseguiu matar esse item por fazer parte justamente dessa questão dos projetos pedagógicos voltados para a lei na época e depois ela foi sendo sedimentada principalmente na Educação Infantil e hoje a gente vê muitas crianças com esses bons hábitos.

Depois, continuando aí, a questão da conscientização foi feita também em 2004, todo o trabalho de conscientização, a importância da alimentação saudável, a relação entre alimento e

atividade física, muitas escolas na hora... porque a educação física também mudou, gente, se a gente faz um histórico da educação física da minha época, por exemplo, a gente fazia atividade física mesmo, né? Jogar futebol, jogar vôlei, hoje não. A educação física hoje, ela é tida, inclusive dentro da BNCC, como uma das matérias que vai ser obrigatória, é obrigatória, né? Então, a educação física passa a ser obrigatória, inclusive na educação física, os alunos têm momentos onde eles têm horário com a nutricionista, muitas escolas levam nutricionista, levam a questão dessa... dentro do projeto político-pedagógico, a questão da alimentação, do exercício físico, da saúde, da higiene. Na Educação Infantil, as escolas ensinam até a escovar dente, né? Que a gente fala que seria: ensinar a escovar dente, isso não é função da família? Não, é função da escola também, né? Faz parte, todo um projeto voltado à educação alimentar, física, enfim.

A conservação adequada dos alimentos, o aproveitamento correto dos cardápios equilibrados, então, isso tudo, ele vem desde 2004 sendo trabalhado. Desenvolvimento das atividades educativas. Então, a gente pegou, eu peguei esse item aí, está vendo aquelas criancinhas lá trabalhando nas cozinhas? Foram quando muitas escolas começaram a fazer as cozinhas experimentais, as crianças vão para a cozinha fazer, ensinar a fazer bolo, enfim, mil coisas que as escolas começaram a incrementar. E uma coisa importante falar também, quando a gente fala da escola particular, e a gente aprende muito com a escola pública e vice-versa, nas escolas públicas, a gente via isso, né? A gente tem muitas escolas que também introduziram desde 2004 algumas atividades extracurriculares que atendem inclusive essa demanda e tudo isso aí é desde 2004.

Aí quando foi agora nós tivemos o prazer de receber o Dr. Amauri lá no Sinep, no sindicato das escolas, hoje, como eu disse, nós temos uma base de 3.600 escolas, 600 associadas, no município muito grande, né? O estado de Minas Gerais é o estado que tem mais municípios. Então, a diversidade que a gente encontra em cada canto também às vezes dificulta a introdução de tanta alimentação saudável como nós gostaríamos que fosse em todos os locais. E aí o Dr. Amauri trouxe junto com a Rafaela e também depois tive o prazer de conhecer a Isabela(F), eu sou tão entusiasmada quanto o Dr. Amauri, o dia que ele esteve lá conversando, eu logo falei: Não, vou fazer o evento. Aí o pessoal lá fala assim: "Você nem pergunta se tem condição". Eu não quero nem saber, nós vamos fazer um evento.

Então, o Dr. Amauri levou essa proposta, imediatamente, foi no final do ano passado, imediatamente, nós mandamos para todas as escolas, associadas ou não, todo material que a

Secretaria da Saúde nos disponibilizou, que é, gente, um material riquíssimo! Riquíssimo, que eu estava conversando até com a Isabela(F) antes de começar, é um material que toda escola deveria ter. Além do guia, do Guia Alimentar, que esse guia, ele é parâmetro para o Canadá. O Canadá pegou o Guia Alimentar da Secretaria de Saúde e tem adotado o Guia Alimentar de tão importante, de tão bem elaborado ele está. Então, nós, a primeira coisa que eu falei foi a questão de nós estarmos terminando o ano letivo, que seria difícil chamar diretor, no final do ano não tinha diretor da escola de jeito nenhum. Princípio de ano e fim de ano, diretor não sai da escola de jeito nenhum.

Então, nós fizemos uma correspondência para as escolas todas e enviamos o material que nós tínhamos. Aí foi quando o Dr. Amauri formalizou a questão do decreto, e o decreto veio, e nós já temos um evento marcado agora na sexta-feira que vem, dia 27. Nós colocamos... eu falei com o Dr. Amauri, a gente às vezes, a gente não tem noção dos órgãos que podem nos auxiliar, infelizmente. A gente só passa a saber para que servem depois que a gente começa a ser parceiro. Porque o Procon, se você chegar numa escola e falar: "O Procon está na recepção e quer falar com o diretor", o diretor fala assim: "Ai, meu Deus, o que eu fiz de errado? Será que tem alguma multa? Será que... o que eles vão fazer comigo?". O Ministério Público está aí na portaria e quer falar com o diretor: "Ai, meu Deus, o que foi que aconteceu?". E assim é, né? Porque a gente tem um distanciamento muito dos órgãos que são para nos auxiliar a trabalhar dentro de uma proposta saudável muito distante, e o trabalho que o Dr. Amauri tem feito junto ao Procon tem nos trazido uma tranquilidade muito grande, porque hoje até o telefone particular dele eu tenho e ele tem o meu.

Então, eu sei que a qualquer momento que a gente puder trocar alguma informação que vai ser útil para o Procon e vice-versa, a gente pode fazer, uma ideia de cooperação e de parceria, que é isso que tem que acontecer em todos órgãos. A gente faz isso com a BHTrans, estava falando com o Dr. Amauri, quando falava assim: "A BHTrans está querendo fazer uma parceria", o pessoal logo lembra assim: "Não, BHTrans é só multa". E a BHTrans também tem o trabalho sensacional de educação para o trânsito, que a gente também trabalha a questão da educação do trânsito nas escolas. Então, nós já providenciamos esse evento, já passamos para todas as escolas, o Dr. Amauri perguntou: "Zuleica, como que está o nosso evento?".

Nós colocamos o decreto, o que o decreto estabelece, porque lá nós estaremos mobilizando os diretores de escolas, os gestores todos, para conhecer o decreto, que nós já

conhecemos a lei, mas agora o que dificultou a lei, gente, na prática? Falei também quando o Dr. Amauri esteve lá. Primeiro, que nem toda cantina tem esse cuidado que deveria ter, né? Como nós somos muitas escolas, eu não posso falar por todas, mas pelas que eu conheço de perto, e pela que eu represento hoje como diretora, eu sei que a gente tem um controle muito próximo aos cantineiros: saber se tem nutricionista, saber quais os alimentos que estão sendo processados, enfim, existe um controle sobre isso. Outra coisa que a gente percebe é que o decreto deve vir não como uma forma punitiva, mas como uma forma de reforçar a lei e dar à escola a lista de alimentos, que nós vamos falar também sobre isso, Dr. Amauri. Eu não, mas os próximos palestrantes, a lista de alimentos que realmente não podem ser comercializados dentro da escola. E um dificultador são os ambulantes, né? Outra coisa que dificulta demais, porque eu não vendo chicletes, eu não vendo doce, eu não vendo a bala, mas o ambulante vende. Eu não sou contra ambulante, não, tá? Nós estamos com uma crise de emprego aí, não tem nada a ver contra os ambulantes. Eu sei que existe uma crise de emprego, as pessoas, antes vender como ambulante do que ficar perambulando aí pelas ruas, mas deveria ter uma regulamentação com relação a isso também, que é um agravante para as escolas.

E agora tem os truques aí, né? Os truques [ininteligível] aí da vida, que eles vendem de tudo um pouco. Então, aonde tem aonde estacionar, o caso da escola que eu represento, que tem praça, vira uma festa. Sexta-feira só falta chope, porque churrasco, só falta o chope, porque churrasco, churros, sorvete, picolé, não sei o quê, não sei, e tem de tudo. Também não sou contra, não, tá, gente? Eu sou a favor da livre iniciativa, sou a favor do trabalho, sou a favor de tudo, só que para que nós possamos praticar, na verdade, o que o decreto nos estabelece e fazer com que as famílias também, que mandam a merenda de casa para a escola, porque tem mãe que tem cuidado, né, Kellen?

Tem a mãe que tem o cuidado com a alimentação, mas tem mãe, gente, que não tem cuidado, não. Tem mãe que nem a merendeira lava. Verdade, né? A gente tem que ter... a gente sabe disso, a gente está em escola, sabe disso. Então assim, tem mães que têm o cuidado de ver a alimentação diária do filho, de saber que, realmente, na escola está trabalhando a questão da alimentação saudável, mas tem mães também que preferem comprar um saco daqueles bem grandes de chips, e é sortido, né? Tem o sortido, e aí fica em casa o sortido, e a medida, durante a semana vai mandando o sortido com refrigerante também sortido, que a gente agora tem o pequenininho, né? Tem uns refrigerantes sortidos, então é dos sortidos que às vezes a gente

sobrevive.

Então o decreto, ele vai nos ajudar a também falar para o pai e para a mãe para que viemos, o que fazemos e como estabelecemos, porque não resolve só a escola fazer, né? Então essa... aí são os parceiros que eu achei muito interessante ter, e essa cartilha que eu falei, que é o Guia Alimentar, que a gente tem utilizado muito também, que é uma cartilha, é um guia alimentar maravilhoso, que inclusive eu fiquei sabendo que está sendo adotado até no Canadá, e fiquei feliz de receber também a Secretaria da Saúde também no Sinep para também nos orientar e nos dar condições e muito material para nos ajudar.

Eu acho que eu falo demais, igual eu falei, eu sou muito entusiasmada, estou à disposição. O Sinep é uma casa da educação. Nós temos cursos maravilhosos lá à disposição, viu? Tem... nós estivemos lá na cidade administrativa na semana retrasada, nós nos colocamos à disposição dos professores que queiram, dos gestores que quiserem, tanto da Secretaria da Educação como os professores que querem participar, nós já fizemos todo o nosso calendário do semestre. Basta entrar no site do Sinep e ver lá o calendário de todos os cursos que nós vamos ter durante até junho. Nós estamos fazendo por semestre para a gente poder se organizar melhor.

Agradecer demais, né, ao Jimmy(F), à Secretaria da Educação, né? Ao Procon, Ministério Público e todas aquelas pessoas que podem e nos ajudam a caminhar numa educação às vezes tão árdua, né? Num caminho tão árduo que eu sei que é estar na sala de aula, trabalhar com essa juventude toda e conseguir fazer com que eles pelo menos tenham condição de ouvir e entender qual é a mensagem que a gente tem para eles, que a gente sabe que a educação existe quando o aluno e nós estamos trabalhando para que o aluno seja cada vez mais saudável, tanto cognitivamente como mentalmente, como fisicamente. E para isso, a alimentação faz parte desse projeto. Muito obrigada, gente.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Muito bom. Queria parabenizar a Zuleica pela fala. É muito importante essa colocação do sindicato, que não deve se chamar sindicato, porque dá uma conotação trabalhista à questão.

SRA. ZULEICA REIS ÁVILA: Verdade.

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Mas de organização de fornecedores para melhorar o mercado, vamos dizer assim.

SRA. ZULEICA REIS ÁVILA: É. Eu estou colocando que é serviços prestados agora.

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Porque é uma coisa que ela falou, que assim, antes, a gente... as pessoas não olhavam para dentro das cantinas, e nesse evento que eu fiz lá em Juiz de Fora lá, um ponto muito positivo foi da Vigilância Sanitária, Dr. Amauri, na manipulação desses alimentos. Quem já não ouviu uma história de que um alimento contaminado no colégio infeccionou tantas crianças? Isso nada mais é que manipulação e acondicionamento, né? Então isso é muito importante, e essa integração com os entes municipais também, como a própria Dra. Zuleica disse, com relação aos ambulantes, porque é uma questão de postura municipal, né? E já existem Câmaras que já estão se movimentando determinando que no entorno de estabelecimentos de ensino não se tenha determinados tipos de estabelecimento ou venda de determinados produtos. Então, tem sim, cada Procon, cada parra(F) aí que esteja no auditório, fazer esse exercício de procurar Câmara, procurar a fiscalização de postura do município, para saber o que esses ambulantes estão vendendo nas portas do colégio também é uma função de orientar e informar o consumidor da maneira correta.

Passando a palavra já para o Dr. Amauri, mas só me desculpando com os palestrantes, que quando a gente está mexendo aqui no telefone não é desrespeito aos expositores, já está no e-mail de vocês aí a cartilha que eu fiz lá em Juiz de Fora, as duas, tá? Nos Procons-MG, e eu já mandei também para a Isabela(F) e para o Dr. Amauri, se quiser compartilhar. Já passei para o nosso secretário nacional aqui também, para poder alguém compartilhar com algum ente que esteja aqui presente, já está no e-mail de vocês, já está disponível. Eu achei melhor fazer isso do que apresentá-la aqui, devido ao adiantado da hora. Mas passando a palavra ao Dr. Amauri, que vai encerrar esse painel, eu gostaria de também enaltecer, Dr. Amauri, que o promotor tem que ser presente com o Procon na comarca, porque às vezes, por mais que o diretor do Procon seja um ente da administração, ele não tem a força para chegar no prefeito e impor determinada situação, mas o Ministério Público tem. Então, a parceria com o MP local, ela é muito importante.

SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Bom, gente, bom dia a todos. Eu queria inicialmente agradecer a presença de todos. Eu acho que a minha fala é o que está acontecendo, né? Desde o início, a gente quis que o projeto, ele fosse exteriorizado através de todos os parceiros e das atividades que a gente está desenvolvendo aqui no dia de hoje. Eu queria só fazer dois comentários, porque o nosso tempo também já está curto, que são os seguintes. O Ministério Público, além da educação para o consumo, além desse trabalho educativo na área de segurança

alimentar, ele também tem sete outros trabalhos ligados à segurança alimentar, um deles está sendo feito em Diamantina. Em Diamantina, a gente está elaborando o diagnóstico do problema que acontece nas padarias, vamos criar um roteiro de atuação para a fiscalização das padarias junto com a vigilância municipal. Vamos atualizar, na verdade, que a vigilância municipal de Diamantina já tem um trabalho de fiscalização. E criamos também uma parceria lá em torno do projeto, e a Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e do Mucuri, ela vai estar com a gente aqui na parte da tarde, mas eu queria falar isso, porque eu acho que é uma coisa importante, eles desenvolveram um livro didático, que é para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, em que eles colocaram todas as disciplinas, geografia, biologia, português e matemática, e para cada disciplina eles fizeram o conteúdo relacionado à segurança alimentar. Eu não vou falar muito, não, porque senão eu acabo tirando a fala da universidade, mas o que eu queria dizer é que o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, ele está aberto para receber qualquer projeto que seja relacionado à educação para o consumo e alimentar, para que a gente possa ajudar na impressão, no apoio financeiro. Eu acho que esse projeto, ele traz a oportunidade de nós, teatro, música, poesia, publicações, eu acho que traz esse leque de opções que efetivamente vão permitir que a gente faça um grande movimento no estado em torno da educação alimentar.

A Secretaria de Estado de Educação, a gente tem feito as reuniões, né, Kellen? E uma das propostas, ela estabeleceu um concurso para os 45 melhores trabalhos das escolas particulares, das municipais e das estaduais sobre o tema Segurança Alimentar. E quanto mais diversificados forem esses trabalhos, melhor será. Por quê? Porque no mês de outubro a gente vai divulgar os 45 premiados, e no mês de março do ano que vem, na Semana do Consumidor, o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor quer trazer todos esses alunos, professores premiados, para a gente fazer um grande evento em Belo Horizonte e apresentar esses trabalhos. Então, quanto mais a gente puder criar cotas de tipos de trabalho nessa premiação, eu acho que é muito importante que a gente pode ter apresentação teatral, a gente pode ter apresentação de poesia, a gente pode ter apresentação de música, a gente pode ter apresentação de maquetes, a gente pode ter uma diversidade de trabalhos nesses 45 que possam nos dar essa condição de fazer um grande evento e convidar a sociedade de Belo Horizonte, as outras escolas, para participar e ver exatamente o resultado desse projeto educativo.

E a segunda questão são os ambulantes, Zuleica. Os ambulantes, eles estão dentro do

decreto, estão dentro da resolução da Caisans, que criou, que fez a lista dos alimentos proibidos e dos alimentos permitidos nas escolas, e que será para a gente a bússola para a gente agir dentro das escolas. Então, eu conversei com a Luana, a gente vai, junto à prefeitura, contactar, em Belo Horizonte, o setor de Vigilância Sanitária, o setor que trabalha essa questão dos ambulantes, para que a gente faça também um trabalho educativo com os ambulantes. E se possível, um trabalho que seja também de subsídio a eles, para que eles possam, com tranquilidade, contribuir com esse trabalho de modo que eles tenham também condições de trabalhar, evidentemente, porque eles precisam de ter o fruto do trabalho dele, mas fazer de uma forma que a gente consiga, o poder público e ambulante, a gente tem que ver, não sei se tem um sindicato, se tem uma entidade que represente os ambulantes, para que a gente possa também fazer com que eles participem disso da melhor forma possível, sem prejudicar o ganha-pão deles que, afinal de contas, é essencial para a sobrevivência deles e das famílias deles. Eu queria falar isso e queria, nós temos aqui Procons, temos várias pessoas, que tivessem essa preocupação nos municípios de fazer essa articulação também com os ambulantes, porque eles estão no decreto, como sendo também personagens importantes, protagonistas, para que a gente possa, na escola, fora da escola, e agora falando também com as famílias, que a atenção básica da saúde dos municípios possam também se inteirar com esse projeto e fazer uma programação de ida nas famílias dos estudantes, para que os estudantes cheguem em casa e não tenham lá, no dia a dia, uma contrapropaganda ruim ao que está sendo dito nas escolas.

Então, eu queria falar isso e dizer, assim, tem muitos parceiros aqui que não foram nominados, não estão aqui na Mesa, mas a gente agradecer a parceria de todos, porque esse movimento não é um movimento só do Procon, não é das escolas particulares e nem públicas, eu acho que é de toda a sociedade. Então, todos que quiserem participar, nutricionistas que estão presentes aqui, nós temos o termo de voluntariado lá na mesa, por favor, quem quiser participar da Semana do Consumidor, que nós vamos participar, fazer um trabalho mais direto em 25 escolas da rede municipal, quem puder nos ajudar, assine lá o termo de voluntariado e depois nós vamos chamá-los para uma reunião, para a gente tentar exatamente organizar todas essas atividades.

Muito obrigado aí pela atenção e que seja um sucesso o nosso projeto educativo, que é um projeto de todos.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE EDUARDO CÉSAR SCHRÖDER E BRAGA: Bom, eu queria agradecer a

apresentação de todos os expositores que foram sucintos, mas aprofundados no tema. Eu vou desfazer a Mesa e vou chamar a Dra. Cláudia Augusta Lopes de Mendonça, que é promotora de Justiça de Ribeirão das Neves, para poder chamar o próximo painel.

O Dr. Amauri pediu para chamar já de uma vez o expositor, Charles Daniel França Salomão, promotor de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Pará de Minas também para compor a Mesa.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE CLÁUDIA AUGUSTA LOPES DE MENDONÇA: Bom, bom dia. Como já foi dito, o meu nome é Cláudia Augusta, sou promotora da Comarca de Ribeirão das Neves, atuo na defesa dos direitos do consumidor. Agradeço o Dr. Amauri pela oportunidade de participar desse evento sobre a segurança alimentar nas escolas, e sem mais delongas, eu passo a palavra para o expositor sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional nas Escolas Mineiras, o Dr. Charles Daniel França Salomão aqui presente. Muito obrigada.

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: Bom dia a todos. Agradeço de início ao gentil convite do Dr. Amauri, que em conversa informal, ele, em um tom provocativo e demonstrando a nossa inquietação a respeito de algumas questões legais que podem advir dessa nova legislação que eu vou mencionar para os senhores. Especificamente, nós vamos tratar da lei estadual que foi mencionada, de 2004, e do decreto... e da resolução da Caisans de 2018, né?

A educação saudável na escola é opção ou obrigação? Nós falamos aqui muito da questão das parcerias, sem dúvida, imprescindível para o sucesso de qualquer programa de educação, falamos da necessidade de engajamento de todos os atores e principalmente da escola, e a escola aqui entendida como um ambiente formal, quase sagrado, da educação dos nossos filhos. Eu sou pai de um casal de adolescentes, de 13 e 15 anos, sei muito bem da dificuldade que é ensinar e passar o consumo saudável para eles, o famoso Ensino Médio. Então, os adolescentes, por sua natureza, eles já têm a própria opinião e, na verdade, a gente nada contra toda uma corrente de consumismo e de propagandas, e da indústria, da força da indústria alimentícia, propagando a alimentação ruim.

A indagação que fazemos é a seguinte: a escola deve observar, e aí eu falo indistintamente, escola pública estadual, municipal, escola particular, todos fazem parte de uma mesma estrutura, ao menos teoricamente, elas devem se voltar para essa questão da educação alimentar. E qual que

é a importância do tema? Não é simplesmente ensinarmos os nossos filhos, os jovens, a comer de forma saudável, a praticar esporte, adotar um estilo de vida saudável. É também isso, né? Quanto antes ensinarmos para eles essas questões que vão nos acompanhar a vida inteira, tanto melhor. Mas a questão assume especial gravidade quando nos remetemos à área da saúde. A gente está falando também de saúde pública. Lá na Comarca de Pará de Minas, eu sou promotor também da Saúde, da Infância e Juventude e do Consumidor, e vemos que essas matérias são entrelaçadas, e o Estado já percebeu isso. É muito mais caro, e mais difícil, e mais custoso cuidar de uma criança, por exemplo, de uma menina de 10 anos que já contraiu a diabetes tipo 2, é muito mais caro e dolorido do que ensiná-la lá na escola, lá na Educação Infantil, lá no Ensino Fundamental, as boas práticas, as boas maneiras e os hábitos, como eu falei, contra tudo e contra todos.

A questão da saúde pública é que o Brasil hoje ocupa o quinto lugar no ranking mundial de obesidade, e sabemos muito bem que a obesidade, e aqui eu incluo obesidade infantil, obesidade é evidentemente fator de risco para o desenvolvimento de diabetes tipo 2, de síndrome metabólica, de resistência à insulina. Ou seja, todas essas condições metabólicas que vão contribuir para a degeneração da saúde de nossos filhos, dos nossos alunos. Hoje, em termos mundiais, segundo a Organização Mundial de Saúde, a diabetes é a sexta causa de mortalidade no mundo. A primeira são as cardiopatias, e aí também a influência da alimentação na formação da aterosclerose. A segunda causa são os acidentes vasculares cerebrais, o AVC, também relacionado à alimentação. Mais embaixo, se eu não me engano em quarto ou quinto, Alzheimer. Ou seja, já foi dito aqui que o surgimento espantoso das chamadas doenças crônicas degenerativas, ou doenças do mundo moderno, ou as doenças ocidentais, já há estudos científicos randomizados demonstrando a forte ligação entre o tipo de alimentação, o estilo de vida e o início dessas doenças, que são causadas basicamente lá no início por um processo inflamatório.

E aí a gente, conversa para a outra palestra, vamos adentrar no teor dos alimentos ultraprocessados, na gordura trans, na quantidade absurda de açúcar consumido diariamente por todos, carboidratos refinados, e aí vai, mas isso é tema de outro... então, eu estou demonstrando, contextualizando para os senhores a questão da saúde, da mortalidade mundial, e o Brasil, infelizmente também é um dos líderes em obesidade infantil, principalmente entre 9 e 11 anos. Ou seja, é de fundamental importância que as escolas, a partir de agora, e eu vou ler a norma, porque a educação a gente sabe muito bem que ela se faz com orientação e coerção. Só conversa muitas vezes não dá. Então, existe todo um arcabouço legislativo produzido no Brasil há muitos

anos, há décadas, que já garante a alimentação saudável para todos.

Também é inegável, voltando à questão da saúde, a epidemia que vive o mundo hoje de diabetes tipo 2 e obesidade. Na verdade, é uma pandemia, e isso vai explodir lá na frente, no sistema de saúde, principalmente como o nosso SUS, onde o Estado paga tudo para quem não tem condições. A alimentação, ela já é tutelada legalmente, como disse para os senhores, há muitos anos. No início, até na própria Declaração dos Direitos Humanos, na década de 40, se falava em direito da pessoa humana à alimentação, mas em um contexto diferente, né? Em um contexto de fome, no contexto de acesso à comida, e com o passar do tempo, eu vou pedir desculpa para os senhores, para ler algumas das principais legislações, e se quiserem ir anotando, até chegarmos ao conceito não só da quantidade de comida como a preocupação do legislador na alimentação saudável. E esse saudável aí faz toda a diferença, porque agora já não nos interessa somente a quantidade de comida que vamos dar e oferecer ao cidadão. É preciso que essa comida seja de qualidade, por quê? No mínimo, para não atingirmos aquela questão de saúde pública.

A própria Constituição da República de 1988 já insere a alimentação como um direito social e aí como uma decorrência, uma outra faceta do direito fundamental. Tem um conceito, Dr. Amauri, no art. 2º de uma lei federal, que eu vou ler aqui, o conceito é perfeito. Art. 2º da Lei nº 11.346, de 2006, 2006. Alimentação adequada, o que é que é? Ah, é o que eu acho, é o que o Dr. Amauri acha? Não, está... o conceito é legal hoje: "Alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana, indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população". Só com esse artigo a gente já vê a preocupação, em 2006, do legislador com a alimentação saudável, mas a nossa experiência, apesar de alguns exemplos exitosos, seja em escola pública, em escola particular, a nossa experiência é que estamos perdendo a batalha.

Hoje, é muito mais palatável aí ao adolescente consumir um produto ultraprocessado, que é acessível, que é barato, que muitas vezes não vai causar confusão familiar, ou que vai amenizar um pouco, do que educar, conscientizar a respeito da necessidade de uma alimentação saudável. E vejam aqui os senhores que alimentação hoje, ela não pode ser vista somente como prazer. É uma obrigação, é uma necessidade do ser humano se nutrir adequadamente. A ciência já está chegando a um ponto, e aí temos diversos livros sobre isso, da interferência direta no tipo de comida com a vida que a gente vai levar. Então esse artigo, ele contempla também a dignidade da

pessoa humana, que é o... nós, que somos operadores do direito, é o centro nevrálgico de toda a interpretação, de todo o nosso trabalho. A dignidade da pessoa humana, ela está lá no art. 1º da Constituição, foi eleito como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, do estado democrático de direito. Então, tudo que a gente interpretar em termos de lei, de ações, do Executivo, Legislativo, Judiciário, o centro é a dignidade da pessoa humana.

E eu falo tudo isso para chegar na discussão que eu falei que o Dr. Amauri nos provocou. Por exemplo, e o contrato que aquele terceirizado faz lá com a escola, se for antes dos prazos das leis aqui que eu vou falar aqui para vocês? Porque aqui tem uma questão jurídica, tem uma nuancezinha de prazos, até quando ele podia ser protelado, esses produtos proibidos já podem ser vendidos, não podem, desde quando. E aqui, Dr. Amauri, eu particularmente entendo que eles já estão proibidos há muito tempo, no mínimo, desde dessa lei de 2006 e temos a lei de 2004 também, a lei estadual. Não precisaríamos do decreto, e muito menos da regulamentação da Caisans, até porque a Lei estadual nº 15.072 de 2004, ela foi regulamentada 15 anos depois, através do decreto, e coincidentemente no mesmo mês, no final de dezembro, com a Resolução nº 02/2018 da Caisans.

Mas se fizermos uma interpretação jurídica dos contratos, hoje em dia o contrato, por exemplo, desse terceirizado com a escola não é um contrato comum. Por quê? O que está em jogo? É o direito subjetivo público do estudante, que é o menor, que é uma pessoa em desenvolvimento, ter acesso à alimentação saudável. O lucro empresarial é bastante secundário no ambiente escolar. O próprio Ministério da Saúde, em 2010, ele editou o manual das cantinas escolares, foi falado aqui também. E é um material muito bom, onde ali já se buscava conscientização daqueles empresários, daquelas pessoas que queriam vender alimentos dentro da escola. Abrindo um parêntese aqui, lá no município onde atuo, eu tive a grata surpresa em saber que na escola municipal, por exemplo, já não existe mais cantina.

Agora, toda a alimentação é feita sob a supervisão do nutricionista do município, e ofertada, claro, gratuitamente aos alunos de forma saudável. E me dizia um diretor, Dr. Amauri, a briga que está tendo com alguns pais que insistem em levar na lancheira o Toddyinho, o refrigerante, o Cheetos e o biscoitinho, brigando com a diretora, mas aí a gente cai naquela questão do restabelecimento da autoridade da escola. Enfrentamos uma questão grande lá também. A escola tem a sua autoridade, tem a sua autonomia, é ela que dita as regras, e com todo esse arcabouço legislativo, a escola, hoje, não tem muita saída. Ela tem que fazer ações

educativas, no Projeto Político Pedagógico dela, ela tem que mencionar. Também no final do ano passado, tivemos alteração na Lei de Diretrizes e Base da Educação, alterando o art. 26 para incluir a educação alimentar e nutricional como matéria transversal na Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Então, agora será obrigação das escolas, e aí pergunto: será que todas estão preparadas? Será que a equipe técnica já está se movimentando para incluir esse tema? E neste particular vem o Procon, felizmente, com atuação capitaneada pelo Dr. Amauri, cuja empolgação foi por todos percebida hoje, Dr. Amauri, não só pelo sorriso, pela felicidade, como pelo dote musical que o senhor tem, ali no violão. É realmente, é contagiante, porque eu falo que a causa é boa. A gente não precisa ficar fazendo muito argumento, muita acrobacia jurídica para falar para todos que já passou da hora de todo mundo se conscientizar da necessidade de educação, da educação alimentar e nutricional, né?

Dando seguimento à questão legal, como eu disse, a Lei nº 15.072 de 2004, ela dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Ensino. Só que ela remete a um regulamento, por exemplo, são vedados, ali, timidamente, ela começou a colocar o que seria proibido, que tipo de alimento seria proibido: "São vedados nos estabelecimentos que refere ao artigo fornecimento e comercialização de produtos e preparações com altos teores de caloria, gordura saturada, gordura trans, açúcar, sal e poucos nutrientes". Ou seja, ali já se esboçava o que seria esta alimentação ruim que todos nós sabemos. Só que fala "nos termos do regulamento". Poderia alguns falar então: ah, então como o Estado não regulamentou. Ou seja, é um argumento de quem não quer cumprir a lei. Concordam comigo? E como eu falei, toda a natureza jurídica daquele empresário que vai explorar o ramo de alimentação dentro da escola, a conversa é outra. Porque lá estão as nossas crianças, os nossos jovens, o futuro do país. Ali nós temos que tratar como pedras preciosas. Não é um contrato comercial como um aluguel, como uma compra e venda. É um contrato de fornecimento de alimento para criança.

Então, desde essa remessa da lei, de acordo com o regulamento, tudo bem, o regulamento poderia ajudar, mas já estava vedado. E se fizermos uma interpretação sistemática, teleológica da lei, o que a lei quer? É proteger a saúde, preservar vida, evitar doenças, propiciar que a criança e o adolescente cresçam de forma plena em sua inteireza, não apenas no sentido intelectual ou no sentido do convívio, mas também, principalmente, na sua saúde física e mental. Essa é a

preocupação do Estado, apesar de pouco sucesso de lá para cá, na minha opinião. Pouco sucesso. Já existia a lei, mas será que essa lei não pegou? Eu nunca vi, na minha experiência, uma movimentação proativa como estamos tendo nos dias atuais de uma escola correr atrás de ações ou programas para incentivar a educação alimentar. Claro que existem exceções, já temos projetos de hortas comunitárias, hortas escolares aí bem delimitados.

E aí essa regulamentação só veio em dezembro do ano passado, com o Decreto nº 47.557, de 10 de dezembro de 2018, que ele regulamentou exatamente aquela lei, a Lei nº 15.072. Foi importante? Foi muito importante. Por quê? Porque mostra que o Poder Executivo Estadual está se mobilizando, muitas vezes pressionado ou orientado por esse tipo de movimento que estamos fazendo aqui hoje, a integração de todo mundo, a escola mais consciente, os pais mais conscientes e os órgãos vinculados a isso mais atuantes. Então, foi baixado esse decreto regulamentando a lei, dizendo que as ações de promoção de alimentação adequada, saudável e sustentável nas escolas da rede pública e privada do estado serão regulamentadas.

E aí, 'embutidamente', ele coloca qual que seria a preocupação? Para contribuir para a redução da prevalência de sobrepeso e obesidade e doenças crônicas relacionadas à alimentação. Lembra que eu falei com os senhores da contextualização da saúde pública? O Estado está mirando isso também. Sobrepeso, ou seja, obesidade, doenças crônicas. Por quê? É o que está matando no mundo. Antigamente eram as doenças infecciosas. Hoje, com a medicação, é outro tipo de doença que está flagelando o nosso cidadão. E os senhores não tenham dúvida que uma pessoa já diagnosticada com a diabetes tipo 2, que está relacionada ao estilo de vida, comportamento, alimentação, ela vai ter uma série de limitações na sua vida, não é verdade? Todos conhecemos algum exemplo, família, amigos.

E o que é mais interessante é que com o nosso comportamento podemos prevenir a ocorrência da diabetes tipo 2. A tipo 1 não, que é uma doença autoimune, já nasce com o indivíduo, mas a tipo 2, sim. Qual é a essência da diabetes tipo 2? Problema hormonal. O corpo não metaboliza o excesso de glicose que está no sangue, o pâncreas não está produzindo insulina. Então isso vira caco de vidro dentro do sangue e vai afetando, vai debilitando, vai provocando inflamação no organismo, e essa pessoa não vai viver em sua plenitude. Vejam os senhores a responsabilidade dos pais, a nossa responsabilidade. Quem que faz a compra na casa? Somos nós. O que os nossos filhos estão comendo? Ah, mas é muito difícil, tem muita briga, todo mundo chega cansado. Pois é, mas e aí? Existe no meio biológico, bioquímico, a questão da

individualidade biológica. Esse excesso de açúcar, de gordura trans, de corantes, adoçantes que vêm embutidos no alimento ultraprocessado, ele pode causar já o dano numa pessoa de 10, uma de 20 ou só daqui a 50 anos, que é mais comum, mas ela pode atingir na tenra idade a criança. E aí? E a prevenção disso? A gente pode prevenir pela alimentação, pelo que está sendo ingerido.

E aí o decreto, ele menciona... Ah, especificamente em relação aos ambulantes, que a senhora falou, aqui eles estão expressamente proibidos de vender determinados tipos de alimentos ou os alimentos proibidos com alto teor de açúcar, gordura, sal, pouco nutriente: "A proibição constante no caput aplica-se a todos os serviços ambulantes, estabelecimentos comerciais localizados no interior das escolas, empresas fornecedoras de alimentação escolar, serviços de delivery e ações realizadas pela comunidade escolar para arrecadação de fundos". Estão todos abrangidos. Claro. Como que a gente cuida dentro da escola e na porta pode vender qualquer coisa? É obrigação da sociedade como um todo, e lá na frente eu vou falar para os senhores a questão dos dois princípios maiores que regem, junto com a dignidade da pessoa humana, o trato com a criança e o adolescente, que é o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta. Acabou. Toda a sociedade tem que unir forças, e nós, como servidores públicos, e os professores, como educadores, temos que desenvolver nosso máximo potencial, as nossas habilidades, para proteger esse tipo de público de quem quer que seja.

Tivemos há poucos meses atrás um debate aqui na Procuradoria sobre a propaganda, o marketing dirigido ao público infanto-juvenil, tanto do consumismo como para o consumo inadequado. Temos que estar atentos a tudo isso, né? E aqui é interessante, vai uma crítica ao decreto, que fala: "O disposto nesse decreto não se aplica", ou seja, poderia vender qualquer tipo de alimento, não se aplica, "às comemorações, festas e eventos promovidos pelas escolas quando esses integrarem o seu projeto pedagógico". Por que excepcionou isso? Outra: "As atividades ou eventos promovidos por terceiros realizados nos espaços físicos das escolas"? Absolutamente incoerente, ilegal, inconstitucional e inaplicável. O governo quis, bom, nem sei qual é o objetivo disso, essa brecha desse § 2º é muito estranha. Muito estranha. Festa junina, vamos conciliar o nosso movimento cultural com a nova conscientização.

E aqui, abrindo outro parêntese, é engraçado que nessas palestras que a gente faz nas escolas, e o lugar que eu mais gosto de falar é dentro da escola, de preferência em uma sala do Ensino Fundamental, porque lá, eu não sou professor, mas eu tenho certeza que é o auge da profissão, dos educadores, dos professores, a hora que você olha, ensina e conversa para aquele

que será o futuro do Brasil, é muito gratificante. É muito gratificante. Então há, geralmente após uma explanação sobre educação alimentar, pá-pá-pá, chocolate e tal, aí no final, e estando reunidos os diretores, professores, aí o aluno me pergunta: "Dr. Charles, mas por que então que todo dia a gente toma aqui Toddyinho na escola, todo dia tem arroz doce, todo dia"... Aí você fica numa situação, porque eles perguntam mesmo, porque eles já associaram aquilo que você está ensinando com o exemplo que eles têm. E aí eu olho para a diretora, a diretora não sabe onde coloca e tal. Ou seja, temos que mudar essa conscientização. Ah, festa junina. Ah, o arroz doce e tal, que seja esporadicamente. Também aqui ninguém é radical com toda essa questão da alimentação, mas eles perguntam e você sabe muito bem que no trato com eles temos que ser coerentes. Não adianta falarmos uma coisa e fazermos outra. A melhor e mais eficiente forma de educação em todos os sentidos para nós, pais, é o exemplo. Não adianta lermos cartilhas, pá-pá-pá, se não dermos o exemplo em casa. O filho está almoçando e se alimentando na sua frente, ele está vendo o que você está comendo. E aí? Né? Fica esse ponto aí para a reflexão.

Interessante também, em matéria legislativa, no Brasil, às vezes é tudo muito sofrido, né? Porque esse decreto, ele menciona que: ah, tá, tem essa proibição, mas essa proibição vai ser de acordo com o que definir a Caisans, que é a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Ou seja, ele... a lei proibiu e remeteu a regulamentação, que veio por decreto. O decreto, por sua vez, proibiu, abriu aquela exceção esdrúxula e remeteu à Caisans. Ah, mas e aí? Aí felizmente, dez dias depois, foi editada a Resolução nº 02 da Caisans, que ela, especificamente, trata de uma lista de produtos, a lista foi elaborada de acordo com o modelo de perfil nutricional organizado pela Organização Pan-Americana de Saúde, e determinou: "Segue a relação dos alimentos e produtos cuja comercialização no ambiente escolar está proibida, por estarem relacionados a risco à obesidade e devidos agravos à saúde".

Voltamos à contextualização do tema, das doenças. Então, o que foi proibido? Bala, pirulito, goma de mascar, biscoito recheado, chocolate, algodão-doce, 'chupe-chupe', suspiro, maria-mole, churros, sorvete, picolé, com cobertura e confeitos em geral. Isso era vendido nas escolas? Era? Por isso que eu falo que desde 2004 não pegou. E mais, refrigerantes, refrescos artificiais, néctar e bebidas achocolatadas. Só de ler já arrepiam, né? No início do painel de hoje, vimos aquela comparação do açúcar, com refrigerante, com biscoito recheado, aquilo lá pode ser tudo, menos alimento, menos alimento. E é o que as pessoas mais consomem, seja adulto, seja

criança ou adolescente. Por quê? Aí também é tema para outra conversa, Dr. Amauri, já está comprovado que esse tipo de alimento que a indústria, ela manipula os três principais ingredientes, açúcar, gordura e o sal, para se tornar hiperpalatável aquele alimento.

E o que vai acontecer? A partir do momento em que você come um açúcar, um carboidrato refinado, vai estimular a mesma área do hipotálamo, de recompensa, que é a cocaína, que é o sexo, que é o prazer. Isto é científico. Por que quando você come um pãozinho você quer comer outro, você quer comer uma bolacha, um biscoito recheado? A questão é científica, porque eles sabem, eles possuem os melhores especialistas do mundo para manipular, milimetricamente, nas papilas gustativas de cada pessoa como que aquilo vai viciar mais a pessoa, como que ela vai querer mais. Não é questão: ah, eu quero evitar. Não, é químico. É químico, e eles sabem muito bem disso. E a partir do momento que esse tipo de manipulação é feito, nos produtos ultraprocessados principalmente, elas inibem hormônios da saciedade, inibe o hormônio da fome, leptina, grelina, também é outra discussão. Então, a questão aí é do vício mesmo, né?

E continua a lista: salgadinho industrializado, frituras em geral, salgados, assados, embutidos, ou seja, tudo que não presta, né? E remete, Dr. Amauri, interessante, remete que os estabelecimentos comerciais que não observarem esta proibição ou essa normatização recente, eles estão sujeitos primeiramente às punições do Código Estadual de Saúde e também do Código de Defesa do Consumidor. Então, a questão é séria para as escolas também.

Em relação à interpretação dos contratos, Dr. Amauri, hoje prevalece pelo Código Civil a observância da função social dos contratos, do princípio da boa-fé objetiva. Ou seja, você simplesmente não pode querer contratar (sic)... fazer o contrato de fornecimento de alimentação falando que desconhece toda essa legislação que eu já falei para os senhores e querer vender o refrigerante dentro da escola. Não pode. Se fizermos também juridicamente, Dr. Amauri, a interpretação sistemática ou teleológica da lei, essa cláusula desse contrato, ela pode ser questionada. Estamos falando de direito fundamental, de direito social. O paradigma é constitucional, então a liberdade de contratação, ela não foi tolhida, é claro, neste tipo de contrato, ela foi regulamentada e limitada, de modo que os contratos, mesmo os anteriores, Dr. Amauri, na minha interpretação, mesmo os contratos que já foram feitos antes que seja da resolução ou do decreto, eu entendo que eles não prevalecem à luz de toda a legislação que eu falei para os senhores. Principalmente se cotejarmos três superprincípios: o fundamento da dignidade da pessoa humana, o princípio da proteção integral à criança e adolescente e o da

prioridade absoluta. Nenhum argumento subiste a esses três pilares de proteção, tá?

Então é chegada a hora de conversarmos com as escolas, conversarmos com os ambulantes, conversarmos com os terceirizados e colocarmos na mesa. Primeiramente, claro, no sentido de conscientização, de conversa, de parceria, mas se alguém se indispor ou não quiser cumprir, cabe a nós, promotores de defesa do consumidor, cabe à direção das escolas, aos gestores das escolas públicas, propor a revisão deste contrato para que se faça cumprir a lei, né?

E já finalizando, somente com a parceria de todos os órgãos, o Ministério Público, assim como o Procon, foi falado aqui da BHTrans, nós não somos apenas destinados a punir. Claro que somos titulares da ação penal, toda denúncia parte do Ministério Público, mas também na área extrajudicial, somos incumbidos pela Constituição Federal da defesa dos valores mais caros da sociedade, como o meio ambiente, o patrimônio público, direito à educação. Então, podem contar conosco, com cada promotor na cidade, e especialmente com o Procon estadual. Eu estou há 20 anos no Ministério Público, Dr. Amauri, eu nunca vi um Procon tão atuante e voltado para essa questão da educação alimentar. Nunca vi, e temos que aproveitar o momento, temos que aproveitar a onda, temos que aproveitar toda essa normatização legislativa para colocarmos em prática, com a ajuda das escolas, todas essas questões, a fim de que possamos criar e propiciar um ambiente de crescimento saudável e sustentável para os nossos alunos e para as nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado a todos.

[aplausos]

SRA. PRESIDENTE CLÁUDIA AUGUSTA LOPES DE MENDONÇA: Bom, excelente a palestra do Dr. Charles Daniel, principalmente por destacar essa questão da segurança alimentar com uma questão de saúde pública. Foi realmente um privilégio ouvir o senhor. E agora nós podemos abrir, Dr. Amauri, para o esclarecimento das dúvidas? Então, alguém gostaria? Microfone?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: É, ela está perguntando se eu entendi...

SRA. MARIA AMÉLIA CHUEIRI ABRANCHES: Boa tarde, eu sou Maria Amélia do Procon de Guaxupé, Minas Gerais. A questão é a seguinte, até eu levantei essa questão no último encontro, acho que o Dr. Amauri se lembra. Tudo o que nós falamos hoje gera o famoso mimimi.

Conforme a abordagem que eu faço, que não são poucas as vezes, eu sou taxada de gordofóbica. Então, o que é que acontece? Os próprios pais, eu tenho casos, eu tenho os meus

estagiários, eu tive estagiário que me taxou de gordofóbica e pediu para sair, porque eu fui orientá-lo a não tomar refrigerante todos os dias porque ele já estava desenvolvendo pressão alta com 19 anos. Ele foi na procuradora, falou tudo o que ele queria a meu respeito, me chamou de gordofóbica, e pediu para sair.

Existe essa questão da abordagem, que é difícil, e nós ainda corremos risco de tomar uma invertida. Isso é mais comum do que o senhor pensa.

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: É, a questão não é estética, não é, gente? A questão é de saúde. Naturalmente que devemos ter toda a sensibilidade e a diplomacia para abordar esse tema nos devidos canais. Mas, a partir do momento... Bom, esse que você falou é um adolescente, ou já é adulto? Bom, 19 já é adulto, então, aí é a questão da conscientização mesmo. Se ele não teve a consciência aos 19 anos, fica mais difícil.

Mas a nossa obrigação precípua é com criança e adolescente. Então, como é que a diretora da escola vai fazer com essa mãe que quer levar merendeira? Primeiro, ela vai dar essa aula de educação alimentar, ela vai tentar conscientizar, falar que se a filha dela continuar consumindo refrigerante, biscoito recheado e Cheetos, ela vai ficar doente, se não hoje, daqui há não sei quantos anos, que possivelmente ela vai poder... ela terá que usar o Serviço Único de Saúde, e que vai ser prejudicial ao filho dela. Mas, como profissional da escola, ela tem que barrar.

Acabei de mostrar os instrumentos jurídicos com os quais podemos trabalhar. Não é a minha opinião ou a opinião da diretora, está na lei, há muito tempo, está na Constituição. E temos leis federais, inclusive, muito específicas para a questão da alimentação na escola. Então, não tem saída, não tem argumento, se o adulto quiser comer o que ele achar conveniente fora da escola, problema é dele, tá bom?

Então, é o momento, como eu falei, de resgatar a autoridade da escola, inclusive, nessa questão, além da questão disciplinar, que estava muito defasada, a questão da obrigatoriedade de promoção da alimentação saudável.

Mais alguém, gente?

SR. EMERSON PETERSON DE LIMA: Sim, eu gostaria de fazer uma pergunta.

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: Por favor.

SR. EMERSON PETTERSON DE LIMA: Bom, deixa eu me identificar primeiramente. Meu nome é Emerson, eu sou nutricionista, sou responsável pela alimentação no município de Diamantina.

E através do Ministério Público e do Procon, a gente tem tido a oportunidade de participar do debate do tema. Enfim, tem alguns pontos que o senhor destacou que são muito importantes, principalmente a questão dos itens proibidos dentro da escola. Eu me baseei muito na Lei Federal, a nº 11.947/2009. E no art. 1º ela coloca que tudo o que está dentro da escola é competência do responsável técnico, que é ofertado para a criança.

Então, assim, ultimamente eu fiz um contato com o Ministério Público municipal, propondo que a gente... na verdade, eu queria fazer um ofício entre todas as escolas colocando essa lista de proibições aí. Só que eu sei que vai ter receio, vai ter uma dificuldade das escolas. Eu falo como nutricionista, como responsável e como pai, porque eu tenho dois filhos, um na estadual e um na municipal, e é difícil porque às vezes a escola desconstrói o que você constrói em casa com uma alimentação saudável.

Então assim, eu gostaria muito do apoio do Ministério Público nesse sentido de estar trabalhando essa questão de proibir mesmo, de vedar os itens dentro das escolas. Porque realmente é uma guerra em que a gente está perdendo. A mídia, ela trabalha no que não é saudável, e ela não está pensando, e às vezes o poder público também não estava fazendo essa conta, de que vai sair mais caro lá na frente, quando essa criança chegar lá na... Em 2017, para vocês terem uma ideia, eu fiz um levantamento antropométrico no município entre 1,5 mil crianças; 20% dessas crianças da educação infantil estavam com sobrepeso, aproximando; e 20% das crianças no fundamental já estavam com obesidade. A chance dessas crianças chegarem na adolescência ou na fase adulta com as comorbidades, com as doenças crônicas não transmissíveis, diabetes, hipertensão, dislipidemia, entre outras, é muito grande. Isso é preocupante.

Então, assim, eu, como nutricionista, eu estou querendo, na verdade, é o auxílio, é o apoio do Ministério Público para a gente desenvolver isso dentro das escolas. As legislações também, às vezes, ajudam, reforçam para você, de repente, fazer uma proposição de lei para passar isso na Câmara. Então, era isso, a questão é essa, é pedir um auxílio mesmo, uma ajuda para que a gente possa lutar por uma alimentação saudável dentro das escolas. Muito obrigado.

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: Essa realidade que o senhor mencionou de sobrepeso e obesidade é uma realidade visível em todos os lugares. E essa ajuda, sem dúvida, ela será dada no primeiro momento, agora nessa campanha da execução do projeto de consumo saudável dentro da escola, aproveitando a Semana do Consumidor, que se avizinha, é o momento de conscientização.

Mas não tenham dúvida se essa conscientização não for suficiente, passaremos para outras estratégias legais para fazer cumprir a lei. Simples assim, não há espaço mais e é difícil a gente verificar quem defenda, quem em sã consciência vai querer defender a venda de produtos não saudáveis dentro de escola, não é? Pois não.

SRA. SHIRLEY: Boa tarde. Meu nome é Shirley, eu atuo na Secretaria Municipal de Educação de Sete Lagoas, e há muitos anos, já, na rede estadual, inclusive fui gestora de uma escola, então, tudo o que está falando aí é muito pertinente.

A gente, nós da escola pública, nós, obrigatoriamente, já cumprimos essas leis de não vender nada, não pode vender nada, não pode, não é? Se tiver alguma escola que tenha alguma venda, é contra a lei, a gente responde processo e etc.

Essa questão da alimentação saudável, em cidades menores é bacana trabalhar, porque tem as hortas, a gente constrói na escola, tem as hortas e tudo.

Eu só queria colocar que nós precisamos de um reforço, é que nós não estamos recebendo o dinheiro da Caixa Escolar para manter a merenda dos alunos. É lei, não é, é fato, é lei, mas existe muito atraso, e nós trabalhamos com os cardápios que são do município, do estado, a gente não pode sair do cardápio, porém, quando não tem verba, a gente tem que modificar o cardápio, que os meninos odeiam. Por exemplo, eles sabem que o cardápio fica exposto, os pais sabem e os alunos sabem, e tudo muito bem feito, tudo bacana, não é? E eles sabem que tem um dia na semana que é ofertada uma merenda doce. Um dia eles toleram, porque eles não gostam. Aí quando passa para dois, porque a merenda doce, ela, o custo é menor, aí já é aquele chororô. Então, eles olham no cardápio que está exposto. "Ah, então é terça e quinta", então, terça e quinta... eles não gostam da merenda doce da escola, porque geralmente é arroz doce, mingau, etc. Mas eles trazem os docinhos deles, não é?

Então, nós precisamos da parceria, tudo tem que... é um efeito dominó, se nós não temos o dinheiro, que é lei, que nós precisamos ter o dinheiro nas Caixas Escolares, a gente já trabalha lá,

com a agricultura familiar, que é lei, a gente tem os processos de licitações, é lei. É tudo muito bacana, funciona. E a gente também está ansioso para trabalhar os projetinhos com os meninos também, não é?

Então a gente precisa também de uma atenção do Ministério Público para que essas verbas cheguem. Porque, sinceramente, a gente está chegando a ponto que a gente está comprando fiado. Tipo assim, a gente não pode assumir isso, e a gente não pode receber uma... a gente não pode dispensar aluno em hipótese nenhuma, mas tem aluno que vai para escola sem nada. A escola pública que eu trabalho, tem menino que vai lá com fome, ele chega sem café da manhã, sem nada. Deveria, inclusive, ofertar alguma coisa quando o aluno chega, porque tem uns que não comem, às vezes eles nem jantar tiveram e vão ter a primeira refeição só às 9h30.

A rede municipal consegue ofertar um lanche, a rede estadual não. Então, é muito pertinente, é muito bacana, mas às vezes a gente fica até meio, assim, inibido. "Nós vamos falar disso, e o que é que nós estamos ofertando, o que é que o estado e o município estão ofertando?, porque a gente não pode ficar vivendo de dar um jeito. "Ah, vamos fazer isso para dar um jeito para comprar aquilo". Não é bem assim.

É só essa colocação que eu queria fazer, porque eu trabalho nas duas redes, e não sei te falar, não sei falar nada da rede particular, mas eu acho que funciona muito bem, a alimentação muito bacana, tem muita vigilância, o pessoal vai às escolas, eles exigem coisas que às vezes a gente nem tem condições, tem que reformar a cozinha toda, tem que trocar isso, tem que colocar aquilo. Enfim, a gente vai se adequando.

Mas, olhando para o aluno, o estudante, ele merece, ele tem o direito, sim, de ter uma merenda de qualidade e uma merenda saudável nas escolas.

SR. CHARLES DANIEL FRANÇA SALOMÃO: A observação que a senhora fez é muito pertinente. São duas informações relevantes, uma positiva e outra extremamente negativa.

A positiva é que quando o aluno acostuma com a alimentação saudável, e você oferece um doce, ele estranha, isso é muito bom. E a negativa, e é uma denúncia extremamente grave, é que está tendo algum colapso nesse financiamento dessa merenda escolar.

Sem dúvida alguma a senhora pode procurar o colega lá da Comarca, para levar essa situação a ele, tenho certeza que ele vai instar os gestores, os responsáveis por isso, para a regularização. Até porque, não tem como falar em alimentação saudável sem dinheiro, sem

financiamento, a gente não sai do lugar, não é?

SRA. PRESIDENTE CLÁUDIA AUGUSTA LOPES DE MENDONÇA: Senhores, perdão. Em razão do adiantado da hora, eu creio que nós vamos ter que suspender as perguntas, porque, salvo engano, nós retornamos às 13h30, e agora seria o intervalo para o almoço, seria isso? Às 13h. Às 14h. Ah, não, perfeito, 13h30 seria o credenciamento.

Bom, de qualquer forma, eu agradeço muito por essa oportunidade... 14h15, Dr. Amauri? Bom, às 14h15, então, nós esperamos todos de volta. Eu agradeço muito pela oportunidade, agradeço pela palestra do colega, ao Dr. Amauri e a todos aqui presente. Desejo a todos uma boa tarde e um breve retorno.

[aplausos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Bom, boa tarde a todos, vamos, então, retornando aos nossos trabalhos? Eu gostaria de convidar para compor a Mesa a secretaria municipal adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, Dra. Darklane Rodrigues Dias.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: E convidar também para compor a mesa a nossa também palestrante, Regina Rodrigues de Oliveira, que é nutricionista e membro do Conselho Intersectorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde.

Bom, a prefeitura de Belo Horizonte, ela é muito sortuda, não sei se é sortuda o termo que a gente vai falar, porque, diferentemente dos outros municípios, ela tem uma secretaria só sobre segurança alimentar e nutricional. O sistema, ele é composto, eu diria, de dois órgãos que são a base do sistema, que é o Consea, e a Caisans.

O Consea, ele dialoga com a sociedade, ele faz a interface do Governo com a sociedade. E na verdade, é a participação social que é Constituição Federal determina nas questões relacionadas à saúde, os conselhos. Os conselhos, na verdade, todos eles, e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional não é novidade, ele faz esse diálogo com a sociedade.

Já a Caisan é um órgão que reúne as secretarias e instituições, se for o estado, ou se for o município, ou os ministérios e o órgãos públicos que trabalham com a segurança alimentar.

Então, você tem exatamente um que interage dentro do poder público e o outro que é vinculado ao poder público, mas faz essa ligação com a sociedade, que é o Consea.

E nós temos também a Conferência de Segurança Alimentar, que ela acaba deliberando as respostas que são encaminhadas do Consea, o Consea materializa em uma política nacional, estadual ou municipal de segurança alimentar, encaminha para Caisan, pode ser municipal, pode ser estadual ou federal, e aí você tem uma ratificação daquilo que veio da sociedade.

Então, o município de Belo Horizonte, ele tem essa felicidade, não é, Darklane? De ter uma segurança, uma secretaria que trata desse tema de uma forma bem unificada, vamos dizer assim.

Então, é com muito prazer que a gente recebe a secretária Darklane que vai nos brindar com o tema Dimensões... Conceito, Dimensões e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Belo Horizonte. E, na sequência, a gente terá a fala da Regina sobre o cardápio escolar.

Então, Darklane, fique à vontade aí, tá? Você tem a palavra por 30 minutos.

SRA. DARKLANE RODRIGUES DIAS: Bom, boa tarde. Eu quero, inicialmente, agradecer, Dr. Amauri, essa oportunidade e o convite. Dizer que é uma honra para a prefeitura de Belo Horizonte estar nesse espaço do Ministério Público, no diálogo com o sistema de justiça, sobre políticas públicas e sobre acesso a direitos. Que nossos sistemas públicos, eles se organizam, na verdade, exatamente para cumprir com os princípios da Constituição na perspectiva do acesso a direitos.

E no recorte, nessa temática de hoje, falando um pouco sobre a política de segurança alimentar e nutricional, que eu concordo muito com a fala inicial do senhor, é de fato, uma honra estar nesse espaço em uma capital que, lá em 93, os gestores conseguiram vislumbrar a possibilidade de um órgão gestor de uma política tão importante. E já também trazendo elementos, lá na discussão inicial do abastecimento, muito no intuito do combate à fome, mas também já de uma forma muito inovadora e muito além, muito à frente do seu tempo, que o sistema federal incorporou só pós 2000 as diretrizes que, na verdade, nasceram aqui em Belo Horizonte.

E aí eu não posso deixar de falar em duas pessoas muito especiais que contribuíram para essa construção e para esse modelo, que é Regina Nabuco, que é uma economista, e que é uma orientadora com relação às diretrizes de uma política de segurança alimentar, e o então prefeito Patrus Ananias, que foi um gestor extremamente progressista de pensar o sistema de políticas

públicas no âmbito do município no momento em que essa intencionalidade federal ainda não existia de uma forma tão efetiva quanto a gente vivenciou nas últimas décadas.

Então, eu estou aqui, na verdade, trazendo o histórico dessa trajetória de 25 anos. Belo Horizonte, a lei municipal, nós fizemos aniversário de gestão o ano passado, em julho. É uma história construída a várias mãos e que a gente... Nós tivemos em um seminário internacional no ano passado, e uma das perguntas que nos foi colocada foi como a política pública, mesmo diante de mudanças de governo, ainda por um sistema nacional, por ser organizado, conseguiu perdurar por tanto tempo. E a gente não tem dúvida em dizer que a resistência dos trabalhadores de carreira que constroem essa política, e que dá tanta eficiência e qualidade para ela é que, de fato, faz com que ela perdure por tanto tempo, independente de governos, mas agora com uma normativa da ação federal que facilita muito a vida dos gestores municipais.

Eu vou entrar aqui na apresentação, ela é um pouquinho... alguém vai ajudar aí a passar? Ela é um pouquinho longa, mas ela... a gente fala que a política de segurança alimentar, ela também é autoexplicativa, ela é muito da imagem. Então, eu acredito que vai ser... vou tentar cumprir com o tempo aí dos 30 minutos.

Aqui é um pouco... é um slide contando um pouquinho dessa história, que eu acabei de dizer. Lá em 93, então, Belo Horizonte cria um órgão gestor da política municipal de abastecimento, mas já com vários conceitos, que posterior à lei nacional, incorpora em uma política de segurança alimentar, e chegamos, então, por vários modelos de gestão, passamos por vários modelos de órgão gestor da política, desde secretaria, secretaria adjunta. E agora, com a reforma de 2017, o decreto está para ser publicado, a gente se torna, então, uma Subsecretaria de Segurança Alimentar.

A lei federal, ela é de 2006, Belo Horizonte cria o seu órgão gestor em 93. Então, tem esse gap entre a organização de sistema nacional e a organização da gestão pública no município de Belo Horizonte, que é tido, então, como modelo para esse sistema nacional.

E o que é que diferencia, então, a política de abastecimento do que nós chamamos hoje de segurança alimentar, não é? Na verdade, o conceito e a agregação de vários princípios a essa política. É o abastecer a partir de quê. Então, aí o nutricional que vem aí da luta e da contribuição, especialmente da categoria dos nutricionistas é trazido para a lei. Além disso, várias discussões que ocorriam desde os sistemas de saúde, de cultura, das comunidades tradicionais, do meio

ambiente, que engloba desde a produção do alimento, que a gente pode pensar a produção a partir de práticas agroecológicas que protegem o ambiente, desde a produção que impacta ambientalmente o modelo de diversidade do país.

Então, agrega conceitos da nutrição, da saúde, da diversidade cultural, ambiental, da discussão econômica, porque produzir alimentos, e alimento é cada vez mais tido como mercadoria vinculado a commodity, a gente... é necessário trazer essa discussão para a política de segurança alimentar, e a discussão da produção de um alimento socialmente sustentável, e como que as práticas de se alimentar, elas contribuem ou não para esse sistema de segurança alimentar.

O Dr. Amauri também trouxe na sua fala, e eu quero reiterar, a política de segurança alimentar pelo sistema nacional, ela nos orienta uma política intersetorial, multidisciplinar. Ela, por si só, ela não consegue existir sozinha dentro de uma caixinha.

Belo Horizonte inova e o Governo Federal também porque cria a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, então, também tem um órgão gestor de política, mas ela não abre mão do seu espaço de gestão intersetorial que é a Caisan, que é onde nós temos uma mesa de gestores no âmbito do município, do estado, ou do Governo Federal, que, então, pactua as ações de segurança alimentar que contribuem com o resultado final do município, do estado, do Governo Federal, no alcance das suas metas.

Então, não há de se falar em política de segurança alimentar se não falarmos em educação, se não falarmos em cultura, se não falarmos em meio ambiente, se não falarmos em saúde; e em Belo Horizonte, inclusive, se não falarmos em planejamento urbano.

A gente tem discutido muito o direito à cidade, o direito à produção de alimentos, o direito ao acesso ao alimento saudável, quanto produzir alimentos cada vez mais distante dos centros urbanos, gera desperdício, gera custos.

Então, são várias políticas públicas envolvidas diretamente com esse tema. Portanto, a Caisan é um espaço estratégico importante de tomada de decisão da política de segurança alimentar.

Aqui é a estrutura do sistema nacional, traz, então, uma câmara intersetorial como esse espaço de gestão. No caso de Belo Horizonte, nós temos o órgão gestor da política, mas é... o Sistema de Segurança Alimentar, a gente diz que é um sistema aberto, não é? Então, os municípios

se organizam a partir do Conselho e da Câmara, mas não é obrigado a ter um órgão gestor específico. Nós temos o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, e, recentemente, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, por meio de decreto, foi extinto, e tem que inclusive, uma mobilização aí da sociedade civil em torno desse tema, porque a gente acredita que política pública, ela deve ser construída a partir do diálogo, da concertação, junto com a sociedade civil, que é quem, de fato, conhece a demanda.

E os conselhos de políticas públicas, desde a Constituição de 88, tem sido instrumentos importantíssimos de apoio aos gestores nessa organização das demandas, nessa priorização das metas, nessa construção de caminhos possíveis dentro do que é ideal e dentro do que é condição para um governo executar.

Além do Comusan, Belo Horizonte também tem o Conselho de Alimentação Escolar, porque também é inovador a política em Belo Horizonte. Com a criação do órgão gestor da política de segurança alimentar, a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar também é feita por esse órgão gestor, pensando no espaço que tem expertise, e investimento na área da nutrição, e que possa contribuir de forma intersetorial com o órgão gestor da política de educação nessa gestão. Então, em Belo Horizonte o PNAE, ele é uma gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Alimentar. E o Sistema Nacional também nos orienta, nos obriga, na verdade, a criar o Plano Municipal de Segurança Alimentar.

A partir do momento que os municípios e estados se habilitam a esse sistema nacional, ele precisa, então, comprovar a criação Caisan, comprovar a existência do Consea e comprovar a elaboração do plano municipal. Belo Horizonte se habilitou ao sistema nacional em fevereiro de 2017, e nós estamos a pleno vapor de elaboração deste Plano Municipal Intersetorial, que é um instrumento extremamente importante para o controle social monitorar a execução da política pública.

Aqui eu já vou entrar mais em como nós nos organizamos aqui em BH, não é? Trazendo, evidentemente, as inovações desse governo, que nós estamos desde 2017 na coordenação da política de segurança alimentar, mas, evidentemente, com o legado de 93 até agora embutido, imbuído e nos orientando também em todas as nossas ações.

BH, a gente, então, se organiza enquanto Sistema de Segurança Alimentar a partir de quatro áreas prioritárias: a área da produção, a área do consumo, a área da formação e

qualificação e a área de acesso a mercados.

Nós temos também uma estratégia muito forte de internacionalização das experiências de BH, a gente tem feito termos de cooperação com institutos internacionais, tanto para trazer experiências de fora para a nossa política, mas também para levar o que a gente tem feito de importante, de estratégico aqui.

Mas é evidentemente que cada uma dessas caixinhas, se a gente abrir, tem vários desafios ainda para serem alcançados para que a gente, de fato, qualifique o serviço, e essa é a nossa meta diária. A gente tem um corpo técnico, apesar de muito dedicado, ainda pequeno, diante dos grandes desafios que nos são colocados, e, evidentemente, um nível de investimento... nós... não é novidade para ninguém que está aqui, os últimos anos, para os municípios têm sido muito difícil em termos de repasse de recurso federal, repasse de recurso estadual. Belo Horizonte, em meio a tudo isso, tem conseguido manter a sua execução orçamentária, as suas prioridades. Mas se a situação não se resolver, inclusive, Belo Horizonte pode chegar em uma situação muito grave já, a partir desse ano.

Então, nós coordenamos por meio da estratégia da assistência alimentar o atendimento à rede municipal de educação. Hoje nós contamos com 558 unidades, dentre EJA ou MEIs, que agora são EMEIs, escolas integradas e a rede parceira. Nós, além de atendermos ao PNAE, a gente também atende a rede socioassistencial. Então, todos os abrigos, albergues, instituições de longa permanência de idosos, unidades de acolhimento institucional da política da assistência social é atendida pela política de segurança alimentar na lógica de organização de cardápio por idade.

A Regina vai entrar nessa discussão, mas a gente cumpre a Resolução 26 ao pé da letra. E temos um corpo de nutricionistas, que a gente tem tanto internamente, na gestão, quanto as nossas supervisoras que visitam in loco, semanalmente, essas instituições na lógica de orientação, qualificação dos servidores que trabalham com a manipulação dos alimentos.

Além do PNAE e da rede socioassistencial, Belo Horizonte também é precursora em um programa muito importante, que são os equipamentos de segurança alimentar, os restaurantes populares. Os restaurantes populares, eles ofertam refeições prontas a custo subsidiado pela prefeitura. Especialmente no nosso caso, de forma muito inovadora, no governo passado, a partir de uma luta do Comitê Municipal da População em Situação de Rua, Belo Horizonte tem gratuidade para a população em situação de rua nos restaurantes populares e 50% do valor para

as famílias cadastradas no Bolsa Família. Hoje o preço que a gente consegue em Belo Horizonte é café da manhã a R\$ 0,75, almoço a R\$ 3, jantar a R\$ 1,50. Nós temos em funcionamento quatro restaurantes. E conseguimos, em 2017, abrir mais uma unidade. Então, chegamos a quatro restaurantes e um refeitório popular.

Ano passado, nós fizemos o anúncio, em novembro, da expansão de serviços no restaurante popular da rede hospitalar, que inclusive serve como equipamento de atendimento metropolitano, porque é uma região que atende pessoas de vários municípios do entorno, em função da dinâmica dos hospitais, e que, inclusive, a gente atende muita gente com laudo médico por conta do acompanhamento nutricional, da qualidade da alimentação que os restaurantes colocam à disposição da sociedade.

Nós conseguimos fazer um reordenamento no RP, que a gente conseguiu reduzir o custo geral do equipamento, e conseguimos, inclusive, melhorar os serviços, criando a coordenação local com uma nutricionista de carreira, no ano de 2017, com a reforma administrativa e mudando os cardápios a partir do olhar destas coordenadoras, e não centralizada não gestão. O que foi muito importante porque a gente conseguiu garantir a retirada de ultraprocessados dos cardápios, alinhando, de fato, o equipamento às diretrizes da política de segurança alimentar.

Um outro equipamento muito importante, que é uma estratégia nacional e que Belo Horizonte conseguiu acessar por meio de edital federal, são os bancos de alimentos. Belo Horizonte está hoje conectada a uma rede de bancos de alimentos da região metropolitana, Betim, Contagem, na verdade, amplia para o colar, Formiga, e aí tem o banco, o banco privado do Sesc também, que é um equipamento de combate ao desperdício por meio da doação de alimentos por meio da cadeia produtiva, ou dos grandes fornecedores e empresários. Hoje a gente tem cadastrado muitos supermercados e sacolões, que doam o alimento, mas que a responsabilidade nossa, do poder público, da coleta e da garantia da sanidade, da seguridade daquele alimento, para que ele possa ser doado. É o alimento que o mercado diz que não serve mais, porque tem um amassado, porque a casca não está tão bonita, mas que é um alimento saudável para o consumo.

Então, a gente tem também potencializado o banco de alimentos agregando uma equipe de nutricionistas, qualificando as instituições que a gente atende na área de manipulação, desenvolvendo receitas a partir do que a gente recebe. E tem sido uma experiência muito bonita de atendimento à rede que, na verdade, não é conveniada com a prefeitura. Porque hoje a gente

atende pela rede socioassistencial aqueles que são conveniados, pela rede integrada à educação, os que são conveniados à educação, mas fica um gap aí de várias outras instituições que atuam no município e que não são conveniadas, ainda não tem a condição de conveniamento, que hoje não é mais conveniamento pela Lei de OSC, é o termo de fomento, mas que são atendidas pelo banco de alimentos. Evidentemente que é um atendimento a partir do que nós recebemos de doação. Então, é uma complementação da alimentação para a instituição, a gente não garante pela doação 100% do valor nutricional para aquela instituição.

No eixo de acesso a mercados, que é o eixo de comercialização de alimentos, que é o eixo mais próximo aí da política de abastecimento lá da década de 90... Belo Horizonte, desde a década de 90 abriu vários postos de possibilidade de venda de alimentos direto dos produtores aqui na cidade. Belo Horizonte, hoje, pelo plano diretor, a gente não tem área rural, então, é de fato uma necessidade de diálogo com a região metropolitana, é uma cidade conurbada, então, você está de um lado da rua, é em Belo Horizonte, do outro, você está em Contagem; de um lado, você está em BH, do outro, você está em Sabará. Então, tem uma dinâmica aí de diálogo metropolitano para que a gente possa expandir acesso a alimentos em Belo Horizonte.

Então, nós temos aqui feira de produtos orgânicos, o Direto da Roça, que é um programa que traz o produtor vendendo direto na cidade, por meio das feiras, as feiras livres e feiras modelo, que são nossas feirinhas mais gastronômicas. Quem é de Belo Horizonte deve conhecer a Feirinha da Savassi, que é uma feira que começa ali por volta de 2h, 3h da tarde, vendendo hortifrúti, folhosas, quando chega 5h, já está todo mundo dançando samba e comendo Tropeiro.

Da discussão dos valores alimentares. Nós temos em Belo Horizonte mercados públicos, tanto privados, como é o Mercado Central, que é o ícone aqui da produção de Minas, em Belo Horizonte, mas nós temos também o Mercado de Cruzeiro, que é um equipamento público, com gestão compartilhada com os permissionários, nós temos a Fecope, que é a feira lá do Padre Eustáquio, que hoje nós estamos construindo uma parceria com a Cultura, que a gente dividiu o espaço com o Centro Cultural. Nós temos a feira Dacan(F), que funciona lá no Bairro São Paulo, que a gente precisa ali ter um olhar de reordenamento, de ampliação de produtos saudáveis para a população, a gente ainda não conseguiu avançar. Temos o Programa Abastecer, que também foi uma inovação da década de 90. É evidentemente que hoje o cenário e a dinâmica da cidade mudou muito, qualquer sacolão, qualquer supermercado tem um sacolão e qualquer esquina tem um sacolão, é muito diferente da realidade da década de 90, que, especialmente nas áreas mais

periféricas da cidade, o alimento não chegava, fosse por conta da segurança, fosse por conta da dificuldade de terrenos que fossem legalizados. E aí a prefeitura colocou... se colocou como indutora, disponibilizando espaços públicos para permissionários abrirem equipamentos de sacolão, mas com uma pactuação por meio de um contrato, que é necessário vender 20 itens, então, uma cesta de alimentos, regulada pelo poder público. Então, a gente regula esse preço de acordo com o preço que está no mercado, evidentemente, sempre para baixo para que a população do entorno consiga acessar alimento a preço mais em encontra. E hoje o Abastecer tem cesta de alimentos de 20 itens de preço de R\$ 1,19.

E nós estamos avançando, esse ano para feira de agricultura urbana, que é a produção de alimentos dentro de Belo Horizonte com possibilidade de comercialização.

Um grande eixo, que também foi indução do Governo Federal, e que para os municípios, para os produtores da agricultura familiar tem sido muito importante, são as compras do poder público. Em Belo Horizonte, evidentemente pelos números iniciais que eu mostrei, são 558 equipamentos da educação, mais de 127 equipamentos da assistência social, a gente chega no número aí, pensando em uma logística bastante grande, bastante alta. E é evidentemente que para uma cooperativa de agricultor, são desafios também muito grandes, colocados.

Mas a gente, em 2017, nós construímos em Belo Horizonte um comitê gestor de compras institucionais, trouxemos a parceria com o Sebrae, trouxemos a parceria com Emater. Pela primeira vez a Emater conseguiu construir um instrumento que é o mapa de produção de alimentos de Minas Gerais, muito induzido pela demanda de Belo Horizonte. Nós vamos lançar um atlas desse mapa de produção ainda esse ano, estamos finalizando as nossas análises, o que tem subsidiado as nossas compras. E a gente tem aí, apesar de não ter conseguido chegar ainda aos 30%, nós estamos caminhando arduamente com essa meta, a gente precisa comprar no mínimo 30% para a alimentação escolar.

Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que comprado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que subsidia tanto o banco de alimentos quanto os nossos restaurantes populares com produtos da agricultura familiar, e queremos avançar com a compra do próprio [ininteligível], com o nosso dinheiro, da prefeitura, a gente também comprar alimentos da agricultura familiar.

Aqui, o eixo de qualificação e formação, a secretaria já tem uma área de formação já muito

instituída e muito respeitada pelos nossos parceiros que é a educação alimentar e nutricional, a EAN, mas que a gente trouxe, a partir de 2017, um diálogo com as equipes em uma lógica de como a gente coloca esse serviço também à disposição da sociedade, como é que a gente abre outras frentes que não só atender os nossos próprios equipamentos, os nossos Cras, as nossas escolas, e como é que a gente dialoga sobre consumo de alimento saudável de uma forma geral.

E aí nessa estratégia nós, então, aproveitamos um equipamento que é muito bonito e muito estratégico da prefeitura de Belo Horizonte, que é o Mercado de Lagoinha, não sei se vocês conhecem. É um antigo mercado de frutas, legumes e verduras que foi se descaracterizando com o tempo, e que hoje é o centro de referência em segurança alimentar com dois eixos prioritários, que é a qualificação e formação para o mercado de trabalho na área de gastronomia e educação alimentar e nutricional.

Então, nós temos lá hoje o que nós chamamos de trilhas, onde os nossos alunos podem escolher um único curso, ou trilhar vários cursos, para, ao final, ter um certificado mais robusto na área de cozinha mineira, panificação, confeitaria, agroecologia, empreendedorismo. E estamos agora desenvolvendo um eixo que é de cultura e gastronomia, trazendo a discussão dos alimentos, articulados com a cultura alimentar, com a música, dentro do espaço do mercado para que a gente construa estratégias de diálogo com a sociedade.

Aqui é um pouco as trilhas, como elas se desenvolvem. E aqui as nossas estratégias de educação alimentar e nutricional, a EAN, que eu tenho um carinho enorme, a equipe sabe disso. Eu acredito muito que o lúdico, ele contribui, especialmente com as crianças, e as crianças conosco nas nossas casas, com os pais, com os irmãos em uma mudança de cultura, de consumo, e a EAN tem muito esse papel. Para além do papel de qualificação, para os nossos manipuladores de alimentos, seja as nossas cantineiras. Esse ano nós vamos avançar em um projeto de qualificação dos nossos feirantes, mas, especialmente, no diálogo lúdico para falar de alimento saudável com as nossas crianças nas nossas escolas, e agora também pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar.

No ano de 2017 nós conseguimos, além da nossa equipe maravilhosa da EAN, que é pequena, mas é guerreira, trazer o Teatro Mobs, que é um teatro que a prefeitura tem, que não atendia a nossa área. Então, eles desenvolvem esquetes, peças, que a gente trabalha junto com a educação, com a assistência social, com a cultura, em vários espaços de Belo Horizonte.

Aqui o eixo da área de produção, além da discussão da produção de alimentos do ambiente urbano, a gente constrói várias estratégias com a região metropolitana. Ano passado o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, assinou um termo de cooperação com os prefeitos da região metropolitana, para instalar e para apoiar os produtores na instalação do sistema participativo de garantia, que é certificação de alimentos. Então, é uma intencionalidade de vários órgãos de apoiar os produtores de produção convencional para a produção do orgânico na região metropolitana.

Então, nesse protocolo a gente tem a Emater, a gente tem a Fiocruz, tem a Epamig, o município de Belo Horizonte, mais os municípios do entorno. Deixa eu ver se eu estou esquecendo de algum parceiro importante aqui. Temos o Iclei, que é um instituto vinculado à Ruaf, que é um instituto internacional que tem tentado captar recursos para a gente, e tem sido uma experiência muito importante de articulação com a região metropolitana sobre discussão de produção de alimentos.

Evidentemente que nós estamos em um momento... acabamos de sofrer um desastre ambiental de proporções ainda que a gente não consegue vislumbrar, que, para a alimentação, tem um impacto em função de irrigação muito grande, do Paraopeba, mas que existem outras bacias na região metropolitana e são nelas que nós estamos nos apoiando para essa discussão de produção de alimentos saudáveis na região metropolitana.

Em 2017, nós iniciamos um projeto piloto em uma ocupação de Belo Horizonte, apesar de ser legalmente uma área irregular por ser ocupação, era uma área que já tinha uma perspectiva de regularização tanto pelo Governo Estadual, quanto pela intencionalidade da prefeitura de resolver a situação da ocupação. E nós, então, iniciamos um atendimento com uma cartela de serviços em um determinado território. E nessa primeira experiência foi o território do Izidora, iniciamos no Rosa Leão e Esperança, estamos ampliando agora para o Vitória. E a proposta é que nesses quatro anos a gente desenvolva estratégias de segurança alimentar a partir de um determinado território, que a gente possa medir, inclusive, os impactos dessa ação naquele território.

Nós já temos lá o mapeamento e o apoio a mais de cem quintais produtivos, três áreas de produção coletivas, estratégias de educação alimentar e nutricional. Tem sido uma experiência também muito interessante para a política de segurança alimentar, trazendo discussão da territorialidade dos serviços.

Aqui é nossa ação que todo... a maioria das pessoas conhecem como hortas comunitárias. Nós avançamos no conceito de hortas comunitárias para sistemas agroecológicos, porque a área de produção pode ser muito mais do que produção somente de folhosas, é possível ter produção de pomar, é possível ter agrofloresta e várias outras possibilidades colocadas também para o ambiente urbano. E nós estamos em um diálogo, desde 2018, o Patrimônio do Município, com a Secretaria de Fazenda, em uma lógica de destinação de terrenos públicos, de vazios urbanos, para o cuidado da comunidade. A gente, com isso, cuida do espaço urbano, melhora a alimentação daquelas famílias que cuidam, e o excedente, inclusive, lá com a instalação da feira da agricultura urbana, a gente vai poder regularizar a venda desses produtos na cidade.

Então, nós saímos de 13 áreas produtivas para 28, em 2018, e pretendemos, no ano de 2019, regularizar essa política, normatizar essa política, criando um cadastro do agricultor urbano para que a gente saiba quem é o nosso usuário, que é o nosso demandante, e que a gente trabalhe em duas linhas prioritárias: o de atendimento às famílias vulneráveis com o suporte e o apoio de todos os insumos pela prefeitura, tanto de mudas, sementes, assistência técnica, irrigação, terreno, mas também em uma lógica de diálogo com o setor empreendedor da cidade, porque tem várias experiências, inclusive, de jovens produzindo composto, produzindo alimentos na cidade, que a gente possa colocar esses terrenos à disposição a partir de um chamamento público, que eles possam utilizar o terreno por um determinado período, produzir alimento e gerar renda.

Aqui é uma experiência inovadora, que nós temos dialogado muito com o planejamento urbano, que é de ter uma área que nós chamamos de corredor agroecológico. Aqui em Belo Horizonte a proposta é que seja na Andradas, vinculado a uma operação urbana, que está prevista para esse espaço, mas que seja uma região de intervenção urbana, a partir dos princípios da agroecologia, trazendo a discussão da mobilidade, a discussão da produção de alimentos, a discussão do cuidado com rio, todos esses princípios pactuados nesse modelo de operação urbana, mas já com algumas iniciativas mais comunitárias a partir do segundo semestre desse ano.

Aqui é um pouco os nossos números. Como eu disse no início hoje, nós temos 5 equipamentos de restaurantes populares, 59 feiras livres, 2 feiras gastronômicas, 19 Abastecer, 11 feiras de orgânico, 4 mercados municipais em parceria com o setor privado, 39 pontos que o produtor da região metropolitana vende diretamente para o consumidor final, e 1 banco de

alimentos. Além disso, são mais de 285 toneladas de alimentos adquiridos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso significa, inclusive, que a gente tem muito ainda para crescer porque a gente não conseguiu alcançar os 30% o ano passado. São mais de 622 toneladas de alimentos comercializados nos nossos programas, do Direto da Roça e da feira de orgânicos, e aí nós estamos falando de um alimento mais saudável, um alimento que tem o safe(F), é o alimento que é agroecológico acompanhado pela assistência técnica da Emater, ou o alimento que tem, de fato, a certificação de orgânico. São mais de 25 mil toneladas de alimentos comercializados no Programa Abastecer com a garantia do kit de oferta de 20 itens a R\$ 1,19.

Aqui já, nós estamos falando de alimentos do Ceasa mesmo, não tem esse vínculo com a cadeia produtiva do alimento, mas que gera a possibilidade do acesso das famílias mais vulneráveis.

São 89 milhões de refeições servidas à rede municipal de educação, à rede parceira e à rede socioassistencial. É um número gigantesco que demanda um planejamento de gestão de compras, de gestão de cardápios, de supervisão alimentar muito grande para a prefeitura. A gente tem trabalhado muito na qualificação e na requalificação do nosso serviço do Programa Nacional de Alimentação Escolar, da assistência alimentar, contratamos agora um sistema, porque, por incrível que pareça, as nossas demandas de cálculo, de per capita por área de atuação, elas são feitas todas em planilhas de Excel. Quando nós levamos para a área de modernização, o tamanho da planilha não abria do computador, não. O pessoal ficou impressionado, e a gente conseguiu impactá-los, e conseguiu a liberação do orçamento para a contratação de um sistema de planejamento de gestão de compras e de cardápios, o que vai facilitar muito o nosso trabalho, e a gente vai conseguir liberar as nossas nutricionistas para pensar de forma mais estratégica e não ficar coordenando somente o cardápio.

São mais de 2 milhões de refeições/ano nos restaurantes populares. E aí lembrando que a gente à população em situação de rua com gratuidade. Mais de 210 toneladas de alimentos doados a 38 instituições do banco de alimentos, hoje cadastradas na prefeitura.

Então, acho que é isso, espero ter cumprido o meu tempo. E me coloco à disposição para o debate, a gente poder aprofundar um pouco mais esse modelo de gestão da política em Belo Horizonte. Obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Bom, então, aí, para começo de conversa, vocês viram aí a amplitude que é o tema Segurança Alimentar e Nutricional. Vai desde a produção, passando pelo transporte, pela comercialização e pelo consumo, não é? Então, você tem toda uma cadeia alimentar que é interligada. E ali vocês viram vários projetos que são desenvolvidos pelo município de Belo Horizonte. E quem é de Belo Horizonte tem que se orgulhar, porque tudo começou aqui, gente, com o Patrus Ananias, não é? Começou aqui. Não é à toa que ele foi convidado para ser o ministro assim que o presidente Lula foi... foi ele que foi convidado, porque é a pessoa que conhece e já trabalha com esse tema há muito tempo. É uma pessoa, assim, que... a segurança alimentar deve muito a ele, e a outras pessoas também que trabalharam com esse tema, lá atrás, o próprio Betinho na década lá de 80, não é? Setenta... década de 70 e 80, quer dizer, o trabalho é de longa data e muitas pessoas participaram desse trabalho.

E é um tema que se você olhar, a assistência social trabalha com o tema, porque tem a questão do combate à pobreza, não é? O meio ambiente trabalha com o tema porque você tem a questão do agrotóxico, do alimento, da semente não natural, a semente transgênica, que, na verdade, contaminam o solo, contaminam os alimentos e contaminam as águas, os rios. E aí você tem um impacto, que é ambiental, e que também é sanitário, porque você pode contaminar o alimento. Você tem o patrimônio público, que é exatamente a fiscalização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, que devem ser aplicados na compra de alimentos e na agricultura familiar, com o mínimo de 30%. Você tem a saúde, que é o pano de fundo dessa questão, exatamente porque a saúde e a alimentação... a alimentação é um fator condicionante da saúde, dos níveis, inclusive, de desenvolvimento do país. Então, se você tem essa relação, a saúde, ela, na verdade, é o grande fundamento de nós trabalharmos a questão da alimentação saudável. Você tem a questão da educação que... todas as leis convergindo para que as escolas trabalhem esse tema. Você tem a questão do patrimônio histórico e cultural, porque a tradição alimentar é algo que se perdeu na medida em que a produção de alimentos ficou massificada com a revolução verde, com o uso de agrotóxicos, com a alta tecnologia que foi envolvida na questão, e que trabalhou contra a cultura, daí porque também tem relação. Você tem relação com a própria economia, porque os países pobres ficaram dependentes dos países ricos, com a alta tecnologia que é utilizada nos alimentos ultraprocessados.

Então, eu diria para vocês que se nós olhássemos todas essas áreas, e olhando todas as

áreas dentro do Ministério Público, a gente tem esse tema, que é segurança alimentar e nutricional, que se conecta de uma forma bem interessante, e quem sabe, em um futuro próximo, a gente não coloque esse tema como sendo o tema prioritário do Ministério Público, e aí envolvendo todas as promotorias. Tem a Promotoria de Conflitos Agrários, que trata diretamente da questão da terra, do acesso à terra, do acesso também à plantação, e à criação. E a questão do consumo, não é? Porque o consumo, o direito do consumidor, as pessoas podem olhar, e: "Poxa, mas o direito do consumidor, ele é uma pontinha da segurança alimentar". Ele é, realmente, uma parte naquilo que significa o alimento de qualidade, e você fiscalizar para que o consumidor tenha alimento de qualidade, mas ele é uma das mais importantes, porque se o consumidor souber escolher o alimento que ele vai consumir, ele, lá na ponta, ele interfere em todas as fases da cadeia alimentar, por quê? Porque, no momento que ele começa a não consumir determinado tipo de alimento, a indústria começa a mudar o modelo dela e começa a mudar a estratégia dela.

Então, esse tema, em geral, ele é tratado em direitos humanos, na questão ambiental. E a gente vê exatamente com esse olhar do consumidor porque o consumidor, lá na ponta, ele tem muito a contribuir com essa questão. Então, é um tema fascinante, a gente olha o trabalho de Belo Horizonte, e imagina que esse tema sendo discutido nas escolas, a transformação que isso pode gerar, porque, na medida em que a gente colocou como atividade no projeto, que é um município, reuniu os setores que trabalham com a segurança alimentar, formar uma equipe, visitar a escolas, e falar assim: "Olha, eu trabalho na saúde, com saúde na escola. Eu trabalho na assistência social com Bolsa Família". Mas não é só assistencialismo, a mãe tem que levar o filho mensalmente para poder fazer a medição do crescimento, acompanhar o crescimento da criança. Se a mãe está grávida, ela tem que ser acompanhada durante a gestação. Não é só assistencialismo, tem a questão ambiental; você, juntando esses órgãos municipais que trabalham com a segurança e falar, se apresentarem para os alunos, os alunos vão ser essas dimensões da segurança alimentar.

Então, isso é muito importante. Somado com o clipe musical e a nutricionista explicando eu acho que a gente tem... e também com a palestra sobre o código do consumidor para explicar a questão da liberdade de escolha, do que o consumidor pode contribuir com esse processo, a gente tem, aí, três atividades que eu penso que são, assim, fundamentais para gente ir construindo essa Pauta, porque ela já está construção, né? A Zuleica falou, todo mundo sabe que isso já tem, vem sendo construído nas escolas. Mas com esse projeto, a gente consegue, eu acho, que dar uma amarração maior. E esse ano, que eu imagino que seja um início, ano que vem, imagino, que esse

projeto esteja mais robusto e a gente consiga fazer toda essa discussão.

Eu passo a palavra então, agora, para a Regina e depois a gente faz um momento para perguntas e respostas. Regina, fica à vontade aí.

SRA. REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA: Boa tarde a todas e todos. Inicialmente, assim, Dr. Amauri, antes eu era fã dele, acho que é, assim, uma pessoa superenvolvida, já vim em outros eventos, eu era fã. Hoje eu descobri que eu vou montar um fã-clube, porque depois que eu descobri os dotes artísticos, então, a carteira 001... isso leva longe.

Bom, Cardápio Escolar, né? De onde eu falo? Eu acho que é importante, assim, eu me apresentar um pouco, né? Então, minha convivência com a questão da alimentação escolar, de onde veio isso, acho que começou no banco da escola, lá nos anos iniciais, eu fui estudante de escola rural, sou filha de agricultores e morava na roça e aquela época nós vivíamos no momento em que a alimentação escolar, ela era centralizada, eu tenho 50 anos. Então, lá nos meus 6 anos eu estava vivendo aquele momento em que as escolas recebiam um pacotinho de formulado. Então, eu era uma menina lá da roça que não conhecia nada para além do meu município, que era Lagamar, noroeste de Minas, e comia produtos com soja, com um monte de corantes e tudo, né? Na verdade, a gente não comia aquilo, aquilo ia para lá, não era da nossa cultura e a gente tinha alguns acordos, daí a gente pegava aquilo, levava para os porcos, que também rejeitavam, nem os porcos gostavam daquela misturinha, mas a gente levava melado para escola, levava inhame, fubá, queijo, enfim, e aí a gente levava e contribuía, porque aquilo desrespeitava totalmente.

Depois, eu fui professora rural e trabalhava com duas turmas, primeira e quarta série, e aquela época, era numa escola rural que não tinha energia, não tinha uma cozinheira e [ininteligível] um fogão à lenha. Eu ia para a escola, no caminho, eu ia catando lenha, né? Então, já levava lenha, chegava, acendia o fogo, colocava uma água a ferver, lavava(F) vela, tinha todo esse contexto. E isso foi extremamente importante para minha formação. Depois, eu fiz Nutrição, fui nutricionista, responsável técnica pela alimentação do município de Poços de Caldas e fui do Conselho de Alimentação Escolar, no nível de município, do conselho estadual, trabalhei no Centro Colaborador da Alimentação e Nutrição do Escolar. Então, a gente tem uma pequena caminhada, muito singela, mas acho que podemos contribuir de alguma forma nesse contexto. E a participação também nos conselhos, o Conselho Regional de Nutricionistas e o Conselho Federal podemos também ampliar um pouquinho, dentro desse universo da alimentação escolar.

Deixa eu ver se eu acerto aqui. Bom, falando do marco legal, o Dr. Charles, que também sou superfã, ele fez uma fala brilhante e gente tem, realmente, é um arcabouço mesmo, né? Então, não tem como a gente discutir cardápio escolar, alimentação escolar sem pensar nessa perspectiva do Direito, né? A alimentação escolar, ela passa por uma grande transformação e deixa de ser um programa meramente assistencialista, mandar um pacotinho de formulado para matar a fome daqueles menininhos lá e passa a ser um programa realizador de direitos. E é um direito que está garantido na nossa Constituição Federal, ele está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Nacional de Educação, o ECA, né? Então, se nós estamos nesse universo que é um universo onde nós temos várias pessoas da área do Direito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde está ali, também, assegurado às crianças e ao adolescente o direito a essa alimentação adequada e saudável, né? Então, quando a gente pensa em algo, em um alimento adequado, ele tem que ser adequado em todas as dimensões, ele tem que ser adequado do ponto de vista cultural, do ponto de vista nutricional, do ponto de vista social.

Diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União sobre essa questão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, inclusive, antes da Lei nº 11.947 de 2009, a gente já tinha um acórdão do TCU, que é o Acórdão nº 25, que já tratava da obrigatoriedade do cardápio, do cardápio ser divulgado à comunidade escolar, né? Então, era cardápio, não era aquele menuzinho, né? Depois a gente vai discutir conceitualmente o que é cardápio, eu acho que isso é bastante interessante, eu vejo muitos colegas nutricionistas, mesmo trabalhando muito hoje, ainda participo de alguns grupos, né? Dois grupos de nutricionistas da alimentação escolar em nível de Brasil, mais um fórum e, enfim, a gente vê algumas questões que eu fico preocupada, mas faz parte.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar, Dr. Charles já falou, né, Dr. Charles? Então, 2006, a gente tem a Losan, e a Losan, ela traz essa definição legal do que é segurança alimentar, né? Então assim, não... isso não é um conceito acadêmico, então, foi um processo que foi construído pela sociedade, com participação de diversos atores e a gente chega, depois, numa questão, numa definição legal. Então, o que é segurança alimentar e nutricional, então, isso já está legalmente definido, não há que ter dúvidas de interpretação. A Portaria Interministerial nº 1.010, que é de 2006 também, é fantástica, a portaria do Ministro da Saúde e do MEC que já, em 2006, já tinha todos os normativos para a redução do consumo de açúcares no ambiente escolar. E aí, a Portaria Interministerial nº 1.010 também, ela não era uma portaria específica para as escolas públicas,

né? Então, a gente tem um embasamento legal bastante grande. A emenda constitucional que trata, que modifica o art. 6º da Constituição Federal e traz a questão do direito humano. Em 2009, a Lei nº 11.947, que foi uma grande inovação, ela amplia o acesso à alimentação escolar, o programa passa a ser universal, todos os estudantes do ensino da educação básica, eles têm o direito a uma alimentação pelos 200 dias letivos.

E aí, eu me recordo, uma outra informação importante para minha vida nessa questão da alimentação escolar, porque foi a época da alimentação escolar que era bastante excludente, que era a alimentação pública, gratuita, era só para os pobres, né? Então, a gente tinha carteirinha de pobre, só tinha direito à comida da escola era quem era pobre, né? E era muito ruim, porque era da caixa(F) escolar, então assim, quando você pegava a fila, né? Então, assim, você estava ali na fila era aquela autodeclaração de pobreza e que nem sempre isso é bom, né? Depois que você ressignifica, entende isso, que você não sente que não você não é culpado daquela condição social, isso tudo é ressignificado, mas para um escolar, um adolescente, isso é extremamente excludente. Então, isso, graças a Deus, foi superado e a gente vive numa... não, graças a todos os atores, não só Deus, né? Porque foi um processo de luta. Então, uma conquista bastante grande.

Temos uma resolução do Conselho Federal de Nutricionistas, que é a Resolução nº 465 de 2010, logo após a Lei nº 11.947, né? Então, assim, essa Resolução nº 465 do CFN é uma resolução que eu participei da, à época, da elaboração, eu discordei dos parâmetros numéricos que foram dessa resolução, eu era do Cecane, e, à época, assim, das pessoas que estavam elaborando, de nutricionistas que tinha sido RT era... sou eu, eu acho que isso é interessante, porque quando a gente está lá na ponta, então, eu acho que a gente tem que ouvir mais as pessoas que estão ali trabalhando na ponta. Essa Resolução nº 465, ela está sendo revisada. O ano passado foi montado um grupo, que a gente chama de GT, um grupo técnico, para revisar essa resolução. Mas, o ano passado também, o Tribunal de Contas nos deu uma força muito grande quando eles usaram a resolução do CFN, a Resolução nº 465, como um parâmetro para cobrar os nutricionistas na rede pública. Então, com essa força do TCU, o Conselho Federal de Nutricionistas agora já está com outro olhar sobre se a gente mantém esse parâmetro ou se vai ser mudado, né? Então, vamos ver o que dá.

A Lei nº 11.947 foi um avanço, né? E aí, a gente teve, depois, a Resolução nº 38, em 2009, mas que tinha alguns pontos que eles não ficavam muito claros, muito... E aí, assim, acho que é importante a gente estar tudo bastante claro, em 2013, a gente... o FNDE editou a Resolução nº 26

e que é uma resolução que eu acho maravilhosa, essa Resolução nº 26 de junho de 2013, que ela é muito clara, não tem dúvida sobre o que é um cardápio, o que é... quais são os parâmetros recomendados de consumo de proteínas, de açúcares, o que pode e o que não pode na alimentação escolar. Então, isso está bastante claro, pelo menos para o universo das escolas públicas, né?

Em 2018, a gente tem, já no final do ano, aprovado a Lei nº 13.666, que passa, assim, ela deixa obrigatório a educação alimentar e nutricional no currículo escolar e aí de todas as escolas. Porque a Lei nº 11.947 também já é... já se tornava obrigatório a educação alimentar e nutricional nas escolas, embora isso não fosse cumprido, né? Em Minas Gerais, nós temos o decreto, também acho que é interessante, tem a lei que o Dr. Charles já disse e, claro, que acho que tem outra... a gente tem tratados internacionais, que, se necessário, podem ser usados, e temos ainda, como arcabouço legal, acho que, assim... não legal, mas referências extremamente importantes, o Marco de EAN, que é de 2012, que eu acho que é muito interessante, e temos o Guia Alimentar Para a População Brasileira, tanto para adultos como o guia para menores de 2 anos. Então, acho que nós temos referenciais teóricos, temos lei, o que precisa é que isso vá para o dia a dia da escola, né? Que isso esteja, realmente, no universo escolar, na carteira da escola, que isso esteja no dia a dia dos educadores, dos estudantes e de toda a comunidade escolar. E de todos que aqueles que vivem no entorno de escola e todos os órgãos de fiscalização, né? Então, acho que tem... [Pulou? Ajuda aí, amigo. Aperta o meio. Ok, obrigada. Obrigada, Dark].

Então, a Dark falou de segurança alimentar, né? E aí, depois eu já tenho um outro slide que eu faço esse comparativo, mas vamos falar também da soberania alimentar, né? É preciso da gente entender que... a gente, tudo, um povo, uma nação, ele tem que ser soberano. E na nossa alimentação, nós temos que também ter soberania, e qual tem sido a soberania da nossa alimentação? Será que nós podemos, realmente, decidir sobre o que nós vamos comer? Será que no ambiente escolar esses estudantes, eles podem decidir o que eles vão comer? Os meus filhos estudaram em escola particular, ao contrário, eu estudei sempre em pública, mas os meus dois filhos estudaram em particular, e eu sempre participei desse dia a dia da escola e a gente tinha, não digo conflitos, mas muitos diálogos e muitas conversas a respeito disso, né? E a gente tinha certeza de que não tinha essa soberania alimentar no ambiente escolar, na medida que eles não podiam optar o que eles iam comer ali na escola, né? Se meus filhos quisessem tomar suco de frutas orgânicas, não tinha, se eles fizessem uma opção por alimentos, só alimentos não

transgênicos, eles não tinham essa opção e, muitas das vezes, eles comiam sem saber o que estavam comendo na escola, porque não tinha uma origem, não sabia, realmente, o que era, qual que... para a gente saber o que a gente está comendo a gente tem que conhecer não só a informação nutricional, ingredientes de todos os produtos, né? E eu acho que isso é importante.

Então, a gente tem também uma definição do que é soberania alimentar, mas eu sempre falo que soberania alimentar é a gente poder escolher, é autonomia, né? E eu coloco aqui uma foto que eu não sei se as senhoras e senhores conhecem, mas teve uma canadense que ela fez um livro sobre o que se come ao redor do mundo, nas escolas, O que há Para o Almoço? Como os Alunos Comem ao Redor do Mundo. E esse é o prato da alimentação escolar brasileira, representado no livro. E esse livro, assim, é bastante interessante e a autora aponta a alimentação escolar brasileira como uma das melhores do mundo, né? Então, acho que isso é bacana, o Brasil, ele saiu no mapa da fome, está para voltar, lamentavelmente, e aí o PNAE foi uma das políticas públicas que contribuiu bastante para o Brasil sair do mapa da fome, né? Infelizmente, o Brasil pode voltar.

E agora, assim, só fazendo um parêntese, até eu cochichava com o Dr. Amauri, e assim, a gente estava vivendo um momento supercomplicado que é a extinção do Consea e isso tem um impacto muito grande em todas as políticas públicas, inclusive, na Política Nacional de Alimentação Escolar, né? Essa foto é a alimentação escolar no município de Januária, uma oficina que fizemos de alimentação escolar, esse não é o dia a dia da alimentação escolar, talvez, mas deveria ser. Então assim, é um prato que nós preparamos na oficina, então, tem a Jennifer que está comendo arroz com pequi, que na região de Januário tem pequi, tem um feijão catador, que lá se planta o feijão catador, que ele é mais resistente à região, uma farofinha ali com casquinha de abóbora no meio do arroz, tem a abóbora ralada, tem um franguinho com molho de buriti, buriti, bastante presente no nosso Cerrado, com valor nutritivo altíssimo e um bolinho feito com a polpa do caju, estava na época do cajuí, que é aquele cajuzinho nativo. Então, fizemos um suco e aproveitamos essa polpa para fazer aquele bolinho assado e eu acho que é bastante interessante. Eu acho que as fotografias estão representando e têm que trazer esse diálogo.

No art. 3º da Resolução nº 26, então, ela traz um pouco do, traz o objetivo do PNAE, que é contribuir com o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes. Então, tudo aquilo que... eu falo sempre "estudante" por opção, nunca falo "aluno", tá? Então, está lá "alunos", mas eu falo "estudante". Então, essas ações, né, como que se vai

conseguir? Por meio de ações de educação alimentar e nutricional. Então, está lá na Resolução nº 26, anterior à lei de dezembro também, né? E da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, os 200 dias. Então, aí estou falando do acesso.

Cardápio. Então, o que é cardápio, né? Porque estava ali, o Dr. Amauri, ele me convidou para falar de cardápio. Então, eu fiquei dois mandatos no Conselho Estadual de Alimentação Escolar, fui vice-presidente, vice-presidente, e sempre cobrávamos do estado que tinha que ter um cardápio. E o estado tinha um livro que estava escrito cardápio, mas aquilo, na verdade, não era um cardápio, era um planejamento ali de refeições, que é uma das etapas do cardápio, mas o cardápio, ele tem uma definição, né? Então, ele é um informativo onde consta as quantidades per capita, ou seja, o quanto de cada ingrediente o estudante vai consumir, a serem oferecidas a cada modalidade de ensino, bem como o valor nutricional de cada preparação. E isso nós aprendemos lá no banco da faculdade, então, todo nutricionista, ele tem a obrigação de saber o que é um cardápio, né? A não ser que a gente tem problema e temos problemas realmente, na formação, né? Infelizmente, a gente tem escolas e escolas, mas todo nutricionista, ele sabe, isso está nos livros, é fácil de acessar.

Então, quando eu vou, isso aqui foi durante a visita que eu fiz pelo Cecane, essa foto, eu visitei um município, nós trabalhávamos com assessoria aos municípios, e estava escrito lá cardápio, mas o que o estudante tinha acesso era à preparação, os pratos que seriam ofertados. E era, assim, os pratos ofertados maravilhosos, isso era um município, não vou falar qual, mas, assim, a oferta era excelente, o que o estudante comia. Então, os escolares daquele município tinham acesso à faca, garfo, prato, self-service, e tinha arroz, feijão, salada, carne e tinha um lanchinho na hora de ir embora, porque muitos deles, às vezes, não iam ter essa alimentação em casa. Então, se tinha, a oferta era interessantíssima, mas assim, então, faltava um pouco dessa compreensão, né? Então, esse aqui é de 2011, estava escrito lá nas publicações do estado, cardápio de alimentação escolar e aí tinha eles diferentes, para indígenas, quilombolas, que têm que, conforme a legislação assim o recomenda, né?

Os princípios. Compartilhamento das responsabilidades. Então, isso é uma responsabilidade do governo federal, do governo do estado, os municípios e da sociedade também, né? A sociedade participa por meio do controle social. Então, e aí está lá na Lei nº 11.947, que direito humano à alimentação adequada. Então, alimentação escolar, ela é um direito dos estudantes, da educação básica pública e um dever do Estado. E a Resolução nº 26 de 2013,

ela continua nesse mesmo sentido. Então, alimentação, enquanto direito, e aí, ela será promovida, incentivada com vistas ao atendimento às diretrizes estabelecidas nessa resolução.

Eu acho que falar de cardápio, a gente tem que ter algumas, assim, considerações a se fazer. Primeiro, a alimentação, ela não pode, de forma alguma, se reduzir a uma questão puramente nutricional, eu não vou comer aqui um pacotinho de nutrientes que não respeitem a minha cultura, que não respeitem a minha escolha, inclusive, pode ser uma escolha ideológica não consumir determinados alimentos, é uma escolha ideológica eu consumir produtos só da agricultura familiar, agroecológica, então, é uma escolha política também a alimentação, né? Então, tem que estar inserido nesse contexto cultural. Então, eu acho que a gente, quando fala de escolhas políticas, eu não estou me referindo a partidos políticos, mas desse cidadão da polis, esse cidadão amplo, portador de direitos, conhecedor dos seus direitos, né?

A alimentação no ambiente escolar pode e deve ter uma função pedagógica, devendo estar inserida no contexto escolar. Então, isso sim, é fantástico, né? A gente vê, assim, diversos países, onde as questões alimentares e nutricionais não são problemas graves e a gente tem isso muito presente no currículo das escolas. E as escolas, elas estão formando cidadãos e estão formando cidadãos que conhecem esses seus direitos e, inclusive, o direito a uma escolha mais adequada.

A capa, a quarta capa de alguns livros escolares, então, hoje, todos os estudantes da rede pública, eles recebem, nos seus livros, essa quarta capa com dicas de educação alimentar e nutricional. E isso parece pouco, gente, mas isso foi uma luta, eu faço parte da Cian, que é uma comissão do conselho, e na Cian, a Michele Lessa, o pessoal da Coordenadoria Geral de Alimentação e Nutrição, fazem parte também, e assim, a gente acompanhou esse processo de como foi difícil para inserir isso, né? Porque quando a gente coloca essas escolhas e esses debates todos no livro da escola, a gente propicia um debate muito grande, então, vai... e isso vai para além dos muros da escola.

Então, esse, eu acho fantástica, está no livro de sociologia, né? A cozinha é tarefa de todos. Então, não é mais só as mulheres, nesse ambiente, aqui, somos maioria, né? A questão da segurança alimentar não é mais uma tarefa das mulheres, é uma responsabilidade de todas e todos. Isso está na quarta capa do livro de sociologia.

No livro de história, traz também a questão da comida enquanto patrimônio. Então, acho

que isso tem todo um link com o que a gente está estudando no livro de história, né? A comida brasileira é patrimônio. Então assim, nós temos uma diversidade alimentar muito rica e a gente tem que entender isso enquanto um patrimônio. A nossa alimentação, assim, ela tem que ser nossa, essa alimentação tem que nos identificar. O que nos identifica hoje, enquanto alimentação de brasileiros, né? E aí, o consumo de arroz com feijão, por exemplo, é algo que nos identifica, e é interessante a gente entender a base histórica desse consumo de arroz com feijão; por que a gente consumia arroz com feijão? E que é perfeito do ponto de vista nutricional, porque era aquilo que tinha mais disponível. Isso está lá no livro de história, nessa quarta capa. Então, assim, é muito interessante, foi uma escolha muito adequada.

Está lá no livro de geografia, cuide bem da água, porque a água também é um alimento, né? E todos temos que ter direito a uma água de qualidade, sem água não existe alimento, sem água não existe vida. E nesse momento em que nós somos vítimas aí da questão da mineração e que tragédias e... crimes, muitos deles, que é por irresponsabilidade. Hoje, eu trabalho no município que é um município que sofre pela mineração, que é em Conceição do Mato Dentro, é um município belíssimo, de riquezas naturais extremamente prejudicado. Ontem, assim, minha última atividade, eu estava lá trabalhando a 800 metros abaixo da barragem, numa comunidade rural, e assim, a gente vê a resistência desse povo ali. E eu trabalho com projetos de segurança alimentar, né? Então, na hora do almoço, eu conversava com as colegas assim: "Ah, vai tirar as pessoas dali". O que isso significa, né? Aquele pé de laranja da D. Darcília, daquela laranja que ela gosta, daquele sabor, isso não existe indenização, né? Então assim, é muito interessante a gente entender e alimentação é isso, né? E eu vou e volto.

Bom, algumas ações estratégicas importantes, eu já comecei a falar antes, que é a quarta capa dos livros didáticos. Então, aí traz a alimentação saudável em dez lições, e isso foi uma construção que foi feita com o Consea Nacional. Então, olha a importância do Consea Nacional presente em todas as políticas públicas de segurança alimentar, né? Os dez passos para uma alimentação saudável, e isso também, isso vem lá de um documento antigo, não antigo, estou falando da... mais assim, dos anos iniciais de 2004, que eram 15 lições, aí conseguimos resumir em 10.

Algumas diretrizes, então, a universalidade, isso está naquele conceito de SAN, que é segurança alimentar e nutricional é o direito de todas e todos, uma alimentação adequada. Então, está lá universidade no PNAE, a questão da participação popular no controle social, continuar as

diretrizes, né? O apoio do desenvolvimento sustentável, que só existe segurança alimentar e nutricional se esses alimentos forem produzidos também de forma sustentável. Então assim, eu tenho que pensar na alimentação do presente e na alimentação do futuro; as gerações futuras, elas têm que ter acesso a uma alimentação adequada e saudável, e se eu levar esse solo a uma erosão, eu não vou ter alimentação do futuro, então, a gente vai comprometer totalmente a segurança alimentar do futuro. Então, isso está lá no conceito de segurança alimentar.

E aqui na Resolução nº 26 isso está presente, ele tem essa repercussão. E quando se compra da agricultura familiar está pensando exatamente nisso, porque os agricultores familiares, eles têm condições de produzirem de forma mais sustentável, né? Com emprego aí da família, com menos mecanização agrícola, sem esse uso intensivo de venenos e outros insumos químicos na produção. E aí, assim, priorizando as comunidades tradicionais indígenas, os remanescentes quilombolas e os reassentados da reforma agrária.

Então, está lá nas diretrizes, direito à alimentação escolar de forma igualitária, isso também está no conceito de SAN, né? Então, é o direito de todos.

Alguns avanços da Resolução nº 26: regulação da oferta de frutas e hortaliças. Pense, a Organização Mundial da Saúde fala que para a gente ter uma alimentação adequada, saudável, nós temos que consumir no mínimo cinco porções ao dia de frutas e hortaliças. Na Resolução nº 26 já é... eu considero um avanço, mas fala de três, três, a oferta de três porções de frutas e hortaliças por semana, então, isso ainda é pouco, mas os municípios, as escolas todas, os gestores, o ideal é que tenha todos os dias essa oferta. E quando fala oferta de frutas, o suco de fruta, ele não substitui a fruta, é a fruta, o estudante ter acesso a pegar, comer, isso faz parte da construção do conhecimento, né? Porque a gente está, infelizmente, vivendo nessa geração que a oferta dos ultraprocessados é tão grande, aquele filme Muito Além do Peso mostra muito isso, né? Você mostra um abacate para a criança, muitas crianças não conheciam um abacate, não conhecia um mamão, nem estou falando de frutas que são tradicionais, mas que não estão no nosso dia a dia, como a 'pitaia', a romã, que se comia, o marolo, uma mangaba, enfim.

A restrição da oferta de sódio está lá no art. 16, e aí a resolução traz muito claro isso, né? Isso está também no que foi trabalhado de manhã, estava superpresente. Então, que a gente tem que reduzir esse consumo de sódio. Por que isso? A população brasileira está se tornando uma população hipertensa e o custo para a saúde pública é bastante grande. Então, o SUS tem um custo muito grande que isso poderia ser sido corrigido lá nos anos iniciais do ensino primário.

Então, se a gente tivesse na escola já a alimentação ofertada sendo uma alimentação adequada e saudável, a gente estava formando hábitos alimentares saudáveis. Como o representante do estado falou, a escola tem um papel fundamental nessa formação de hábitos, né?

Restrição da oferta de açúcares, isso é um problema bastante grave. Enquanto conselheira do CAE, nós fizemos várias visitas nessas escolas estaduais e a gente fazia uma entrevista com os estudantes do Ensino Médio. Então, a alimentação que eles menos gostam são as preparações doces, Tati sabe disso, né? Tatiana é a nutricionista RT do estado, né? Então assim, nas reuniões das plenárias do CAE, Tatiana estava presente, a gente sempre colocava isso. E se a gente for entender bem o art. 16 da Resolução nº 26, as preparações doces deveriam ser apenas sobremesa e não o prato único ofertado no dia. Quando a gente vê lá na Resolução nº 26 quanto... uma refeição, ela pode oferecer no máximo 110 calorias advindas dessa preparação doce. E eu tenho os parâmetros que eu tenho que atender com proteínas, com fibras e com outros macronutrientes. A preparação doce atende? Sozinha não, ela não vai atender.

E tem mais, assim, as escolas não seguem as fichas técnicas. Então, é uma alimentação, aquele mingau que está sendo ofertado, ele tem pouco leite, então, a quantidade de proteína vai ser baixa e uma quantidade de açúcar, muitas vezes, maior do que aquilo que estava na ficha técnica. Porque assim, vem aquela história de que: ai, estava uma delícia, estava docinho, né? Então assim, a escola, ao invés de contribuir com a educação alimentar do estudante, está contribuindo para elevar esse consumo de açúcar, porque quanto mais sal e açúcar a gente consome, é igual álcool, mas a gente vai tendo resistência e mais a gente vai querer, então, isso é importante.

Proibição da oferta de bebidas de baixo valor nutricional. Então, isso também é um avanço. Então, o dinheiro público, ele não vai ser, não pode ser gasto. No estado, a gente conseguiu, assim, alguns avanços e assim, nos relatórios do CAE, quando tinha na escola alimentos proibidos, né, Tati? A gente fazia esses relatórios, os diretores tinham que devolver para o caixa escolar todo aquele recurso que comprou com os alimentos proibidos, que são essas bebidas de baixo valor nutricional, os refrescos, esses preparados sódios e outros. E tem os alimentos restritos também, que são aqueles embutidos dentro desses alimentos processados e ultraprocessados.

E aí, a resolução, ela é bastante clara, no máximo, o 30%, eu costumo falar, que 30% é o número cabalístico na questão da alimentação escolar. Então, os gestores são obrigados a comprar no mínimo 30% da agricultura familiar e podem comprar no máximo 30% de produtos, esses que

são esses restritos. E aí, era um trabalho do CAE, a gente pegava todas as notas fiscais, somava e verificava se aquilo não atingia os 30%, né? Se atingia 30% ou ultrapassava, aquilo que ultrapassou dos 30% é responsabilidade do gestor devolver também para o caixa escolar da escola. E a restrição desses alimentos que estão prontos para o consumo.

Essa é uma das formas da regulação que eu acho bastante interessante, e quando cumprida, ela ajuda bastante. No portal do FNDE, não sei se vocês têm o acesso, se vocês têm esse hábito de estar acessando sempre, o FNDE, assim como o Ministério da Saúde, tem uma biblioteca virtual excelente, então, algumas dessas cartilhas, assim, acho que são superimportantes a gente ler. Porque, assim, esse conhecimento que a gente vai construindo é que nos ajuda a ser mais exigentes com os cumprimentos das políticas públicas. Então, essa cartilha das necessidades alimentares especiais, ela é superclara, muito didática, né?

Como que a escola vai realizar o direito daquele estudante que tem uma necessidade alimentar especial, né? Então, se eu tenho uma criança que é diabética, se ela tem uma doença celíaca, ou se ela tem uma outra intolerância alimentar, essa cartilha, ela está bem clara, assim, o material é superbacana, segue mais ou menos a mesma gráfica de ilustração de outros livros do Ministério da Saúde, porque esse link também, esse link fotográfico é importante na construção do conhecimento, né? Testes de aceitabilidade, então, estão lá os testes que são aceitos pelo FNDE, como aplicar, as vantagens e desvantagens de cada teste; as atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE. Então, nesse grupo de nutricionistas, as pessoas perguntam, eu sempre mando a cartilha, não respondo, mando a cartilha, né? As boas práticas da agricultura familiar, também, para a alimentação escolar; a cartilha para os conselheiros do CAE e as receitas do concurso de melhores receitas da alimentação escolar.

Essa cartilha, parece que era só um concurso, mas quando você faz esse concurso, você mobiliza a comunidade escolar para debater a questão do que se come na escola. E aí eu sempre falava: Olha, o que vai mandar para o concurso tem de ser o que está no presente no dia a dia, não vai... da escola, não vai fazer uma receita especial para mandar, né? E aí, assim, nesse concurso sempre quem tem vencido as melhores receitas são muito do Norte, porque no Norte, embora seja uma região mais empobrecida, essa questão da cultura alimentar, ela é muito forte. Então, está lá na alimentação escolar o açaí sem açúcar, está lá receitas com tucupi, que respeitam, realmente, aquela cultura alimentar.

Bom, e aí a gente estava falando... Ai, eu me perco, aqui, quando eu vejo isso, estou falando de um outro conceito que está sendo hoje colocado, que a gente está trabalhando muito hoje a questão de desertos alimentares, oásis alimentares e os desertos alimentares, né? Então, a gente estava aqui, tipo num oásis alimentares? Tudo, assim, bacana, o que pode ser feito e a gente tem aqui... Cadê aquele? Gente, sinceramente, eu quero mostrar uma fotografia, essa, isso daqui foi uma visita do CAE, uma visita de fiscalização do Conselho Estadual de Alimentação Escolar em 2013, do que estava sendo consumido na escola estadual, isso é o ambiente escolar, tá?

Essa escola, nós fomos visitar, o CAE foi lá umas duas vezes, problema supergrave, estava sem alimentação há vários dias, tinha, não sei de quem era, se era quem era estudante, se era servidor, mas tudo, absolutamente tudo, o que se consome no ambiente escolar é alimentação escolar. Aquilo que o diretor consome, o professor consome, o que o estudante leva de casa é alimentação escolar, tudo, absolutamente tudo o que consome no ambiente é alimentação escolar. E olha como que estava, o que a gente chama de pântano alimentar, né? Então assim, o que estava ali, olha, estava... eu tive esse cuidado de não fotografar os estudantes, tentei não pegar a identificação da escola, mas, assim, eram esses... tudo os ultraprocessados, riquíssimos em gordura e riquíssimos em açúcares, né? Graças a Deus isso mudou, esse diretor foi exonerado, isso nesse trabalho do CAE, eu acho que então assim são, a gente vê que valeu a pena, né? Mesmo ir, sofrer, não foi fácil, a gente não é bem recebido, enfim, mas valeu a pena.

E acho que é isso, né? Então, nesse momento do Brasil, acho que Paulo Freire tem que estar na cabeceira para nos dar esperança e ânimo, né? Então, acho que tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem entorno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, acho que ainda é pouco, né? Quando a gente, considerando esse trabalho imenso que se põe diante nós, que é de assumir esse país democraticamente, né? Então, eu acho que é isso. Teve umas transparências que eu pulei por tempo, que eu estou sem relógio, aí fiquei perdida e eu falo muito e eu tenho ônibus daqui a pouco. Aí, assim, meu contato está aí, gente, na medida do possível, eu respondo a todo mundo, atendo ligação, né? Então, muito obrigada, Dr. Amauri. Obrigada a vocês aí pela paciência.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Bom, Regina. Nós é que agradecemos a sua colaboração, a sua didática, assim como a Darklane, que foram duas apresentações, assim, que só vão, cada vez mais, elevar o nosso evento.

Dez minutinhos para perguntas. Eu queria indagar quem deseja fazer pergunta porque aí o Rhilmer já está posicionado, ele já leva o microfone, a pessoa se identifica e faz pergunta. Corre o risco de, se ninguém quiser fazer pergunta, de eu começar a falar aqui. Então, vamos fazer pergunta. Uma, aqui, à Zuleica.

SR. IVAN: Boa tarde, é um prazer ouvir a palestra, meu nome é Ivan do Procon de Nova Serrana. Surgiu uma dúvida, porque mais cedo teve uma colega que questionou sobre a precariedade que estão os recursos para merenda escolar. E na sua fala, em um dado momento, você citou que está havendo uma resistência quanto à merenda para acabar com o recurso, eu não entendi direito. Você citou lá no Norte que tem os pequis e eu fiquei preocupado, porque quando você disse que há possibilidade de acabar com o recurso, aí me deixou mais preocupado ainda. Eu queria que você definisse melhor essa situação, porque precisamos estar juntos para que isso não aconteça. Obrigado.

SRA. REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA: Ok. Pode ser bloquinho ou vamos responder?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pode responder.

SRA. REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA: Então vou responder. Quando eu falo no Norte, assim, essa questão é, lá no Norte, o valor per capita é o mesmo, né? Então, eu estava falando aquela hora do que se consome, o que está sendo consumido na escola. Então, lá é o mesmo per capita, é o mesmo valor financeiro, mas a cultura alimentar no ambiente escolar, ela é mais forte do que aqui. A gente sofreu muito mais o impacto dessa industrialização, desses ultraprocessados, né? Lá também sofre, tanto que aquele filme Muito Além do Peso, ele começa com um barco lá no Norte, chegando os refrigerantes, né? Então, os alimentos estão lá.

Bom, com relação aos recursos, sim, eu acho que o que vem do governo federal para a alimentação escolar, eu sempre falei que isso é uma contrapartida, é para contribuir, a responsabilidade pela alimentação escolar é da entidade executora, se são nos anos iniciais, no Ensino Fundamental, é o município, né, Dark? O governo, embora as entidades executoras têm trabalhado quase sempre com aquilo que vem do governo federal e não estão utilizando os recursos próprios, né, Dark? Isso acontece.

SRA. DARKLANE RODRIGUES DIAS: Exceto Belo Horizonte.

SRA. REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA: É. Não, e outros municípios também, tem boas experiências, mas a responsabilidade é da entidade executora, do estado. Então, Minas Gerais, a

gente tem... nunca Minas Gerais tinha uma contrapartida, um recurso financeiro, um aporte financeiro, para não chamar de contrapartida, um aporte financeiro para alimentação escolar. No último governo, teve... o governo do estado estava dando o mesmo valor para alimentação escolar que vinha do governo federal. Se tinha um per capita de 32 centavos para o ensino de jovens e adultos, aí o governo do estado dava 32 centavos também, se era para quilombola, que é um valor maior, é o mesmo valor, ok?

Agora, com a extinção do Consea, sim, várias políticas públicas, elas estão em risco. E a gente sabe que a questão da alimentação é um espaço de disputa. Quando eu vi, hoje, aquela apresentação que eu achei maravilhosa e fiquei: Gente, que povo corajoso, né? Coloca ali vários alimentos ultraprocessados com X, pense a indústria aqui, né? Então assim, é um espaço de conflito, é um espaço de disputa, né? E a gente sabe que com a Lei nº 11.947, com a obrigatoriedade de comprar 30% da agricultura familiar, tirou muita gente grande desse 30%, né? E isso teve um impacto. Então, está tendo uma pressão muito grande de alguns setores para que esse 30% seja permitido comprar 30% da agricultura familiar e não mais obrigatório, e é uma palavrinha, que parece que muda, mas, na prática, muda tudo, porque na medida que não é mais obrigatório, os gestores vão fazer um pregão eletrônico, uma única licitação e pronto, para que eu vou ter o trabalho de mobilizar, de fazer, de ir lá conhecer o que é produzido? Porque lá, para eu elaborar o cardápio, o nutricionista tem que conhecer tudo aquilo que é produzido ali na região, para atender todas as dimensões da questão da segurança alimentar.

Então, assim, com extinção do Consea, há um risco muito grande. Aproveito para convidar a todo mundo que é aqui de Belo Horizonte, quem puder vir, para o dia 27, agora, semana que vem, o grande para o ato, o Banquete Contra a Extinção do Consea, que vai acontecer aqui, meio-dia, debaixo do viaduto Santa Teresa. Então, coloque na agenda, é muito importante, quem puder doar com alimentos, que vai ser compartilhado com todo mundo também, e a presença política de vocês, é muito importante para a manutenção dessas políticas públicas. Porque direito não basta ter uma lei, direito tem que ser conhecido, reconhecido e exigido, como dizia D. Mauro Morelli, né?

SRA. ZULEICA REIS ÁVILA: Eu não vou nem ariscar fazer perguntas, né? Porque eu quero é parabenizar a Dark e a Regina, porque eu penso assim, eu não tinha noção, não tinha noção, por exemplo, o que ela apresentou, a Dark apresentou em matéria de números, é, assim, é surpreendente. Então assim, a gente não tem noção do trabalho que é feito por vocês. Pelo menos

eu não tinha. Eu acredito que muitas escolas da rede particular não têm a ideia do trabalho que o setor público trabalha e, às vezes, pode até esbarrar, que eu também acredito, com o que o nosso companheiro de lá detrás falou, que, às vezes, algum município pode esbarrar com a questão do recurso mesmo, da falta do recurso, todas as dificuldades de receber o recurso. Mas eu queria parabenizar vocês duas porque eu fiquei surpreendida, né?

Eu fiz questão de voltar à tarde, porque eu acho que o evento foi programado para o dia inteiro, e a gente, além de ser ouvida, a gente tem que ouvir, que eu acho que nada que a gente não sabe, eu acho que é uma maneira também da gente aprender e eu quero agradecer essa oportunidade de conhecer tantos números e tanta riqueza do trabalho que vocês desenvolvem. A Regina, como nutricionista, que eu falo também que as nutricionistas hoje estão até com um valor mais, assim, tem um exponencial, hoje, muito mais, né? Muito mais, porque a gente vê aí as questões alimentares a cada dia mais sendo divulgadas e a presença de vocês nas escolas também, nas escolas particulares a gente também tem a presença das nutricionistas. Então, o que eu queria mesmo é parabenizá-las e agradecer essa oportunidade de conhecer um pouco o trabalho de vocês.

SRA. DARKLANE RODRIGUES DIAS: Na verdade, só essa questão do recurso, ela é sempre importante quando a gente fala de prestação de serviço público, né? E o PNAE, diferente de outros sistemas de políticas públicas, que o município, ele cofinancia a política, mas é responsabilidade do governo estadual e do governo nacional o financiamento, o PNAE é o inverso, o município é o responsável e o governo federal, na verdade, ele cofinancia a per capita. O que, na nossa opinião enquanto gestor público, tem uma inversão aí da condição de atendimento em função do modelo de arrecadação da Federação brasileira. A maior parte do recurso, da arrecadação de recurso está vinculado ao governo federal, a gente acredita no modelo federativo de indução de políticas públicas federais a partir de diretrizes nacionais, de marco único de política pública, mas o financiamento tem que vir agregado, no mesmo percentual de responsabilidade de arrecadação de cada ente. Então, o PNAE, ele tem um gap do estado, porque ele não tem financiamento estadual, e ao contrário dos outros sistemas, a responsabilidade, na verdade, é do município, e o cofinanciamento é federal, o que, de fato, é um dificultador enorme para os municípios na execução do programa.

E uma outra questão que precisa ser levantada na discussão do financiamento do programa é que mesmo sendo cofinanciamento, o cofinanciamento do FNDE é exclusivo para a

compra de gêneros. E quando se fala em alimentação escolar, se nós formos colocar na ponta do lápis a gestão de um programa de alimentação escolar no município, ele tem vários outros insumos agregados; nós temos logística, nós temos profissionais, porque não se faz políticas públicas sem profissionais qualificados, motivados, nós temos a própria compra de equipamentos, seja para dentro da cozinha, seja para o nível de monitoramento, na linha de sistemas de informação. Então, tem vários outros elementos agregados ao número financeiro do que é o tamanho de um programa como este para atender, é o maior programa de alimentação do mundo. E que essa lógica do financiamento na responsabilidade dos municípios, de fato, fica muito pesado para o município.

Hoje, para vocês terem uma ideia, a gente conversou muito com o governo do estado por conta dos programas de incentivo à compra da agricultura familiar e a gente, à época que nós sentamos, inclusive, para a coordenadora Haydée dos novos encontros, a gente começou, que ela falava assim: "Eu preciso de três regiões de Minas, porque municípios na grande maioria de pequeno porte, para dar conta do valor orçamentário que vocês têm disponível para a agricultura familiar". Porque a gente, hoje, só na alimentação escolar, a gente gira em torno R\$ 45 milhões. Em torno de 20 poucos do governo federal e o município entra com quase o mesmo valor, entre 18 a 20 milhões. Então, é um programa de valor orçamentário muito alto, se você quer, de fato, cumprir minimamente com os requisitos da Resolução nº 26 do FNDE e com a Lei nº 11.947 de 2009. E neste caso, ainda em questionamento da resolução do Conselho Federal de Nutricionista, a Resolução nº 465, que a Regina traz aqui, que na época da construção ela foi contra e que traz um nível de adequação para os municípios em relação à RT que hoje nenhum município brasileiro consegue cumprir. É impossível cumprir a resolução.

Então assim, tem questões relacionadas à gestão do programa em termos de financiamento e de custos que, de fato, enquanto gestores, precisam ser trazidos à mesa para que gente dê conta do nível de qualidade que o programa necessita.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Obrigado, Regina. A última pergunta, então, para a gente poder encerrar o painel e já começar no próximo, porque nós estamos com um pouquinho atrasados.

SRA. KÁTIA: Meu nome é Kátia, eu sou fiscal do Procon-MG, trabalho na fiscalização. Gostaria de parabenizar a Regina e a Dark pelo trabalho que realmente é bem motivador, bem bacana, mas assim, a título de sugestão, eu tenho ido, assim, já há três anos que eu vou ao

Canadá, que eu tenho parentes que moram lá. E eu achei muito interessante o trabalho que é feito lá com as crianças, lá, a criança só vai para a escola com 4 anos, a partir de 4 anos. E o interessante que eles levam de lanche palitinhos de cenoura, couve-flor, brócolis e eles adoram. Eu estive em duas festas de aniversário que, além dos docinhos que a gente que está acostumada, tinha... estava na mesa e todas as crianças pegavam, palitinho de cenoura, brócolis, couve-flor, tudo assim, ao dente, sem tempero nenhum.

E outra coisa que eu achei, assim, muito interessante, sabe, que eu acho que vale muito a pena como uma sugestão, as crianças de 7 anos lá, quando elas começam, elas já estão alfabetizadas aos 7 anos, elas aprendem, eu presenciei isso, a ler rótulos. Elas chegam no supermercado, elas leem os ingredientes de um, por exemplo, de um Fandangos, de um chips, e elas veem ali que aquilo ali não é bom para elas, eu achei isso maravilhoso. E é uma sugestão que eu acho bacana, o trabalho de vocês é muito legal, é muito bom, eu parabeno e apenas a título de sugestão. É um país de primeiro mundo, sim, mas a gente precisa começar a caminhar, a gente precisa começar de alguma forma. É isso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Ok. Valeu, Kátia, obrigado. Tem mais alguém? Eu acho que... só uma mais uma, né? Então, vamos lá, aí fecha e já começa outro painel.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [04:53:42]: Só para fechar aqui, o que ela falou aí sobre agricultura familiar, realmente, em algumas circunstâncias é extremamente difícil você comprar esse 30%, por quê? Porque a gente compra embasado em leis, a gente não pode comprar... a pessoa vai lá com uma sacolinha e vai vender um balaio de coisas para a escola, não é assim. Então é difícil gastar esse 30% da agricultura familiar, porque os próprios agricultores familiares, eles não estão organizados, eles sabem que o estado vai comprar deles, é obrigação, e também a qualidade é outra, enfim, é muito difícil. Vocês precisam ver como que é complicado você conseguir licitar alguma coisa, e aí você pensa, assim, eu posso comprar de outro município, mas não chega. A merenda não chega, você compra lá, você precisa de mamão, aí vai chegar verde, você tem que servir na hora, é muita coisinha que a gente tem que colocar, tem que ser discutido.

E eu gostaria que alguém esclarecesse, falasse assim: olha, a escola pública, o aluno da escola pública, ele recebe X por dia para a merenda dele. Alguém tem que falar isso, quanto que é, porque é caro, gente, alguém sabe falar e aí, assim, de cor, quanto que um aluno de escola pública recebe por refeição? É só isso que eu queria colocar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Darklane está consultando os universitários ali. Mais alguém... passa aqui, Cláudia, para a Tatiane. É.

SRA. TATIANE: Boa tarde, pessoal, meu nome é Tatiane, eu sou atualmente responsável técnica pelo PNAE no estado de Minas Gerais, né? Hoje o per capita que a gente encontra, como a Darklane falou, ele é por faixa etária. Então, hoje, Ensino Fundamental e Médio recebem 36 centavos, EJA 32, creches 53 e os alunos do tempo integral médio recebem o total de 2 reais e o Fundamental 1,7. Esses são os valores que a gente recebe do governo federal, né? E aí, os estados, o estado, atualmente, a gestão é descentralizada. Então, ele repassa os recursos para as caixas escolares fazerem as compras diretas e os municípios, a maior parte, acredito eu, que compre e faça a entrega para as escolas ou pelo menos faça a compra centralizada e a distribuição ponto a ponto.

Eu acredito que, assim, é um programa, assim como você falou a questão da agrícola familiar, todas essas ações são ações muito importantes e que vão dando futuro, só que tudo demanda um tempo, uma adaptação. E eu acho que hoje, também, o nosso papel aqui, essa discussão é, também, é mais um ponto positivo para auxiliar até nessas formações, nessas junções, nessas coisas que são importantes para melhorar as legislações mesmo.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Obrigado, Tatiane. Só dar um... fazer um comentário, a questão dos agricultores familiares. A responsabilidade pela nutrição e alimentação da população é do município, salvo engano, é o município que tem que fazer esse trabalho. E aí, essa discussão é importante porque o município, ele não pode perder de vista que cabe a ele fomentar, por exemplo, a criação de cooperativas para os agricultores. Então, esse é um papel do poder público. Os agricultores, por si só, eles não, muitas vezes, não têm essa visão real. O que é importante? É o município trabalhar. E esse tipo de discussão que seja feita na escola, principalmente com a coordenação dos professores, do colegiado escolar, é importantíssimo que uma vez indo a equipe, ou as escolas convidando a equipe que trabalha com segurança alimentar fazer essa discussão dentro da escola e o aluno, o estudante poder levar isso para casa dele, como sendo algo que ele aprendeu e que ele, naturalmente, ele repassa para a família.

Então, é um sem número de situações e de temas que o projeto, por si só, ele está procurando destacar para que lá na ponta os Procons municipais que estão aqui se reúnam com os

secretários de Saúde, com os secretários de Educação e a partir dessa reunião com essas três atividades que são muito simples, é comentar um clipe musical, fazer esse encontro de quem trabalha com segurança alimentar na escola e, principalmente, aquele bate-papo sobre o código do consumidor, mostrando a importância do consumidor na escolha do alimento e refulgando aquilo que efetivamente deve ser separado de uma alimentação saudável. Então, eu acho que é um tripé muito interessante que esse projeto, ele pode incentivar.

Bom, vamos dar sequência, então, à outra etapa, porque a gente já está com tempo ultrapassado. Eu queria agradecer à Darklane pela excelente fala, a Regina ficou sem o certificado dela. A gente fica tão envolvido aqui que a gente esquece até de passar. Você leva? Bacana. E aí, vamos convidar, então, a Ariane Maira Chaves Vilhena, que é do Sebrae, analista técnica da Unidade de Articulação para Desenvolvimento do Sebrae, do Programa Nacional de Educação Empreendedora, que vai aí nos falar um pouquinho da experiência do Sebrae dentro das escolas.

A Luciana Araújo Vacari Dorim, que é nutricionista do Sesc, que vai falar para a gente sobre o Programa Mesa Brasil.

A Ana Cristina Bahia Paiva, que é coordenadora estadual de Educação Sanitária do Instituto Mineiro de Agropecuária, que vai falar sobre o projeto Sanitaristas Mirins, que é uma coisa fora de série também.

E a Luciana Neri Nobre, nutricionista, professora do departamento de Nutrição da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que vai falar sobre o programa de Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional, EAN, lá na universidade, lá situada em Diamantina.

São quatro trabalhos que são desenvolvidos nas escolas e que a gente fez questão de trazer aqui para os Procons Municipais, para todos vocês, porque são instituições que podem ser convidadas na Semana do Consumidor, ou ao longo do ano, para fazerem uma palestra, fazerem um bate-papo com os alunos, e, posteriormente, quem sabe, até desenvolver um trabalho a longo prazo.

Então, eu queria rapidamente passar a palavra para a Ariane, agradecer a sua presença aqui conosco, que você tenha aí a sua fala tranquila, no tempo de 20 minutos.

SRA. ARIANE MAIRA CHAVES VILHENA: Obrigada, Dr. Amauri. Boa tarde a todos.

Primeiro, parabenizar pelo evento. Está maravilhoso. Eu me sinto muito feliz de estar, porque a minha origem é Procon Municipal. Sou advogada de formação, o meu primeiro estágio

na minha vida foi no Procon Municipal em Pouso Alegre, sul de Minas, e vamos andando para vida afora, hoje estou no Sebrae, na área de articulação para o desenvolvimento. Então, é muito gostoso estar aqui, rever o Dr. Ricardo, que foi o meu tutor quando eu era estagiária. Teve um colega também que foi colega meu de faculdade, mesmo ano que eu formei, e que hoje está no Procon de Itajubá. Então, é satisfatório a gente ver um passado e a gente consegue contribuir ainda com esse assunto.

Eu fiz um montão de anotação na minha apresentação, que foi mostrando a sinergia que a gente tem com o projeto que o Sebrae desenvolve, os vários projetos que o Sebrae desenvolve, com o tema da segurança alimentar. Eu falo demais, então, acho que é um molde com essas mulheres que passaram por aqui hoje, né? Todas falam que falam muito. Se vocês me deixassem, eu falaria assim, 20 horas seguidas de todos os programas. Falaria sobre a questão que fala da agricultura familiar, que eu sou apaixonada, a questão das cooperativas, a questão da segurança alimentar, a questão de fixação do homem no campo, a questão da defesa do consumidor quando eu falo da segurança alimentar, a questão do empreendedorismo quando eu falo em ampliar o mercado do empreendedor. Mas não empreendedor a qualquer custo, aquele empreendedor sustentável, consciente, que pensa no futuro, não só da pessoa que está agora, mas as gerações vindouras também.

Então, poderia falar tudo em 20 horas, por exemplo. Vou tentar me concentrar em 20 minutos, e vou tentar passar por um assunto que é muito caro para o Sebrae, o desenvolvimento econômico local. Deixa eu ver. A gente tem que... Ah, obrigada.

O que é que nós temos como desenvolvimento econômico local? É o desenvolvimento sustentável, é uma questão que o Dr. Amauri falou muito hoje também, vários palestrantes na parte da manhã falaram. Não é uma questão de só econômico, eu não penso hoje como o Sebrae como um apoio à micro e pequenas empresas como apoiar o lucro, o capitalismo, selvagem. Eu tenho que pensar no ambiente de negócio. Eu tenho que pensar no desenvolvimento econômico do território, uma forma sustentável.

Hoje, quando a gente pensa em riquezas, a gente pensa em riquezas no território. Eu não vou mais imaginar grandes empresas vindo do exterior, ou agora que está fechando uma fábrica da Ford no interior de São Paulo também, das grandes empresas que vão trazer sucesso

econômico para o território. A gente tem que valorizar o que a gente tem de cultura, o que a gente tem de valor local, a gente tem que valorizar o que a gente tem de riquezas.

Quando eu falo isso, eu falo muito da questão da agricultura familiar. Alguém até falou da questão do desorganizado e da questão da qualidade dos alimentos. Não vou ser poética ao ponto de falar que a agricultura familiar, ela está perfeitamente apta a entrar em qualquer mercado institucional. Não é verdade. A gente tem meios, através de parcerias, que poderiam estimular e organizar. Aí eu falo desses dois termos que falaram, parceria e cooperação. Acho que as palavras mais faladas hoje na parte da manhã foi parceria e cooperação.

Se a gente pensa no agricultor familiar como um empreendedor - e eu vou chegar na parte do empreendedorismo lá na frente, quando eu falar da educação empreendedora em si - eu penso ele como empreendedor, eu penso na parceria e todos os atores que estão relacionados a isso. Vamos pensar numa rede de atores que podem atuar com a agricultura familiar. Eu penso na Emater, eu penso no estado, eu penso na prefeitura, eu penso no Procon, eu penso nos consórcios, eu penso no Ministério Público. Isso é uma rede de atores, que a gente fala de tecido empresarial, que eu posso fomentar a agricultura familiar, eu posso garantir alimento na mesa do consumidor, alimento saudável, alimento seguro.

Quando eu falo em agroindustrialização, quando eu penso principalmente no primeiro processamento, eu posso pensar em favorecer a agricultura familiar e dar condições para ela, para ela conseguir entrar no mercado público e no mercado, os grandes centros. Então, quando eu falo em desenvolvimento econômico local, eu penso muito nessa questão do território, da natureza do território, da fixação da renda no território e geração de riquezas no território.

Já falei essa parte de desenvolvimento. Falei essa parte também. E aqui vem, de novo, a questão da cooperação, que eu falei muito... que me chamou muito a atenção nas palavras da manhã, parceria.

Quando a gente pensa em desenvolvimento econômico, eu penso em uma parceria, eu penso na questão sistêmica, soluções sistêmicas. Me encantou muito a fala do Dr. Amauri hoje de manhã da questão... e também do Dr. Tonet, a questão de você pensar na agricultura familiar, eu penso na obrigação dos 30% da compra da agricultura familiar. Vamos pensar de uma forma sistêmica, eu estou fixando o homem no campo, eu estou evitando que ele venha para os grandes centros, eu estou evitando que ele traga uma instabilidade, como na prefeitura, na questão social,

saúde, educacional.

Vamos pensar que Belo Horizonte não tem área rural, então Belo Horizonte não consegue fazer um plantio que garanta a alimentação das escolas municipais e estaduais da localidade. Eu tenho que pensar, então, em fazer um arranjo, essa forma sistêmica de pensar, com a região metropolitana. Vamos supor que todo mundo de Ribeirão das Neves venha para Belo Horizonte procurar emprego e não vai conseguir. Onde é que ele vai ficar? Na periferia. O que é que ele vai consumir? A saúde pública do município de Belo Horizonte, ele vai consumir a assistência social, a escola. Então, eu vou ter um gasto para o município de Belo Horizonte.

Então, agricultura familiar está diretamente relacionada a ele até para garantir a estrutura dele. Quanto mais as cidades ao redor tiverem sustentabilidade econômica e social, eu não vou sobrecarregar o outro município. É sistêmico isso.

Quando eu penso no aluno, se o aluno tem uma garantia do alimento da mesa dele, eu tenho uma melhor condição de aprendizado. Quando a gente pensa muito em escolas públicas, e principalmente em áreas rurais, pode ser ou áreas também mais carentes, a única refeição que o aluno tem. Quando você olha aquela resolução do FNDE 26, dos cardápios, normalmente você tem uma comida mais forte na segunda e na sexta. Por quê? A segunda-feira é porque não sabe como é que o aluno voltou da alimentação no fim de semana, se ele teve comida ou não, e a sexta-feira é uma comida forte para garantir que ele tenha um mínimo de resistência, digamos assim, para o fim de semana. Então, eu também penso na qualidade de educação.

Alimentação, então, está relacionada à fixação do homem, a não sobrecarga dos serviços públicos nos grandes centros, a qualidade da educação e da aprendizagem da criança, a garantia que ela vai ter pelo menos o mínimo para ela comer. Eu penso no desenvolvimento econômico territorial na parte econômica mesmo, fixação, geração e promoção de renda no território.

Então, é sistêmico, não é uma coisa só. Eu não penso só em defesa do consumidor. Porque quando eu falo em segurança alimentar, além da garantia do alimento, eu falo da qualidade do alimento que está sendo consumido. Quando eu falo numa parceria, por exemplo, em consórcios de municípios, para garantir que eu tenho alimento seguro para todo o estado, a gente fala de serviço de inspeção do produto, municipal, regional, estadual, porque seria o SIF, o SIE ou SIM, eu estou garantindo que o consumidor está adquirindo um alimento seguro segundo as normas sanitárias. Então, eu falo em garantia da segurança do que ele está consumindo. Então, não é só

consumidor. É tudo, é um contexto. Por isso que eu falo que desenvolvimento econômico é sistêmico. Isso aqui eu já falei.

Quando a gente fala no Sebrae de abordagem do DEL, quer dizer, Desenvolvimento Econômico Local, o Sebrae não fala em empresas. Ele fala em pessoas. O Sebrae tem duas vertentes muito grandes: a gente trabalha ambiente de negócio e empresa, que a gente fala de assistência técnica. Então, assistência técnica nossa é capacitação. Eu vou capacitar o empresário, eu vou capacitar o agricultor, vou dar uma orientação, suporte, a formação de cooperativos, eu vou trabalhar isso na questão da capacitação do suporte empresarial, mas eu tenho ambiente de negócios também. Quando eu falo em ambiente de negócio, eu falo em tudo.

Uma fala que ia... acho que está mais para frente nos meus slides, que me chamou a atenção, foi a questão dos ambulantes quando falaram de manhã, se eu não me engano, foi a do Sindicato das Escolas Particulares, como que a gente faz com a questão dos ambulantes na porta das escolas. Hoje nós temos a figura do microempreendedor individual, que ele só em Minas, ele tem 900 mil empresários nessa categoria. São pequenas pessoas que formalizam, são pessoas físicas, mas têm CNPJ, que faturam, por ano, no máximo R\$ 81 mil de faturamento receita bruta; pode ter no máximo um empregado. Ou seja, é uma pessoa pequena, é uma pessoa que está começando. Se eu falar para ela que ela não pode vender na porta da escola é uma coisa, se eu chegar e multá-la porque ela está vendendo doce na porta da escola é outra bem diferente.

Então, quando eu penso em ambiente de negócio, eu posso chamar eles, chamar esses microempreendedores individuais, conscientizá-los, fazer uma educação para o consumo, e falar: "Porque é que não é interessante vender. Porque a norma falou para não vender". Não é simplesmente: A norma está aí, você não pode vender, por isso eu te multo em R\$ 5 mil. Então, é o contexto de juntar esses empresários e falar: Tem uma história, tem um motivo. Isso é para o coletivo, não é só para o Procon, não é só para o Ministério Público, não é só para o aluno. É para coletividade.

É outra forma que eu penso na parceria muito próxima que os municípios podem ter com o Sebrae, a capacitação dos fornecedores. Então, toda vez que o município, ele perceber, presenciar uma prática reiterada, coletiva, de um segmento, de fornecedores, chama o Sebrae: "Sebrae". Nós temos 59 pontos de atendimento. Nós temos, além disso, as Salas Mineiras do Empreendedor são parcerias diretas com o Sebrae em mais de 300 municípios, se eu não me engano são 323 municípios que nós temos a Sala Mineira do Empreendedor, que é parceria direta com o Sebrae.

Procura o parceiro e fala: "Vamos orientar? Vamos capacitar?".

Se eu não me engano foi o promotor da última fala da parte da manhã que falou: Nós não queremos... o Ministério Público, ele tem como prerrogativa também, a questão da punição, mas ele também pode fazer a educação para o consumo. Então, eu acredito que os Procons municipais, se eles imbuírem dessa causa também, eu consigo pensar no empresário, conscientizá-lo, fazer uma campanha informativa, primeiro, preventiva, depois eu ter uma campanha mais punitiva.

Dessa forma, eu penso o Procon municipal ligado ao Executivo, ele está pensando no desenvolvimento econômico das empresas, mas também na garantia do consumidor nesse caso da segurança alimentar dos alunos. Por isso que eu falo que a gente não pode pensar como empresa, e sim como pessoas.

O desenvolvimento econômico é uma abordagem que ele passa por cinco eixos, que são sistêmicos também, que ele começa no capital empreendedor. O capital empreendedor é onde que a minha fala principal é educação empreendedora, é onde que eu tenho a capacitação direta do empreendedor, é onde que eu tenho o apoio direto.

Se eu não me engano, a fiscal do... aqui de Belo Horizonte falou sobre a questão do aluno lá no Canadá, ele já ter, com sete anos, um pouco de discernimento de ler o rótulo. Quando a gente fala em educação empreendedora, eu estou trabalhando empreendedorismo nas crianças. Eu tenho educação empreendedora no ensino fundamental, no médio e no superior. Quando eu falo em empreendedorismo, eu não estou falando para eles aprenderem a abrir empresa, não. Eu estou falando de empreendedorismo na forma dos dez, digamos assim, eixos, pilares da educação... do empreendedorismo em liderança, eu estou falando de assumir riscos calculados, ter uma rede de contatos, eles terem onde buscar conhecimento, aceitar desafios. São vários eixos que a gente trabalha com essas crianças que elas podem ser empreendedoras, mas podem ser servidores públicos. Elas podem ser empreendedoras e abrir uma empresa. Elas podem ser empreendedoras e trabalharem numa empresa privada. É questão do empreendedorismo imbuído no cidadão.

Nisso eu falo que a gente tem vários projetos. Dentro da educação empreendedora tem vários projetos, tem gincanas, onde que eu posso trabalhar entre eles a questão nutricional. Eu posso trabalhar com eles a questão da cidadania, do valorizar o cultural, valorizar a minha história

daquele território na questão dos alimentos, como a Darklane falou... foi a Regina, falou da questão do norte de Minas. Então, eu posso trabalhar projetos na educação empreendedora, onde eu falo do empreendedorismo com o aluno, trazendo ele para a questão nutricional. Basta a escola - isso tem muito a ver com a educação municipal, ou estadual - as escolas definirem qual que é o ramo que eu quero trabalhar na educação empreendedora. Então, eu posso trabalhar inovação dentro da alimentação. Eu posso trabalhar alguma questão ecológica dentro da alimentação.

Vou dar um exemplo da Escola de Formação Gerencial que nós temos lá no Sebrae, que é uma escola técnica. Nós temos a horta dentro da escola com venda de agroecológicos para os funcionários do Sebrae, onde as crianças fazem uma empresa simulada onde tem que dar lucro, onde elas têm que saber o capital de giro, o fluxo de caixa. Então, eu trabalho toda a parte de empreendedorismo com essas crianças e elas produzem e vendem para a gente profissionais.

Eu falo para vocês que a quantidade que eles vendem é muito pequena em comparação com a demanda. Toda vez que tem feira dos orgânicos lá dos meninos, acaba em menos de 20 minutos, porque a demanda é muito grande. E eles têm essa questão da venda, têm essa questão do fazer girar riquezas, do valorizar o que eles fizeram, muito legal. Então, eu penso na educação empreendedora como uma forma de a gente trabalhar o aluno, de vários suportes, de várias formas diferentes para a gente conseguir trabalhar a segurança alimentar.

Quando eu penso... Isso aqui eu já falei. Do capital empreendedor eu estou falando agora.

Quando eu penso em capital empreendedor, eu penso em lideranças, eu penso sobre a formação de líderes. Líder não é só gestor público. Líder eu tenho... um padre pode ser líder da região, um presidente de uma cooperativa de crédito pode ser um líder na região, um servidor público pode ser líder na região, o prefeito geralmente é um líder na região, como pode não ser também. Então, eu falo de trabalhar essas lideranças. Eu falo em provocar algumas atitudes de líderes, que isso pode ser aperfeiçoado com o tempo, também está na parte do capital empreendedor. Que eu anotei aqui.

Alguém também falou sobre a questão do longo prazo, que se eu não me engano, foi a Tatiana que falou da educação, da Secretaria Estadual de Educação, a nutricionista. Quando eu falo em políticas públicas de desenvolvimento econômico, eu sempre falo em longo prazo.

Vou dar um exemplo do projeto que gente fez o ano passado com o estado, com Emater,

com seis superintendências de educação, na verdade, na região mais vulnerável, que era o programa de enfrentamento à pobreza, Sementes Presentes, até a Darklane falou também da AID, onde a gente trabalhou o que basicamente? Segurança alimentar. O Sebrae, ele entrou num viés. Nós tínhamos lá a questão de Copasa, nós tínhamos a questão da IDM(F), tínhamos questões de sementes crioulas, tínhamos a questão educacional em si, e o Sebrae estava mais na questão de compras públicas, compras da merenda escolar.

O que é que se visa na compra da merenda escolar nesse viés do Sebrae? Garantir que se compre 30% da agricultura familiar, conforme pede a lei. Se eu falar naqueles três territórios... naqueles seis territórios que a gente trabalhou, eles basicamente têm o mesmo recurso que Belo Horizonte, só por si tem aqui para comprar da agricultura familiar. Só que falando de um território que tinha mais ou menos 200 e poucos municípios que a gente estava trabalhando, municípios muitos pequenos.

A gente trabalhou a questão do cardápio, o mapeamento da cultura, o que é que eu tenho de produção local? O que é que eu tenho de sazonalidade? Eu tenho recurso limitado, R\$ 0,36 de aluno quando eu penso em alimentação de ensino fundamental e médio. Temos na época que o estado ainda, no último ano, principalmente, do governo, não conseguiu fazer a contrapartida de um por um. Então, eu falo que eu tinha 'N' desafios para trabalhar, mas todo mundo se cooperou e falou: Vamos montar um cardápio que eu priorize a cultura local, os alimentos locais, porque eu tenho menos logística, eu tenho... barateio, digamos assim, o meu custo. Vou comprar as coisas que estão na produção, ou seja, na safra, vou respeitar a sazonalidade, porque são mais baratos para eu comprar. Vou fazer uma conversa, digamos assim, a gente chama de oficina de concertação, entre a escola e os agricultores, falar assim: É isso o que vocês produzem? É isso o que quero comprar. Está certo? Então, vamos lançar no edital. Maior publicidade de edital com todos os atores presentes no território.

Foi um trabalho de dois anos. A gente conseguiu, por exemplo, em Valadares, aumentar esse índice de 4% que compra da agricultura familiar, para 32% no segundo ano. Então, foi o nosso maior desafio. Onde a gente descobriu que tinha duas associações fortes e uma cooperativa, que nunca tinham vendido para o órgão público, sempre vendiam para o Ceasa de Belo Horizonte. Ou seja, eu aumentei a renda do agricultor, eu garanti os 30%, eu trabalhei a agricultura familiar e melhorei a condição de alimentação das escolas.

Quando a gente fala em alimentos que eles podem não ser tão bonitos, podem ser

melhorados. Quando a gente estava no começo do projeto, o agricultor pensava que a escola poderia ser o refúgio do Ceasa, o que eu não conseguir vender para o Ceasa, eu entrego para a prefeitura. Quando a gente pensa em qualidade, quando a gente pensa em trabalho contínuo, uma política pública de longo prazo, eu penso em trabalhar isso com ele também. É um cliente, é um demandante do seu serviço. Então, com a mesma qualidade que você entrega para um grande supermercado, você tem que entregar também para o gestor público.

Questão de educação empreendedora. A gente trabalhou 500 mil alunos, 2,6 mil escolas foram capacitadas, 350 municípios atingidos em Minas Gerais. Eu posso falar que eu trabalhei uma escola, posso trabalhar 100% das escolas. Por exemplo, São Roque e mais uma lá do noroeste, que foi trabalhada, 100% das escolas públicas municipais foram capacitadas em educação empreendedora. E eu falo educação empreendedora numa questão mais horizontal, eu falo na questão mais sistêmica.

Então, se eu estou pensando em geografia, história e matemática, o que é que o empreendedorismo cai com isso? Quando eu estou pensando, de novo, nos cardápios, na educação alimentar, na segurança dos alimentos, eu estou pensando também de uma forma transversal.

Não foi a Tatiana, foi uma outra colega dela que uma vez me chamou a atenção, quando a gente estava querendo montar um cardápio só tipicamente de cultura local. Aí ela falou assim: Maçã? Tem produção de maçã no norte de Minas? Em regra, não. Então, vamos tirar a maçã gala do cardápio. Eu falei assim: Ah, Ariane, eu preciso que a criança, ela tenha a cultura. Ela sabe que a cultura dela é fruto do cerrado, mas ela sabe que dentro do país também tem outro estado que produz isso e tem essa alimentação. Tem a questão sensorial, tem a questão que eu posso interligar isso com a questão de história, com a questão de geografia, eu posso ligar isso com matemática, dos custos que vem essa alimentação para cá. Então tem um sentido.

Lógico que a gente não consegue fazer em tudo, nem todas as escolas têm essa condição de tentar trabalhar alimentação escolar com todas as cadeiras, digamos assim, nem como a gente trabalhar o empreendedorismo em todas as cadeiras. Mas a gente tem uma possibilidade de fazer isso.

Como eu falei, a gente tem 59 pontos de atendimento e 55 microrregiões. Uma outra questão que eu acho que eu destaco no capital empreendedor é a questão do

microempreendedor individual. Em 2015, teve uma nota técnica da Senacon que equiparou o MEI a consumidor, inclusive dando acesso a ele reclamar no consumidor.gov como pessoa física.

Lembrando sempre da hipossuficiência do MEI. Vamos pensar naquela pessoa que é do cachorro-quente, pipoqueiro, se eu não me engano alguém [ininteligível] estava até brincando, tem um pipoqueiro na frente da escola lá que está há 30 anos lá na escola, na frente da escola. Vamos pensar nesse hipossuficiente, quando ele está trabalhando com sistema financeiro ou trabalhando com uma telefonia, ele é tão hipossuficiente como um consumidor. Talvez ele seja mais hipossuficiente que eu, por exemplo, como consumidora, porque eu tenho a questão do direito, eu tenho a questão do conhecimento, o acesso à informação e talvez ele não tenha tanto esse acesso à informação, esse conhecimento jurídico que eu tenho. Então, eu falo que a hipossuficiência dele já foi reconhecida também pela Senacon desde 2015.

E a gente tem, agora, a Semana Nacional do MEI, onde que eu vou ter... aqui está 180 municípios, mas já me atualizaram, são 225 municípios, que vai ter uma Semana do MEI. Uma provocação é: Se a gente está com essa questão dos ambulantes, por que é que a gente não pode procurar onde vai ter essa Semana do MEI, chamar o Sebrae, falar assim: "Vamos fazer um trabalho específico com ambulantes na área de alimentação próximo às escolas?". A gente pode puxar essa temática também para a Semana do MEI, que vai ser em maio.

Então, dá tempo de a gente fazer um levantamento de todos os MEIs do território, dá tempo de fazer um levantamento de quais são CNAEs, ou seja, atividades econômicas deles, os Procons falarem: Eu queria trabalhar isso, eu queria trabalhar aquilo. Eu acho que isso que está faltando de consciência nessa relação de consumo entre fornecedor e consumidor. Sebrae, a gente pode trabalhar isso na semana de MEI? Pode tranquilamente. Então, acho que eu não vejo empecilho nenhum nessa parte do capital empreendedor.

Tecido empresarial, eu falei um pouco sobre a questão da... fortalecer as parcerias. Quando eu falo de cooperativismo, que até o Dr. Amauri tinha falado antes da criação de cooperativas, a questão do agricultor familiar, ele é responsável por 70% da alimentação que chega nas mesas brasileiras. As grandes commodities, quase todas estão mais voltadas para exportação e corresponde o resto dos 30%. O feijão, as hortaliças, em regra, também as carnes, por incrível que pareça, são muito voltadas à agricultura familiar, aquelas que chegam para a gente. As commodities, de novo, elas vão para o exterior.

Então, quando eu falo em engrandecer e fortalecer esse tecido empresarial, cada qual no seu pedaço, eu estou falando de sociedade, eu estou falando de entidades representativas, eu estou falando de liderança, eu estou falando de poder público, seja municipal, estadual, não importa qual que seja, fortalecer essa rede, eu tenho um desenvolvimento econômico. Ninguém faz nada sozinho.

As ações concretas que a gente tem no Sebrae também, estimulação de associativismo e de cooperativas, fortalecimento delas também, estimular a cultura da cooperação.

E vou para a terceira parte, que é governança para o desenvolvimento. Que aí eu vejo de novo uma fala do Dr. Amauri, se eu não me engano, fui anotando tudo aqui nas questões que eu queria falar, gente. Tem várias coisas que eu não falei. Acho que está na última folha. Da questão das... O que é que vocês talvez possam fazer depois dessa reunião? Ir conversar com o secretário de Educação, talvez ir conversar com o secretário de Agricultura, Meio Ambiente, depende muito do porte da prefeitura, e tentar fazer articulações onde eu consiga casar os temas educação, consumidor, segurança alimentar, desenvolvimento, tem a parte social. Então tem essa volta que vocês podem fazer com a própria prefeitura, dentro da própria casa de vocês. Mas, além disso, vocês podem fazer isso com os parceiros locais também.

CDL, quando vocês têm um grande problema com um nicho, um segmento de empresários. Por exemplo, questão de precificação, questão de vitrine, não está tendo o respeito às normas, podem buscar parceria local do CDL, falar assim: Vamos fazer uma capacitação? Associação Comercial, vamos fazer uma capacitação? Quando eu tenho um bem comum de todos para um resultado, uma visão de futuro compartilhada, ideológica, eu tenho menos desperdício de recurso, mais força e mais resultado.

Eu falo que essa crise no Brasil foi muito boa num sentido: quase todos os órgãos perderam recurso. Eu falo que o Sebrae teve... tem uma grande diminuição de recurso em cooperação há cinco anos atrás, as prefeituras também têm, associações comerciais, praticamente todo mundo teve uma queda na sua arrecadação, nas suas fontes. Isso fez com que eles tivessem que trabalhar mais em parceria. Eu preciso dividir a minha responsabilidade e também os meus custos para ter um resultado.

Vou dar um exemplo da nossa conversa que nos aproximou ultimamente do Ministério Público na parte de defesa do consumidor, a questão da segurança alimentar dos produtos de

origem animal. É um grande gargalo que a gente tem. Não sei se vocês têm esse conhecimento, da questão do SIM, que é o Serviço de Inspeção Municipal, do SIE, que é o estadual, e o SIF, que seria federal. O quão caro é para o município instalar e manter um SIM. Muitas vezes para ele beneficiar um número muito pequeno de empreendedores, que eu vou gastar uma estrutura muito grande para garantir segurança alimentar, mas diretamente, economicamente, é para um nicho de 10, 20 empresários, digamos assim, ou agricultores familiares, não importa, a agroindústria.

Se eu penso num consórcio de municípios, eu estou pensando, igual tem na saúde também, eu estou pensando num conjunto de municípios que se unem com uma ideia comum de garantir a segurança do alimento, ratear os custos desse serviço de inspeção e garantir a segurança alimentar dos consumidores. Além disso, a promoção do desenvolvimento econômico local, por quê? Eu estou abrindo o mercado para o meu empresário. Quanto mais mercado, mais dinheiro gira no território, mais renda, mais salário, mais emprego, mais tudo.

Só que eu preciso de uma outra pessoa aí também: o IMA. O IMA é quem é o órgão responsável pela... por essa fiscalização quando eu transito o alimento dentro do estado. Então, chama a parceria do IMA. IMA, você quer também que o alimento esteja seguro. Você não tem mais condição de pessoal, de infraestrutura, de tudo, de garantir fiscalização em todo o estado. Vamos fazer isso em parceria com o consórcio. A gente utiliza a estrutura do consórcio, o consórcio quer isso, você delega para ele, e a gente tem com pouco recurso de cada um dos seus, a gente faz uma fiscalização sanitária regional, mas garante a qualidade do alimento para todo o estado e ele transita em todo o estado. Ou seja, todo mundo ganha.

Isso que eu falo que é governança para o desenvolvimento, onde eu tenho a parceria de todos. Aí eu chamo um sindicato dos produtores, eu chamo também a Associação Comercial, por quê? Não adianta nada eu ter os órgãos públicos que têm o serviço instalado, mas eu não tenho empresas que sejam aptas a cumprir as regras sanitárias. Então, eu chamo também as entidades representativas para fazer parte desse conjunto e falar assim: Qual que é a melhor forma? Além disso, eu chamo a sociedade como um todo e falo assim: O que é que a sociedade espera com isso? Alimento seguro. E como a sociedade quer fiscalizar isso ou quer receber isso? Então, eu falo que a governança para o desenvolvimento, eu preciso de um capital empreendedor forte, eu preciso de um tecido empresarial fortalecido e preciso que eles se unam para um bem comum.

Ações concretas já falei agora, a questão de visão compartilhada, um futuro comum. Aqui também, facilitar a vida de quem vive em território, fixação de renda no território. A questão de

desburocratização. Por exemplo, das conversas com o IMA nesse sentido é: como que eu posso desburocratizar a questão do registro sanitário sem tirar a qualidade, a segurança do alimento? Outra questão também que a gente tem em parceria também com as prefeituras, que é a Sala Mineira do Empreendedor, como é que eu consigo tirar a burocracia de um registro de empresa, por exemplo, os alvarás dela, sem tirar a segurança daquele empreendimento?

Inserção competitiva de dentro para fora do território. Aqui a gente fala muito de... mais comércio exterior, digamos assim, que eu acho que não é muito a pegada de hoje, não. Mas tem esse último pilar também, que é o fortalecimento do território para que ele consiga extrapolar as suas barreiras, as suas fronteiras, digamos assim.

E já me falaram que o meu tempo encerrou, estava justamente no penúltimo slide. Eu falo que nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas possa mudar o mundo. De fato, é a única coisa que tem funcionado. Quando a gente vai em algum Procon de interior e a gente fala... foi minha época, não sei se ainda é assim, a gente tem quatro, cinco pessoas no máximo trabalhando no Procon. Então, você começa uma ideologia lá dentro, aí você começa a proliferar aquela energia, você vai no secretário de Desenvolvimento, depois na secretária de Educação, e você começa a fazer um tumulto. Aí depois você começa a sair disso e vai pegar as parcerias exteriores. Então, sempre acredite na força que a gente tem de começar uma coisa dentro de casa e conseguir transformar aquilo.

Quando eu falo do pequeno negócio, nunca duvide da força de um pequeno empreendedor, não pequeno empresário. A gente fala que a empresa pode ter um porte pequeno, mas o empresário tem uma força grande, o que economicamente já foi comprovado. O que ainda está sustentando a economia do Brasil? As micro e pequenas empresas, porque elas ainda estão conseguindo segurar os empregos, e o empregos ainda continuam fazendo gerar o consumo. O consumo faz com que eu gere riquezas. Para vocês terem ideia, a gente estava numa reunião do Conselho de Assuntos Tributários do Estado e o pessoal estava muito preocupado com o 13º salarial que o governador não ia pagar, porque em algumas cidades que cem... cem não, mas 70% da economia gira em torno dos funcionários do estado. Se não tem 13º, não tem Natal. Se não tem Natal, as empresas não vendem. Se as empresas não vendem, não contratam ou demitem. E como é que eu faço o resto do giro do dinheiro? Então, tinha que estar... talvez dar um tratamento tributário diferente para essas empresas, onde depende muito do estado, para eu conseguir fazer que essas pequenas permaneçam e eu consiga dar uma estrutura para o território.

Meus contatos. Não sou a pessoa que fica mais na minha mesa, não, mas sempre tem alguém que puxa a ligação e pode anotar o recado. Celular também nem sempre eu atendo, porque sempre eu estou em uma reunião alguma coisa externa, mas WhatsApp eu sempre respondo. Alguma dúvida que quiser também, parcerias.

Me comprometo amanhã, no máximo depois de amanhã, eu vou pegar a lista de participantes e mando para todos vocês o contato do Sebrae mais próximo da sua região. Como é dividido em 55 microrregiões, então toda... 855 municípios são abarcados pelo Sebrae, nem todos têm ponto de atendimento, mas a gente tem técnico que cobre tudo. Aí eu coloco à disposição de vocês o celular dos técnicos, a estrutura do Sebrae, a estrutura dos parceiros, para qualquer necessidade, educação empreendedora, educação para o consumo, uma campanha educativa dos fornecedores, uma questão de trazer uma novidade legislativa também para eles, a gente pode ser parceiros de vocês. Muito obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Nós é que agradecemos, Ariane, pela sua excelente participação. Vocês repararam que tudo o que é falado aqui, de alguma forma ou de outra, se conecta. Isso é uma teoria, né? Na verdade, a gente precisa se apropriar desse conhecimento para mudar a nossa cidade, para mudar a cultura.

Então, se fala que você tem que ter uma segurança alimentar e nutricional que é sustentável. Por que sustentável? Ambientalmente, que você protege o meio ambiente e melhora a qualidade do alimento; culturalmente, porque você preserva, resgata a cultura alimentar local; socialmente, porque você fixa um homem no campo e dá trabalho para ele, para ele produzir no município; e economicamente, porque você gera riqueza para o município.

Então, quando a gente pensa na segurança alimentar, na produção, o que o governo quer, o que o legislador quer, é isso aí: que o município fique menos dependente dos grandes centros.

Quando houve a greve dos caminhoneiros, a gente viu que as cidades estavam ficando sem alimento. Agora, o município que tem uma consciência de subsistência local, de provimento local, de prover a população de alimento local, a gente começa a entender exatamente o que é a segurança alimentar.

Quando a Ariane falou que o agricultor não se organiza e, ao invés de vender do município, ele vende para o Ceasa, olha a questão econômica: o alimento sai de lá do interior, vem para o

Ceasa e volta para o município mais caro.

Então, quer dizer, está tudo ligado ao que a Ariane falou, está tudo interligado. Ah, nós somos gestores? Não precisa ser gestor para entender a dinâmica, o sistema cadeia alimentar, para você fazer transformações na sua cidade. O que você precisa entender é dessa correlação, dessas fases, do diagnóstico. Tem sempre que ser feito diagnóstico no município.

Então, o coordenador do Procon municipal que está aqui, ele tem todas as condições, a partir desse evento, de sentar e de planejar com o gestor, com o secretário de Saúde, com o secretário de Desenvolvimento, com o secretário de Educação, desenvolver isso que vai acontecer nas escolas.

E olha que coisa interessante, o conhecimento que a gente está tendo aqui o ambulante não tem. Nós não temos. Eu não tinha. Enquanto eu não comecei a trabalhar com essa matéria, eu não conhecia o Guia Alimentar. Quer dizer, a gente não conhece.

Agora, imaginem vocês se a gente vai poder convencer o ambulante de vender alimento saudável na porta das escolas sem chamá-los e ter esse bate-papo com eles. Eu não sei se o Sebrae pode ajudar nisso, Ariane, mas eu acho que desse evento é urgente que a gente encontre na prefeitura qual é o setor que trabalha com os ambulantes, se eles têm uma entidade que possa representá-los, e é urgente fazer esse trabalho. Só quem vai estar sentado aí são os ambulantes, porque aí a gente começa a mudar.

Então, eu acho que é o nosso próprio... a nossa própria pauta vai ser essa, é fazer esse trabalho junto com a prefeitura, junto com o Sebrae, se o Sebrae quiser nos ajudar, puder nos ajudar, e tentar construir isso.

Vou passar agora a palavra para a Luciana Araújo Vacari Dorim, que é nutricionista do Sesc, e vai falar para a gente sobre o Programa Mesa Brasil. Fique à vontade, Luciana.

SRA. LUCIANA ARAÚJO VACARI DORIM: Gente, boa tarde. Eu vou tentar ficar dentro dos meus 20 minutos. É uma satisfação estar aqui com vocês para poder falar um pouquinho, compartilhar sobre o Programa Mesa Brasil.

A propósito, alguém já ouviu falar do Mesa Brasil? Quem conhece? Algumas pessoas, né? O Mesa Brasil, gente, é um programa de segurança alimentar do Sesc, que tem como objetivo a diminuição do desperdício de alimentos e da fome.

Fome eu quero salientar aqui, não é simplesmente a questão da diminuição do consumo calórico, né? Eu quero destacar aqui também a questão da fome oculta, né? Nós temos crianças, pessoas com sobrepeso, mas que estão desnutridas, digamos assim, estão com deficiência de vitaminas, estão com anemia, com carências nutricionais.

Então, o objetivo do Mesa é essa diminuição do desperdício de alimentos junto com a fome. E como é que a gente faz, né? A gente retira onde sobra os alimentos, entrega onde falta e educa e consciência também todos os atores envolvidos.

E como é que a gente funciona, né? Como é que é a nossa logística? Nós temos parcerias com indústrias, supermercados, centros de distribuição, padarias, agricultores, que a gente vai nesses locais que são parceiros, doadores nossos, nós coletamos alimentos que perderam o valor comercial, mas que ainda têm valor nutricional e podem ser aproveitados, e a gente leva esses alimentos ou para o galpão lá do Mesa Brasil, né? No caso, eu represento a unidade de Belo Horizonte, e as instituições sociais vão até o Mesa Brasil pegar essas doações, ou então a gente retira a doação do próprio doador, da própria empresa, e leva diretamente para a instituição social.

O Mesa Brasil, ele iniciou em 1994, no Sesc São Paulo, foi uma iniciativa do Sesc São Paulo, e em 2003 ele foi expandido para todos os estados do país. Aqui em Minas Gerais nós temos apenas quatro unidades do Mesa Brasil em operação. A primeira foi em Belo Horizonte, depois, em 2013, a gente implantou em Montes Claros, 2014, Uberlândia, e, no passado, nós implantamos a unidade do Mesa Brasil em Juiz de Fora.

Quando eu falo sobre o combate ao desperdício de alimentos, eu queria destacar as características dos alimentos que hoje são descartados, desperdiçados, e que é esse alimento que a gente fala, alimento transacionado, que a gente utiliza e trabalha lá no Mesa Brasil. Então, por exemplo, eu trouxe essa foto aqui do tomate, né? É um tomate esteticamente feio, né? É um tomate fora do padrão. Certamente, se a gente for no sacolão e ver esse tomate, a gente não vai querer comprar esse tomate, né? Mas é tomate, tem valor nutricional, não tem porque, ele só está feio, né? Mas o agricultor, quando ele vai colher esse tomate e ele vê que ele está com... esteticamente feio, está fora do padrão, ele nem leva para o Ceasa para poder vender, porque ele sabe que ele não vai vender, né? Existe um padrão de mercado que esse agricultor, ele tem que cumprir, né? E, infelizmente, esse padrão, ele é muito rigoroso. E nós como clientes, nós, consumidores finais, nós somos muito exigentes, né?

Então, no caso dessa maçã aí que está com uma pontinha machucada, né? Se a gente for no supermercado comprar, a gente não vai escolher essa maçã, ela vai ficar lá para trás, né? Mas a gente sabe que se a gente compra uma maçã boa e na nossa casa ela dá esse estragadinho, a gente só tira aquela parte que está machucada e come o restante, né? É maçã, tem valor nutricional, não tem porque ser descartada.

Essa foto aí da cenoura é uma foto que foi eu mesma que tirei. Nós temos um parceiro que é do agronegócio, lá da região de São Gotardo, no Alto Paranaíba. É uma região muito produtora de cenoura, e essa caçamba aí de cenoura, eles juntam - é só de uma empresa - eles juntam mais ou menos umas três caçambas dessa por semana e é descarte, né? É cenoura, não sei se está dando para ver na foto, é cenoura que está ou menor do que o tamanho padrão, ou está muito grande, ou está torta, ou está quebrada, ou está com uma machinha preta. É descarte, né? Mas o valor nutricional está ali, né?

Eu costumo falar que assim, as nossas lixeiras são mais nutridas do que o nosso corpo, infelizmente, aqui no Brasil. Então, no caso da banana... Não só no Brasil, mas no Brasil está entre um dos dez países que mais desperdiçam alimentos do mundo. Nesse caso da banana aí, é uma banana que está despencada e que já está madura, né? A casca já está ficando preta. O supermercado não compra do atacadista, do distribuidor, uma banana assim, porque a chance dessa banana amadurecer e apodrecer dentro do supermercado é muito grande. Então, para o supermercado é prejuízo. Então, o distribuidor descarta essa banana.

No caso dessa manga aí também, que está com umas pintinhas pretas, né? E no caso, por exemplo, desse alimento aí que numa caixa amassada. O alimento lá dentro está íntegro, não tem problema nenhum, mas porque a caixa está com um amassadinho, a gente não compra. Às vezes tem uma lata de óleo, né? Uma embalagem de plástico de óleo, se ela está com a beiradinha amassada a gente não compra. E todos esses produtos, não só alimentos, mas produtos de higiene e limpeza também. Nós recebemos às vezes de algumas empresas que, por exemplo, a tampinha do detergente está meio torta, ninguém compra esse detergente e o supermercado tem que jogar fora, né? Então, são esses alimentos que a gente recebe.

Nós coletamos também doações daqueles alimentos que são excedentes de produção. Essas duas fotos aí, que está com veículo do Mesa Brasil, e a foto inferior, eu quis trazer para mostrar que nós vamos no campo também. E essa região é justamente a região de Brumadinho, que foi atingida pela lama. Os meninos, eles vão... a nossa vai... ia, né? Não vai mais, pegar doação

numa daquelas hortas que foram atingidas. E por que é que o produtor doa, né? Às vezes ele juntou, a produção foi muito grande, levou para a Ceasa, vendeu, e às vezes o preço não está valendo a pena, às vezes está muito barato, e não vale a pena do transporte até o Ceasa, então ele acaba deixando lá no campo mesmo. Então, é um descarte aí para esse produtor e a gente pega essa doação.

Esse caminhão aí de laranja, gente, é um caminhão do Sesc, que a gente foi em outra empresa pegar. Laranja, todas assim, perfeitas, às vezes com uma casquinha pretinha, às vezes um queimadinho na casca, e por isso a empresa não consegue vender e descarta, e a gente recebe essa doação.

Acho que... isso. E também nós recebemos alimentos com data de validade próxima, né? Então, por exemplo, a indústria, se tem um alimento que está... um alimento com a data de validade para daqui 30 dias, por exemplo, o supermercado, o sacolão, ele não vai querer comprar esse produto. Então, a empresa, a indústria tem que descartar. No caso, essa primeira foto aí nós recebemos, em parceria da Coca-Cola, aquele suco Laranja Caseira, né? E eu até queria fazer um adendo aqui, porque a gente sabe, foi falado aqui, suco de caixinha é alimento ultraprocessado, não tem o valor nutricional adequado, mas nós não podemos esquecer que o Mesa Brasil é um programa de combate ao desperdício de alimentos, mas o combate ao desperdício dos recursos naturais que foram utilizados para poder produzir isso, recurso de tempo, de embalagem.

Então, eu, como nutricionista, eu fico assim um pouco incomodada de receber esses alimentos e ter que repassar para a rede socioassistencial. Mas geralmente todas essas doações a gente faz informando... com uma informação para a instituição: Olha, esse suco que você vai receber, ele não tem valor nutricional como um suco natural. Então, a gente orienta que você misture com uma fruta, não adicione açúcar, né? A gente faz todo um trabalho orientativo também para essa instituição.

E essa segunda foto ali, é no nosso galpão, são doações de iogurtes. Nós temos parceria com a Danone, e só para vocês terem uma ideia, na semana passada a Danone doou para a gente 13 toneladas de iogurte, que estava com a data de vencimento para daqui uma semana, e ela iria descartar esse iogurte.

E vou trazer um pouquinho dos números aqui do Mesa Brasil. Esses são dados de Minas Gerais, de 2018. O ano passado, nós, as quatro unidades do Mesa Brasil em Minas, a gente fechou

com 277 parceiros doadores e nós distribuimos, coletamos e distribuimos 2.841.682 quilos de alimentos. Alimentos esses próprios para consumo, cheios de valor nutricional, e alimentos que iriam para o lixo, né? O Mesa Brasil de Minas, 90% de produtos a gente recebe de doação são de frutas, verduras e legumes, né? Então, só de saber que isso ia ser descartado e ia para o meio ambiente é um impacto ambiental que esse descarte produz.

E qual que é o público assistido, né? Quem recebe essas doações? Em Minas Gerais, nós temos 814 entidades sociais cadastradas, que são creches, que são instituições de longa permanência para idosos, abrigos, hospitais, comunidades terapêuticas de pacientes que estão recuperando de álcool, drogas, né? Então, uma série, né? Só aqui em Belo Horizonte a gente tem 300 entidades sociais da região metropolitana, porque a gente atende a região metropolitana. Nós, para cadastrar essas instituições, a gente tem uns critérios, tem toda uma documentação que é exigida, tem que ser filantrópica, né? Nós, para fazer o cadastramento, a gente realiza a visita in loco para certificar o funcionamento da instituição, e também nós fazemos visitas de monitoramento e fiscalização para saber se o produto está sendo bem utilizado, se não tem ninguém desviando essa doação, se não tem ninguém vendendo. Enfim, a gente faz essas visitas.

E eu queria deixar claro aqui, que o objetivo do Mesa Brasil é complementar as refeições, as preparações. Nós não temos o objetivo de suprir 100% das entidades sociais, porque essa função é do poder público, né? No caso de creches conveniadas, das ILPIs. O Mesa Brasil, ele vem para complementar doando itens variados, aumentando a oferta de alimentos para esse público, que, na maioria das vezes, está em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Falando da fome e falando... complementando aqui o que foi falado anteriormente, quando nós tínhamos estagiários lá, que ultimamente a gente está sem, nós fazíamos a avaliação antropométrica, avaliação nutricional do público assistido, e a gente observou que, na segunda-feira, a gente não podia fazer as medições de peso, altura e peso, porque em algumas crianças, a queda de peso era muito considerável, porque ela passou por uma restrição alimentar durante o final de semana em casa, né? Em contrapartida, a gente tem situações também de crianças que não fazem a alimentação na instituição, porque não gostam de comer comida saudável que é oferecida lá dentro. Então, não come, fica o dia inteiro sem comer, às vezes belisca alguma coisa ali, que é oferecida, e, na porta da creche, da instituição, está o pai ou a mãe recebendo a criança com um pacote de biscoito recheado, né? Chega em casa, é um miojo que a mãe vai fazer, porque não tem tempo de preparar um jantar, né? Então, e a gente observa essa realidade.

Bom, mas o Mesa Brasil, eu posso dizer que ele é um programa assistencialista, só pega doação, doa, as instituições ficam acomodadas? Só pelo fato de o Mesa Brasil ter essa questão da sustentabilidade, da questão da consciência do desperdício, ele já é educativo por si só, né? Mas nós também, além de a gente dar o peixe, eu falo que a gente ensina a pescar, porque a gente desenvolve diversas ações educativas para poder valorizar e estimular essa rede das entidades sociais que a gente atende para elas serem sustentáveis, para elas terem autonomia, para elas não dependerem exclusivamente de doações, ou, no caso, não das creches conveniadas, que o poder público supre com 100%, né? Mas eu falo aquelas que não têm convênio. Para não depender mesmo só de doações.

Então, vou falar um pouquinho das ações educativas que a gente desenvolve. Uma delas é o curso de gestão transformadora. O que é esse curso? A gente capacita os gestores das entidades sociais, e orienta, e ensina, e mostra como é que essa instituição pode, por exemplo, captar um recurso fazendo... elaborando projetos, escrevendo projetos e elaborando, e captando recurso junto com as empresas. A gente sabe que tem financiamentos, que tem Petrobras, Fiat, Fundação Balbina, que dá uma verba para a instituição social, de acordo com o projeto que essa instituição escreve. Então, a gente dá essa formação.

Também a gente fala sobre gestão de pessoas, gestão fiscal, gestão contábil, e a gente tem relatos muito positivos dessas instituições sociais que conseguiram. Às vezes conseguiram uma reforma de uma instituição, conseguiram contratar algum funcionário a mais, algum educador a mais, conseguiu recurso. E a gente fica muito feliz quando a gente tem instituição social que fala com a gente que não precisa mais das doações do Mesa Brasil porque conseguiram outros meios de se sustentar, né?

Nós temos também o programa que chama... um projeto que chama Mesa Sustentável, que é a oferta de oficinas culinárias e de artesanato, de trabalhos manuais, para as entidades sociais. É uma forma, uma alternativa de complementação de renda, tanto para as pessoas quanto para as entidades sociais. Então, a gente estimula a atitude empreendedora dos participantes e dessas entidades sociais. Um exemplo disso. A gente tinha uma instituição que, na Páscoa, sempre comprava ovo de Páscoa para poder dar para as crianças. Então, a gente oferece oficinas... faltando um mês, dois meses antes da Páscoa, a gente oferece oficina de ovos de Páscoa para a própria instituição fazer o seu ovo de Páscoa, né? Então, a gente vai fazendo essa educação com as instituições.

E, na maioria das vezes, o Sesc contrata - a gente falando em questão de recursos - o Sesc contrata oficinheiro, mas, na maioria das vezes, a gente também tem parcerias. São pessoas voluntárias que sabem, que trabalham com isso, e acaba replicando esse conhecimento para as nossas entidades sociais.

Uma outra ação educativa que a gente desenvolve é o curso de manipulador de alimentos. Esse curso é o curso para as cantineiras, para as pessoas que estão envolvidas diretamente com a produção da refeição dentro da instituição. Esse curso é obrigatório para todas as entidades sociais. Por que ele é obrigatório? Primeiro, porque a gente quer garantir a segurança do alimento que é oferecido na questão microbiológica, sanitária, e também a gente quer conscientizar essas cantineiras que às vezes um alimento feio, que é o alimento que ela vai receber lá do Mesa Brasil, que é um alimento fora do padrão, é um alimento que tem valor nutricional, que ele pode ser e deve ser aproveitado. Porque não adianta, eu, por exemplo, ir lá no distribuidor tirar um tomate muito maduro, por exemplo, e doar para uma creche, para um hospital, para um abrigo, e a cantineira ficar com preconceito daquele alimento e jogar aquele alimento fora, né? Eu não vou estar combatendo o desperdício, eu vou estar só transferindo o desperdício de um lugar para o outro, né?

Então esse curso, ele é obrigatório, a gente pede que todas... a gente fala todas as instituições cadastradas têm que fazer. São 16 horas de aula teórica que aborda uma resolução da Vigilância Sanitária, a RDC nº 216, que é a das boas práticas da manipulação de alimentos; quatro horas de aula prática, que são oficinas culinárias com ênfase no aproveitamento integral do alimento. Então, receitas usando cascas, sementes, talos, essas partes não convencionais que geralmente a gente joga fora, mas que, na maioria das vezes, têm muito mais valor nutricional do que a própria polpa.

E nós temos parceria também com a UFMG, que a gente leva esses alunos para conhecer o Museu de Ciências Morfológicas, que tem lá, e o laboratório de anatomia. E é muito interessante, porque assim, a gente tem cantineiras que participam do curso que são analfabetas, né? Então, quando elas vão até a UFMG e veem lá o cadáver, vê as peças do corpo humano, elas conseguem assimilar muito mais o conhecimento. E a gente tem relatos também assim de cantineira que é analfabeta e que falou com a gente: "Eu nunca imaginei que eu fosse entrar numa universidade, nem que seja para poder fazer uma visita técnica". Então, é muito motivador.

E outro parceiro nosso da gente nesse curso é a UNA, que nos cede gratuitamente a

cozinha didática do curso deles de gastronomia, né? Então, sem parceria a gente é difícil conseguir.

E, por fim, nós temos esse projeto, que é o meu xodó, que é o Turminha do Mesa. É um projeto de educação alimentar e nutricional dentro das creches, a gente atende um público de dois a seis anos. É uma semana que nós ficamos nessa instituição social e nós levamos, né, as cartilhas educativas que nós elaboramos, onde tem os mascotes da Turminha do Mesa, que a gente fala. Então, tem o Brocolino, que é um brócolis o personagem; tem o Gominho, que é uma laranja; tem a dona Branca, que é o copo de leite; tem o pão de forma, que é o Pãoxonado.

Então, a gente leva essas cartilhas para as crianças, trabalha... a gente leva antecipadamente para os professores, para eles já irem conhecendo e já irem trabalhando, daí nós vamos para a entidade social, ficamos lá uma semana. Então, a gente faz atividades com eles dentro de sala de aula, nas cartilhas. Nós levamos também... por exemplo, eu vou antes na cozinha para saber qual é que vai ser o cardápio. Então, por exemplo, eu vejo que tem repolho na salada do dia. Então, eu pego um repolho e levo esse repolho para dentro da sala de aula para as crianças pegarem, conhecerem, sentirem o cheiro e para estimular o consumo dessas crianças desse repolho na hora do almoço, né? Nós fazemos também oficinas culinárias com elas, então, é bonitinho demais, todo mundo com avental, toquinha. Então, a gente faz a salada de frutas com elas, faz suco. E é fato, assim, a gente percebe o envolvimento, o engajamento depois também, a gente tem relatos das instituições. Porque a gente deixa as cartilhas, a gente, junto com essas cartilhas, tem alguns jogos educativos também que a gente deixa na instituição, para não acabar ali, não é? A educação, ela tem que ser continuada. Então, não adianta eu ir lá, ficar uma semana, e acabou, nunca mais o tema vai ser abordado, não é? Então, a gente deixa o material lá, e no último dia a gente tem um teatro, que a gente pega os próprios recreadores do Sesc para poder fazer. Então, a gente fez, conseguiu fazer os mascotes, ali, não sei se está dando para ver na foto, o pãoxonado(F) e a D. Branca, o Gominho(F) ali atrás. E é muito bacana, é um projeto que é nosso xodó mesmo.

E o resultado, é nada além do que transformação social, mesmo, assim, a gente educa, a gente conscientiza sobre as questões ambientais, sobre as questões sociais e também a gente educa e conscientiza sobre o consumo alimentar e saudável dentro da instituição social e também fora da instituição social, dentro de casa. E é isso, agradeço a atenção de todos, está aí o meu contato, meu e-mail, o telefone lá do Mesa Brasil daqui de Belo Horizonte, e muito obrigada pela atenção de vocês.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Nós é que agradecemos, Luciana. Teve um evento que nós fizemos aqui ano passado e uma nutricionista falando de um trabalho que ela fez na escola em que o menino chegou para ela e falou, achava que o milho nascia dentro da lata, não tinha a menor consciência do milho. Então, quer dizer, o distanciamento é tanto da natureza, que acaba acontecendo essas questões. Então, não deixem de convidar o Sesc, nem o Sebrae, para fazer uma participação lá na escola, hein, gente?

Eu vou passar a palavra agora para a Ana Cristina Bahia Paiva, que é coordenadora estadual de Educação sanitária do Instituto Mineiro de Agropecuária, que vai falar para a gente sobre Projeto Sanitaristas Mirins. Fique à vontade, Ana.

SRA. ANA CRISTINA BAHIA PAIVA: Boa tarde. Eu quero agradecer muito o convite, e eu não vim aqui para falar de trabalho, não, eu vim aqui para falar de paixão, porque esse projeto é um projeto apaixonante. Eu sou fiscal, eu sou fiscal agropecuária, e logo que eu entrei no Instituto Mineiro de Agropecuária, eu fiz um treinamento para fazer palestra, para explicar para as pessoas qual é o nosso trabalho. E desde então eu me apaixonei e venho trabalhando com isso há mais de 20 anos.

Então, eu vou falar desse projeto infantil que chama Sanitaristas Mirins e ele surgiu porque a gente, há muitos anos atrás, percebeu que as pessoas não entendiam ou não tinham conhecimento sobre todo o trabalho do IMA. O IMA é um órgão que faz... tem mais de cem atividades no estado e trabalha principalmente com a questão de alimentação. Então, onde tem comida, tem o IMA, e muitas vezes as pessoas não... até hoje, as pessoas não sabem exatamente o que o IMA faz. Então, pensamos em criar um projeto também para crianças, porque elas são os filhos dos produtores rurais. Então, é um projeto que é implantado na zona rural principalmente. São os filhos, eles podem influenciar os pais, eles vão se tornar futuros produtores rurais. Então, ele existe há mais de 16 anos, ele foi criado em Curvelo por um colega, junto com a esposa dele, que é professora. Então, foi um projeto de alfabetização.

Em 2005, 2006, a gente mudou um pouquinho o projeto para falar sobre o trabalho do IMA mesmo. Então, é um livro de... nós fizemos um livro de 80 páginas que fala sobre a importância do trabalho no IMA. O lançamento, ele foi feito em 2006 mesmo, no Parque da Gameleira, com 400

alunos da Escola Leon Renault. A foto é do lançamento, a gente tem uma mascote, e foi interessante a escolha dessa mascote porque o meio rural era e eu acho que ainda é um pouquinho masculino. Então, a gente quis uma menina mesmo, real, uma menina chamada Paulinha, porque a filha de uma colega nossa lá da divisão da educação sanitária chama Paulinha, hoje, inclusive, ela é nutricionista já formada, e de cabelo anelado, que fosse bem brasileira mesmo. E o livro, nessa época, a gente teve o acompanhamento de um pedagogo, e ele foi avaliado pela Secretaria de Educação como uma publicação didático-pedagógica de qualidade.

Então, o modelo pedagógico atual, ele permite a abertura da grade curricular. Então, os temas do livro, eles são trabalhados dentro das diversas matérias dos alunos e a escola sendo formadora dos futuros produtores rurais, gente, dos consumidores, dos agricultores familiares, [ininteligível] da sociedade. Então, a implantação desse projeto promove o desenvolvimento e a participação ativa do aluno, provocando discussões, influenciando os pais. Então, a gente fala, por exemplo, de vacinação, o gado, ele tem que ser vacinado contra algumas doenças, por exemplo, a febre aftosa, a brucelose, a raiva. Se o pai tem uma propriedade rural que tem animais, mas não vacina, o filho, ao aprender o conteúdo na escola, vai questionar esse pai. Vai perguntar: "Pai, por que a bezerrinha, a nossa bezerrinha, as nossas bezerrinhas não têm a marca que caracteriza a vacinação da brucelose?". Esse pai, ele vai ficar preocupado para poder fazer essa vacinação. Vai perguntar sobre o cartão do IMA. Se esse pai não estiver cadastrado no IMA, porque todos os produtores rurais têm que ter um cadastro no IMA, ele vai providenciar isso. E ele desperta para o mundo que rodeia o aluno.

Essa foto é de uma escola lá em Almenara que a gente já implantou o projeto. Então, ele acontece desde 2003, então, até hoje a gente já treinou mais de 110 mil alunos e professores em todo o estado de Minas Gerais. A foto da menina com os pais, ela recebeu um prêmio, uma redação, porque a gente faz a solenidade de encerramento, e faz concursos, fica muito aberto, sabe, gente? Cada escola pensa esse projeto de uma forma, e eu acho que ele funciona bem, muito bem até hoje justamente por causa disso. Os nossos colegas também têm total liberdade para poder fazer os treinamentos dos professores. Então, tem professor, tem escolas que preferem final de semana, a gente faz final de semana, preferem à noite, a gente faz à noite, é bem aberto mesmo, é tudo discutido entre o nosso colega de trabalho no interior e a escola. E do lado direito, foi no norte de Minas, também, a gente faz visitas a propriedades rurais, [ininteligível], ao próprio escritório do IMA. Então, a gente sempre sugere isso no livro. Então, quando é possível, a gente faz

essas visitas para os meninos terem contato mesmo com o conteúdo do livro.

A nossa metodologia, como eu falei, a gente realiza as reuniões com as prefeituras, Secretaria Municipal de Educação, diretores e professores para sensibilizar sobre a importância do projeto, então a gente tem as palestras de apresentação. A gente promove um treinamento com os professores, então, o nosso pessoal do IMA faz esse treinamento, como eu falei. É um dos nossos gargalos, inclusive, porque alguém falou aqui sobre a questão de funcionário, né? O IMA tem, está aí há dez anos sem concurso público, então, a gente perdeu muita gente, muita gente aposentou. Então, a gente está tentando agora fazer um treinamento on-line porque aí a gente vai diminuir essa questão, a gente vai conseguir atender um maior número de escolas. E a gente distribui o livro, que é um outro gargalo também, porque o livro tem um custo, e a gente está sempre correndo atrás de patrocínio e tudo, e agora vamos fazer uma parceria, não é, Dr. Amauri? Para a gente conseguir um maior número de livros. Fazemos um monitoramento dos professores periodicamente porque são muitos assuntos, é um livro de 80 páginas, então, o treino normalmente não é feito num dia. Então, a gente vai fazendo treinamento ao longo do ano e faz o monitoramento.

O conteúdo é dinâmico, porque a legislação sanitária, ela muda também ao longo dos anos. Então, a gente vai acrescentando conteúdo e vai retirando. Um exemplo, eu citei a [ininteligível] da febre aftosa, e nós vamos retirar a vacinação da febre aftosa agora em 2021. Então, a gente vai ter que modificar isso no livro. A gente também, o responsável lá do interior, ele pode acrescentar conteúdo no treinamento dos professores de acordo com a demanda da região, então, por exemplo, se está acontecendo no triângulo mineiro problema com gafanhoto, então, nós vamos abordar esse problema do gafanhoto, que é mais específico. E os temas, a gente começa com uma introdução, falando sobre o IMA. Quando eu entrei no IMA, eu percebi que as pessoas conheciam muito pouco, várias pessoas me perguntavam: "Mas você trabalha num lugar que faz imã de geladeira?", e é sério, assim, eles perguntavam mesmo, e eu tinha que explicar o que o IMA fazia. Então, a gente fala disso, a introdução é sobre o IMA. Falamos da saúde das pessoas, porque é impossível falar de alimentos se a gente não falar de pessoas, apesar de o IMA ter o seu corpo técnico de veterinários e agrônomos, mas a gente trabalha visando a saúde do homem. É claro que a saúde dos animais e dos vegetais, mas o principal é saúde humana. Então, falamos de saúde das pessoas, falamos até sobre pediatria, se tem um pediatra na região para fazer uma palestra para as crianças, a gente sugere isso. Falamos da saúde dos animais, falamos

das doenças, que são as principais doenças que o IMA trabalha hoje. Não quer dizer que sejam só essas também, vai depender da região. Então, a aftosa, a brucelose e a raiva são doenças importantes, porque são zoonoses, a gente pega essa doença, ou dos animais, ou dos alimentos de origem animal, leite ou queijo feito de leite cru. Sobre vacinação, a gente fala sobre doenças das aves também que é a Newcastle, doença de suínos, doença de cavalo, a anemia infecciosa equina, o mormo, vaca louca de bovino. Falamos sobre produtos veterinários também, que nós fazemos a fiscalização de produtos veterinários, né? Como a gente tem fiscalização em farmácia, o IMA faz fiscalização em loja de produtos veterinários, para verificar a condição, validade, etc. Acho que passou.

Bom, aqui eu falei sobre a parte animal, mas ficou faltando, a gente tem a parte toda de inspeção de alimentos de origem animal. Então, os derivados de carne, leite, ovos, pescado e mel, o IMA faz a inspeção. Quem é inspecionado pelo IMA pode vender dentro do estado, dentro do município, do próprio município e dentro do estado. Então, a gente fala sobre isso também. A gente fala sobre alimentação, um pouquinho sobre alimentação, falamos sobre a área vegetal, porque existem várias pragas que acometem as nossas lavouras e que dizimam a produção, não quer dizer que, por exemplo, que uma praga da banana, a sigatoka-negra, se eu comer uma banana que está contaminada, eu vou ficar doente, mas a praga, ela vai dizimar a produção de banana daquela região. Então, é uma doença que ela não existe em Minas, ela já existiu, e a gente erradicou. Mas a gente tem que ficar muito atento para essa doença não voltar para o estado. Então, a gente fala sobre toda essa parte de doenças vegetais e falamos também sobre a certificação que é o coroamento de todo o nosso trabalho. Então, a gente tem a certificação de café, quem tem um selo de certificação no café, ele consegue vender muito melhor no mercado, ele tem que cumprir uma série de regras, mas ele também tem um ganho em cima da venda do produto.

O nosso material é o livro, os livros para os municípios contemplados, para as escolas, e os profissionais do IMA que fazem o treinamento, como eu já falei, a gente faz esse treinamento e ainda fornece o manual para os professores.

Aí eu quis colocar dois depoimentos, um é de um aluno que ele falou, é um aluno de Curvelo, que: "Esse é um projeto muito importante porque trabalha tudo o que a gente vê aqui na roça, dentro do nosso jeito de viver. É bom para as crianças dessa escola, está sendo muito bom para mim, pois até ajudei meu pai a entender um pouquinho mais sobre vacinas, as doenças e o

que fazer com o tratamento de gados e das criações, e também não esquecer da época das vacinas". E uma professora que falou que: "O projeto é uma proposta excelente, pois os temas são do cotidiano da criança com participação significativa e entusiasmada por parte delas. Além disso, levamos para a sala de aula a educação sanitária com objetivos claros e definidos". Sobre a importância para a vida dela, ela falou que: "Aprende no momento que ensina, pois, ao ler os textos e os informativos da apostila, obtenho informações que eu não teria se não desenvolvesse o projeto e também tenho a oportunidade de assistir palestras com o veterinário do IMA, que esclarece gentilmente as nossas dúvidas". Não só com veterinário, mas com agrônomos também, com técnicos agropecuários. Nós temos vários colegas que também são apaixonados pelo projeto, que trabalham nele.

Aí eu trouxe umas fotos das atividades. Então, tem locais que eles fazem camiseta com a nossa logomarca. Aqui embaixo tem o treinamento dos professores, eles mostrando o livro, em cima também. A mascote Paulinha, a gente tem bonecas, a gente tem mais ou menos umas 15 a 20 bonecas no interior. Então, ela vai nos lançamentos do projeto e também no encerramento, e os meninos adoram a Paulinha, conhecer a Paulinha, tirar foto com a Paulinha, dá fila, até autógrafa eles pedem. É muito interessante. Essa é uma aula prática mostrando a vacinação de uma bezerrinha na fazenda. Normalmente, a gente consegue parceria com os produtores rurais, eles fornecem lanche também, é bem interessante.

E o que a gente espera, né? Quais os resultados? A gente espera contribuir para agregar novos conhecimentos ao Ensino Fundamental, ao Médio e alunos de centros socioeducativos. Não falei isso, na verdade, a gente deixa muito aberto para a escola definir qual faixa etária que ela quer que o projeto aconteça. Então, a gente teve um pedido outro dia lá em Valadares de um centro socioeducativo, o diretor achou importante, mesmo os meninos já adolescentes, eles terem o projeto na escola porque eles também estavam com um projeto de horta na escola, então ia agregar a esse projeto das hortas. E poderão favorecer aprendizagem, com efeito multiplicador aos pais, à família, como um todo, de muitos agricultores familiares. E a gente visa a melhoria da saúde pública, segurança alimentar, otimizando o controle da saúde animal, vegetal, ambiental e humana. E despertar, já foi falado aqui, não é? Despertar o interesse dos jovens pela permanência no campo.

Então, em linhas muito gerais, era isso o que eu tinha para falar, e eu gosto muito dessa frase porque ela é uma frase que define o que eu percebi desde que eu entrei no IMA, que o

sistema de legislação, ele é sempre impotente, se paralelamente a gente não tiver um sistema de educação. A gente precisa explicar para as pessoas o motivo da fiscalização. Fiscalizar não é fácil, fiscalizar é muito difícil, as pessoas têm muito medo, as pessoas, elas não se abrem durante a fiscalização. Então, a gente precisa sempre ter paralelo a isso um sistema de educação, explicar qual o motivo, por que você precisa vacinar, por que você não pode comer um alimento que não tenha uma inspeção, que não tenha uma certificação. Então, essa frase, eu acho que define muito, assim, tudo o que eu aprendi até hoje que a gente tem que ter, a gente tem que explicar para as pessoas por que a gente faz o nosso trabalho, a importância do nosso trabalho. Deixo contato. Estou sempre lá. Se eu não estiver, alguém atende, manda recado, eu também sempre respondo, adoro trocar ideia, sugestões e tudo. E estou mesmo muito honrada de ter participado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Nós é que te agradecemos. A gente esteve lá no IMA conversando com a Ana. Então, nós já fizemos vários projetos. O livro que eles fizeram é lindo, é fora de série. Ah, você podia mostrar para o pessoal. E a gente vai imprimir esses livros, vamos mandar para as escolas, talvez não para todas, porque esse livro tem que ser trabalhado para os alunos. Então, a gente vai fazer um projeto, vai fazer um trabalho em conjunto. Agora, convidem também o IMA para participar das atividades aí com vocês. Muito obrigado, viu, Ana?

Eu quero passar agora a palavra, então, para a Luciana Neri Nobre, nutricionista, professora do Departamento de Nutrição da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que tem um Programa de Inclusão de Educação Alimentar e Nutricional. Fique à vontade, Luciana.

SRA. LUCIANA NERI NOBRE: [ininteligível]. Eu acho que está todo mundo cansado, não é? Está maravilhoso, pelo menos eu achei e estou achando o dia maravilhoso, de manhã eu saí daqui encantada com a oportunidade de estar tendo essa discussão que a gente está tendo aqui. Eu espero que vocês todos estejam tão satisfeitos quanto. Agradecer, especialmente, a você, Dr. Amauri, pelo convite, porque foi um convite da semana passada, né?

Então, esse projeto, na verdade, não é um projeto da universidade que eu trabalho, tá? É parceria, é uma parceria. Como foi dito aqui, é difícil a gente fazer algo individual, né? Na verdade, a ideia desse projeto, que na verdade é um programa, veio de um pedido do Dr. Amauri no ano passado com o promotor de Justiça da Comarca de Diamantina para fazer uma divulgação do Guia Alimentar nas escolas que fazem parte da Comarca de Diamantina. E aí o Dr. Paulo, ele fez uma

convocação para a Secretaria Municipal de Educação, para o estado, a Secretaria Estadual, e para a coordenadora do curso de Nutrição, para participar dessa reunião. Quando a coordenadora veio até mim, pedindo para eu participar das próximas reuniões porque envolvia educação nutricional e eu sou professora dessa disciplina, eu falei assim: For só fazer a divulgação do guia, para aí. A probabilidade é de parar nisso, né? E acho, como professora de educação alimentar e nutricional, e saber que educação é um processo, uma simples divulgação não vai alcançar o que a gente deseja, o interessante que fosse um programa e não um projeto. E aí nós fomos sentar para montar esse programa. Então, não entendo, não estou me colocando aqui como autora desse programa. Na verdade, é uma escrita de várias mãos, essa galera toda aí é grande. Então, tem colaborador, a gente entende que o Procon e a Promotoria de Justiça são colaboradores, e essa galera toda aqui em cima são pessoas que fazem parte do Departamento de Nutrição, da Secretaria Estadual e Municipal de Educação de Diamantina.

Qual que é a ideia do projeto, desse programa? A ideia é divulgar, é incluir a educação alimentar e nutricional no ensino. Foi dito aqui hoje de manhã, se eu não tiver enganada, a pessoa que foi falar da questão EAN nas escolas estaduais, ela citou duas disciplinas onde a EAN poderia falar tranquilamente, ela falou de ciências e a outra disciplina eu não lembro... educação física. Esse projeto, ele vai além disso, o que a gente quer? A gente quer, na verdade, é fazer a lei que foi início do ano passado, que a EAN, ela vai fazer parte, como já tem alguns, como tema transversal. Então, não é assunto para se falar na disciplina de ciência ou na matemática, mas ela... para perpassar por todos os conteúdos, e o que a gente quer? É ajudar o professor nesse processo.

Então, o que a gente fez no início do ano, não é, no final do ano passado? Eu acho que o contato do Dr. Amauri foi em julho, eu acho, mais ou menos, nós reunimos, montamos o projeto e lançamos ele em outubro. Então, oficialmente, esse programa, ele foi lançado em outubro, em dezembro, a gente teve a primeira ação. Qual que foi a primeira ação? Foi fazer uma formação de supervisores, a gente fez uma convocação dos supervisores das redes municipal e estadual das escolas que fazem parte da Comarca de Diamantina, que são nove municípios. Então, em dezembro, a gente ficou um dia inteiro falando da educação alimentar e nutricional, o marco legal para isso, na parte da manhã, e na parte da tarde, a gente fez atividades práticas, como esse pedagogo poderia estar ajudando os professores a incluir esse assunto. É a partir desse ano que a gente vai fazer atividades sistemáticas. Então, efetivamente, ele começa a ser colocado em ação a

partir desse ano.

E quais são os objetivos que a gente espera alcançar? O que a gente espera avaliar? Primeiro, a gente espera avaliar se os discentes dessas escolas, tanto municipal quanto estadual, se eles consomem alimentação escolar servida na escola, não preciso dizer que já foi dito aqui várias vezes, que a alimentação escolar tem legislação para isso, tem recomendação. Então, espera-se que ela seja saudável, né? Mas a gente quer verificar se o escolar, ele está consumindo, se ele está... não está consumindo, se ele está levando lanche, e a qualidade desse lanche. Então, a gente espera fazer essa avaliação. A gente espera verificar se a alimentação que está sendo servida na escola está cumprindo, está adequada ao que a FNDE refere, qual que são as recomendações dela para que isso seja executado. E a gente espera fazer a qualificação em educação alimentar e nutricional dos supervisores pedagógicos.

Nós fizemos isso em dezembro, só que a gente não conseguiu a adesão de todos, né? A gente teve mais ou menos 50%, a gente espera esse ano repetir esse mesmo curso para os supervisores que não participaram. E a gente espera montar uma estrutura, uma estratégia de formação continuada; por quê? A gente sabe que fazer um curso só uma vez, de oito horas por dia e deixar, a chance é de não acontecer. Foi dito hoje aqui, eu não sei se foi de manhã ou foi à tarde, que muitas vezes um grupo se qualifica e o restante não se qualifica. Então, aquilo ali não cresce, porque se eu só qualifico o pedagogo, e o professor, ele não tem acesso ao que foi falado, muitas vezes, nem o pedagogo, ele consegue passar isso para o professor.

Então, nesse primeiro encontro, e já era nossa ideia, e no primeiro encontro isso foi reafirmado, os pedagogos pediram: "Os professores também precisar passar por essa qualificação". A gente espera que no ano que vem, ainda, a gente não consegue fazer isso esse ano, a gente acha que não tem perna para isso tudo. A nossa expectativa é para o ano que vem a gente ter um curso, provavelmente on-line, porque para trazer todos os professores, ou a gente ir, a equipe ir para essas nove cidades para fazer esse trabalho de formação, a gente acha que é muito complicado. Então, a nossa expectativa é montar um curso a distância para qualificar supervisores, professores [ininteligível]. Quantas horas, a gente ainda vai definir, quantas horas de curso. E a gente pretende também monitorar e avaliar se a qualificação, esse curso que a gente fez com esses professores no final do ano passado, se isso está repercutindo no planejamento, se esse assunto está perpassando pelos conteúdos que ele precisa trabalhar nos diferentes anos.

Isso aí é algo que a gente quer fazer e quer verificar se isso tem tido algum impacto. Por

isso é algo que vai ter tempo, não dá para ser um projeto de um ano, né? É muito tempo. Nesse período aqui, quando a gente fez a qualificação, a gente já falou isso para o professor, para os supervisores. O Dr. Amauri citou hoje aqui de manhã que: "Ah, no final de tarde alguém de Diamantina falaria disso". Nós montamos um material que, na verdade, é um livro que a gente chamou de caderno de atividades, o que a gente fez? E ele, na verdade, ele é produto que foi uma demanda de um outro projeto que a gente fez com professores da rede municipal de Diamantina, antes mesmo de EAN ser tema transversal, ser lei e ser tema transversal. O que a gente fez? A gente pegou o CBC, o Currículo Básico Comum, olhamos na matriz curricular conteúdos de matemática, de língua portuguesa, de ciência, nós pegamos conteúdos do primeiro ao quinto ano, selecionamos alguns conteúdos e incluímos EAN nele. Então, a gente montou um material para os cinco anos, para as seis disciplinas que são trabalhadas nessas séries. Incluímos EAN, não é o professor que vai criar um conteúdo. A gente está dando sugestão: como ele poderia estar incluindo EAN num conteúdo de matemática.

Hoje, achei superinteressante, eu falei assim: Nossa, legal, fala de manhã, fala à tarde. Nós temos atividades, por exemplo, falando de avaliar rótulo, como trabalhar na matemática, por exemplo, a avaliação de rótulo. Falamos sobre a questão da... o Dr. Amauri citou aqui sobre a greve dos caminhoneiros, a gente tem uma atividade falando disso, da importância do pequeno produtor rural, da importância do consumo da merenda escolar, ao invés de trazer lanche, o quanto que a alimentação escolar, ela é muito mais saudável do que o lanche, e a gente usa, inclusive, essa situação da realidade, quanto que se impactou, principalmente nas cidades grandes, a ausência de alguns alimentos no mercado.

Então, a gente tentou trazer atividades do dia a dia, todas em perspectiva de autonomia. Alguém citou Paulo Freire aqui. A gente trabalhou muito na perspectiva, todas as atividades, não para falar que isso não presta, isso é ruim, né? A gente usa o guia, o guia é citado em várias atividades. Então, quando a gente falou de alimentação saudável, a gente cita na perspectiva do minimamente processado e do ultraprocessado como algo que não deva ser, mas da perspectiva de levar a criança a pensar, todas as atividades levando a criança a pensar e criar autonomia e tomar decisões por conta própria, não porque a professora falou que aquilo para ele faz mal. Então, esse é o trabalho que a gente pretende incluir no material que o professor vai usar, inclusive, para ele conseguir difundir esse assunto na escola.

Vixe, acho que eu passei. O conceito de educação alimentar e nutricional já foi dito aqui,

eu acho que não precisaria eu estar dizendo mais. É muito interessante, que o Dr. Amauri, apesar dele não ter falado a palavra educação alimentar e nutricional, ele citou que o alimento, ele tem todo um caminho até chegar a nossa mesa, e a educação alimentar e nutricional é isso, é que todo esse caminho, da produção, do transporte, do como ele chega, como ele é armazenado e como ele chega, e como ele é preparado na nossa casa, isso está dentro da educação alimentar e nutricional. Até 2012, a gente não se falava em educação alimentar e nutricional, a gente falava de educação nutricional. Era como se o alimento só tivesse importância a partir da escolha do que eu como e da maneira como eu faço. E quando colocou educação alimentar e nutricional, ele tem essa perspectiva de que todo o caminho antes dele chegar na nossa mesa é importante, e é o que está sendo dito aqui, isso é segurança alimentar e nutricional. Então, isso faz uma diferença enorme, mudança de conceito.

As dimensões de EAN, que a gente vai trabalhar e tentou trabalhar com o pedagogo, pensando que a educação alimentar e nutricional, ela não pode ficar na questão biológica, quando a gente tinha o termo educação nutricional, a gente pensava o alimento quase que exclusivamente como fonte de carboidrato, proteína, lipídios e vitaminas. Com a EAN, com essa mudança de conceito, a EAN, ela passa a ser vista numa amplitude muito maior, o que o alimento realmente representa. Então, todas as atividades que a gente colocou nesse material que vai ser disponibilizado para os professores, a EAN, ela está sendo trabalhada como um direito humano à alimentação adequada, que foi dito isso, muito bem feito, falado aqui hoje. Vamos... estamos também formando atividade sobre a questão biológica, a gente não pode deixar de falar que a questão biológica, ela afeta a saúde, foi falado, assim, lindamente pelo Dr. Charles hoje de manhã, que eu fiquei encantada com a fala dele, né? A questão sociocultural que foi dito aqui à tarde, também, maravilhosamente, ambiental e econômica. Então, a gente tem que pensar no alimento em toda, englobando todas essas dimensões e a gente tentou fazer esse material considerando a EAN nessa perspectiva.

Então, o direito à alimentação adequada foi dito aqui, eu não vou repetir, que eu não sabia o que cada um tinha falado, então, eu montei a minha apresentação, mas não vou repetir aqui. A gente tem que ser... sempre defender alimento seguro, quando eu falo aqui que quando a gente usa o guia, alimento minimamente processado e alimento em in natura é o melhor, é melhor vírgula, depende a qualidade dele, não adianta eu estar comendo fruta, verdura, se ela está altamente contaminada por agrotóxico, né? Recentemente, foram 57 novos produtos que têm

agrotóxico como componente ali e que está sendo comercializado. A gente acho que é... nos últimos dois anos, eu acho que foram mais de 70% de aumento do número de agrotóxico. Então, a gente tem que pensar na alimentação adequada muito mais do que simplesmente ser minimamente processado e in natura, né? Ele tem que ser de qualidade, e verdadeiro, tem que ser seguro. Então, a gente tem que lutar para que isso aí seja verdadeiro.

O sociocultural já foi falado lindamente aqui também, a gente tem que lembrar que a gente está falando do alimento, o alimento, ele tem que representar aquela população que está ali. Quando a lei brasileira define ali aquele mínimo de 30% da alimentação escolar do pequeno produtor, ele está valorizando a questão sociocultural. Já foi dito aqui, também, lindamente, não foi repetir. Ambiental, nem o diga, já foi dito, também não vou repetir, né? A alimentação saudável, ela é uma alimentação que ela também é produzida socialmente adequada. Ela tem que ter garantia que esse solo não vai estar contaminado, que ele não vai estar cheio de problemas depois. Então, isso é importante. E criança saber disso, a população saber disso é necessário, a gente precisa garantir. A gente, muitas vezes, esquece, fala mal da indústria, mas esquece que aquele alimento que a gente acha que é saudável, ele não está saudável, e tem um monte de gente aí que não está nem um pouco importando. Quando a gente tem um ministro da Agricultura, uma ministra, que é reconhecida como rainha do agrotóxico é algo que a gente tem que ter uma preocupação muito grande.

A categoria da questão do alimento ser saudável, o guia, ele usa essa nomenclatura aí, essa definição, o alimento in natura ou minimamente processado, já foi dito hoje aqui, como o mais saudável. Óleos, gorduras, açúcares e sal, eles fazem parte, então, a gente tem que ter controle na quantidade, porque isso daí influencia, inclusive, impacta nas doenças muito comuns, e grande hoje em dia, inclusive no grupo infanto-juvenil. Os alimentos processados na escala aqui seria alimento um pouco mais que deveria estar sendo restrito e o ultraprocessado muito mais. O Dr. Amauri, inclusive, fez músicas sobre esse assunto, já foi até apresentado hoje aqui, né? Então, também não vou repetir.

Como eu disse para vocês, a preparação foi feita sem saber o que cada um falaria, então. E o que... por que é importante a gente divulgar o guia? O Dr. Amauri citou aqui que ele não conhecia o guia e que foi recente o conhecimento. Quando ele conheceu, ele ficou apaixonado. Eu não estava na primeira reunião que ele esteve lá em Diamantina para falar sobre isso, mas a pessoa que estava na reunião, falou assim: "Nossa, ele estava encantado com o guia, e que a

população precisa conhecer, o escolar precisa conhecer o guia", e por que conhecer o guia? Por que EAN é importante ser dita na escola? Como eu disse aqui, o Dr. Charles falou hoje lindamente, ele defendeu a importância disso, né? Inclusive, a própria ampliação do conceito de educação nutricional para educação alimentar e nutricional é pensando no alimento seguro, todo dia, e de qualidade na nossa mesa. Para evitar, não é simplesmente só a fome, que é algo grave, mas é evitar também as doenças que nos assolam e que está crescente no mundo e no Brasil, infelizmente. Então, falar desses dois assuntos no ambiente escolar, que é um ambiente onde está, a criança está ali e o adolescente, preparado para ouvir e para aprender, é muito importante, né? É mais fácil de ter uma formação de hábito alimentar saudável do que falar com a gente quando a gente já está lá idoso, com muito mais dificuldade de ter modificação de hábito.

Então, aqui, qual é a importância disso? Porque esses dois, educação alimentar e o guia, eles são instrumentos para a EAN, para apoiar a promoção da alimentação saudável e equilibrada, em todos os indivíduos, não precisa ser só para a criança, mas para os membros da família. Ele interromper ou reverter quadros ascendentes de obesidade e de outras doenças crônicas, além de prevenir deficiências nutricionais, estimular melhorias contínuas do sistema alimentar, assim como na oferta e o uso de alimentos mais saudáveis, apoiar práticas e culturas alimentares tradicionais saudáveis, isso é muito importante, acho que a gente não pode deixar isso passar e ampliar a autonomia nas escolhas alimentares.

Quando a gente fala de autonomia, isso é muito importante, a criança, ela deve fazer escolhas de alimentos saudáveis não porque o pai falou que é proibido comer biscoito recheado e porque não deve usar suco de caixinha porque tem açúcar. Ele precisa conhecer, saber a composição, entender. Quando a Ariane falou aqui, que eu achei maravilhoso quando você falou que não era para tirar a maçã, nós não temos, inclusive, atividade no livro falando isso, para a criança conhecer o que a sua cidade tem, o seu município tem, e o que tem nos outros. Isso é importante, então, a gente... a questão cultural é muito importante, e a criança, ela tem que tomar, e o adolescente, ela fazer escolhas baseada nos conhecimentos que foram adquiridos. E isso não precisa ser numa disciplina, isso precisa passar em todas as disciplinas no dia a dia, então, isso é algo que a gente acredita, e espera se fazer.

Eu já disse o que já foi feito desse programa, que foi o lançamento e que foi o treinamento, e todos os outros objetivos que eu citei aqui serão executados, a gente espera fazer a partir do início desse ano. Esse... não vou ler todos aqui, não, porque aqueles objetivos todos, eles serão, os

demais, todos serão atingidos esse ano. O que a gente espera, né? A gente espera que a gente tenha... seja bem aceita em todos os municípios, porque são nove municípios, são muitas escolas, na terça-feira da semana passada, a gente teve uma reunião com representantes de sete municípios, são nove, a gente teve de sete, nós já assinamos que esse projeto vai começar a ser executado esse ano e já assinamos o que a gente vai fazer nesse primeiro momento. Nesse primeiro momento, que não estava incluído nas ações, a gente incluiu, é a avaliação nutricional, a gente precisa ter o diagnóstico do estado nutricional para saber quantas crianças estão com sobrepeso, quantas estão com baixo peso, quantas estão com obesidade. Inclusive, para... e a qualidade da alimentação que elas estão levando, se elas levarem... para poder convencer os pais da importância disso. A gente precisa ter esse diagnóstico para poder, inclusive, conseguir diminuir a resistência de algumas modificações que, provavelmente, terão, que a gente espera que tenha na escola.

E é isso. Como eu falei para vocês, isso não é atividade na UFVJM, é um projeto que tem ali o Ministério Público, tem o Procon, tem a nossa universidade, tem a prefeitura e tem a Secretaria Regional de Educação. Então, a gente espera que isso aconteça, os projetos aqui que foram apresentados foram projetos que já têm frutos, a gente ainda não tem frutos, a gente está começando ainda, mas esperamos ter. Só, esse aqui é só uma apresentação do material que a gente fez, eu falei para vocês. Esse primeiro material, gente, é para o Ensino Fundamental 1, a gente ainda não tem para os outros, para o Fundamental 2, para o Médio e o Infantil. É um material, como eu falei... [Pode passar a página, fazendo um favor, mais uma. Só a capa que está aí].

Mas é um material que ele tem 120 e poucas páginas, ele tem atividade para o primeiro, segundo, terceiro e quarto bimestre, para as seis disciplinas e para as... falando, incluindo esse assunto nos conteúdos que os professores já precisam lecionar. Então é só para facilitar o trabalho dos professores. E é isso, agradeço a paciência em ouvir.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Nós é que agradecemos, Luciana, e infelizmente em razão do horário a gente não vai ter condições de fazer perguntas. Eu quero... gostaria de agradecer a presença de todos vocês, e contar todos [ininteligível] nos apoiando e a gente também, com certeza, apoiando o trabalho de vocês. E, rapidamente, a gente tem aqui a última fala do colega Rariúcha, que é coordenadora do Procon de Contagem, ela está com

problema de horário, em razão do nosso atraso. Eu queria então convidar rapidamente o Dr. Ricardo Amorim para presidir aqui a fala da Dra. Rariúcha e a Dra. Rariúcha que vai nos ajudar também fazendo uma fala que possa ser também muito importante para o nosso projeto.

[falas sobrepostas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE RICARDO AUGUSTO AMORIM CÉSAR: Pessoal, sem mais delongas, a Rariúcha Amarante Braga, coordenadora do Procon Municipal de Contagem, que há muito tempo já vem efetuando vários projetos de educação para o consumo. Ela foi convidada aqui para falar para os senhores sobre noções básicas sobre o Código de Defesa do Consumidor. Com a palavra.

SRA. RARIÚCHA AMARANTE BRAGA AUGUSTO: Bom, gente, boa noite já, né? Acho que o horário. Primeiramente, agradecer o Dr. Amauri pelo convite, prometo que não vou estender muito, acho que estão todos cansados depois de um dia inteiro que estamos aqui, recebendo grandes conhecimentos, mas eu vou tentar ser bem básica, bem sucinta no que eu vou falar. A início, a fala teria 30 minutos, mas eu vou tentar reduzir nisso. Então, e no final qualquer dúvida, vocês possam me falar.

Eu vou falar um pouquinho sobre as noções básicas de direito do consumidor, bem básicas mesmo para que todos tenham um pouquinho do conhecimento do que o código fala e dos seus direitos básicos. O código nosso de defesa do consumidor, ele é um código relativamente recente, ele tem 28 anos, é do dia 11 de setembro de 1990. Até a criação do código, a gente, o consumidor, ele já era uma parte vulnerável, mas com o código, ele passou a ter alguns direitos, algumas garantias. O que o código veio? Ele veio para fazer um equilíbrio da relação de consumo entre fornecedor e consumidor, porque o consumidor, ele é a parte vulnerável, ele é a parte não vulnerável por ser uma parte mais fraca, mas uma parte porque ele não tem conhecimento de todos os... de todo o contrato. E o fornecedor, por ter esse conhecimento, o código veio para dar um pouco desse equilíbrio e também proteger um pouco o consumidor na relação de consumo.

Para a gente entender um pouquinho, a primeira coisa que a gente tem que falar o que é uma relação consumo para ser abarcada pelo Código de Defesa do Consumidor. A gente tem que entender o que é o consumidor, o que é o fornecedor e quando que eu vou ter relação de consumo. É um pilar dos três pontos. Consumidor é toda aquela pessoa que adquire o produto ou serviço. Nós temos duas teorias nesse ponto, que é a teoria finalista, que é a que fala: "É

consumidor aquela pessoa que adquire o produto ou serviço como destinatário final sem objetivo de lucro". Já a teoria maximalista, ela entende que é consumidor qualquer pessoa que adquire produto ou serviço, independente dele ser destinatário final ou não.

O importante de a gente saber essa questão do destinatário final, se ele tem objetivo de lucro ou não, vai ser para a gente poder identificar o fornecedor. Que fornecedor é aquela pessoa que fornece um produto ou serviço, mas com habitualidade e finalidade de lucro. Quando a gente diferencia se a pessoa tem a finalidade de lucro ou não, a gente já tira aquela responsabilidade civil, aqueles contratos civis, que é você comprar um carro, por exemplo, de um particular. Eu compro um carro de um particular, eu não tenho finalidade de lucro e aquele particular que está me vendendo um carro não tem finalidade de lucro. Então, isso vai pelo direito civil, isso não vai pelo direito do consumidor por não ter a questão do lucro, não ter uma relação habitual.

Já o produto ou serviço, acho que eu não preciso entrar nisso aqui, que todo mundo tem conhecimento do que é produto e do que é serviço, né? Então, a gente, você tendo os três pilares, fornecedor, consumidor, produto ou serviço, você tem uma relação de consumo, lembrando que para isso você tem que verificar a questão da finalidade, para ver se vai ser abarcado pelo direito do consumidor ou não. Via de regra, em Procons, tem muito Procons que a gente tem a questão, por exemplo, um dono de um estabelecimento chega para reclamar da Sky. Ele tem um restaurante e vem para reclamar da Sky com a gente. A primeira pergunta que eu faço para ele: Para que você usa a Sky? Você usa a Sky para pôr no seu estabelecimento para chamar o público, para na hora que ele está almoçando, você vai ter um diferencial face àquele outro restaurante que não tem Sky? Você é atendido no Procon. Não, eu tenho Sky para os meus funcionários lá dentro. Não, se não tem finalidade de lucro nenhum, não tem nada, você pode ser embarcado pelo direito do consumidor. Se ele já passa a ter, aí ele tem que procurar o direito... a justiça comum, o Juizado Especial e não existe relação de consumo.

O código no seu art. 6º, ele vem falando nove incisos que são os direitos básicos do direito do consumidor. Eu vou entrar nesses incisos de uma forma bem rápida, até para não prolongar muito e dar mais ou menos o que é a ideia central de cada inciso, de qual que é o direito principal de cada consumidor que o código fala. Qual que é a primeira informação que fala? Educação e informação. Esse daí já é pela vulnerabilidade do consumidor, por quê? Quanto mais informação o consumidor tiver no ato da compra ou da prestação do serviço, menos vulnerável ele é na relação de consumo. Por que a gente fala disso? Porque se você tiver uma informação do que você está

comprando, dos riscos que ele está te dando, de que você está ciente de tudo, você não vai ter como questionar depois um contrato, você está ciente daquilo que você está adquirindo. E o consumidor, ele tem que ter todas as informações, que o fornecedor, quando ele vai colocar um produto no mercado, ele tem que ser, que é que a gente fala, a informação tem que ser clara, tem que ser objetiva e tem que ser ostensiva. Quanto mais ele informar sobre seu produto, mais ele está respeitando o consumidor e mais ele está respeitando o princípio, que é da informação e da educação. [Acho que ele realmente pulou um... isso, pulou, é].

Proteção à vida, segurança e saúde. Esse, na verdade, é o primeiro inciso, que o que é? O fornecedor para colocar um produto no mercado, ele tem que colocar um produto no mercado que vai estar respeitando o direito à pessoa, à idoneidade pessoal, psicológica do consumidor, por isso que a gente tem muitos recalls. O recall, o fornecedor não está fazendo nada porque ele é bonzinho com você, não, ele está fazendo uma obrigação do que o código obriga ele. Se você não colocou um produto no mercado com segurança à saúde, você tem que chamar o consumidor e tentar corrigir esse problema, você tem que dar essa informação. É o que a gente colocou... uma pequena informação que eu coloquei exatamente do rótulo. Eles têm que dar todas as informações de rótulo, dos riscos que eles estão dando, que aquele produto pode dar à sua saúde. Por exemplo, questões que as pessoas que têm alergia, doença celíaca, ele tem que falar se o produto contém glúten. O rótulo, ele tem que vir de uma forma bem precisa, bem clara que aquele produto pode gerar um risco à saúde do consumidor. Então, esse é o primeiro que a gente chama, que é proteção da vida, da segurança e da saúde. Toda informação, o fornecedor tem que dar essa informação ao consumidor dos riscos que podem ser causados. E a educação e informação complementa esse primeiro, que já é se você tem esse risco, você tem que informar o consumidor desse risco que o produto pode passar.

O outro seria contra a proteção à publicidade enganosa, abusiva e práticas comerciais condenáveis. O que é uma publicidade enganosa? É aquela que leva o consumidor ao erro. Eu compro um produto acreditando ele vai me... a proposta que o fornecedor está me passando não é exatamente. Me faz uma proposta que vai ser vendido um produto por um preço e quando eu chego para comprar é outro diferente. Me oferece um produto, quando eu chego para comprar, é outro diferente. Isso é publicidade enganosa. Já a abusiva é uma publicidade que vai utilizar o preconceito, vai pela sua moral, então, tem muita... hoje em dia, a gente tem que saber diferenciar quando ela é abusiva e quando ela é enganosa. Hoje, a gente tem aí aquela empresa que fiscaliza

as propagandas, a Conar, né? O Conar. O que é que nós como consumidores temos que fazer? Se você tem uma publicidade, se você tem uma propaganda que você vê que ela está sendo abusiva, que está utilizando a moral, ela está indo pelo preconceito, a gente tem que denunciar ao Conar. Cabe a nós, consumidores, também entrar em contato com o Conar e denunciar esse tipo de publicidade abusiva.

Já as práticas comerciais condenáveis são aquelas que extrapolam o direito do consumidor, que são os contratos em que eu não tenho questão de discutir esse contrato e mesmo assim esse contrato é de uma forma abusiva contra mim. O art. 51 fala que as cláusulas abusivas, elas são nulas de [ininteligível]. Então, se o consumidor entender que ele está fechando um contrato, que esse contrato é abusivo contra ele, ele tem o direito de questionar e pedir alteração deste contrato.

Já os incisos vão um complementando o outro. Nesse meio-tempo, a gente tem a modificação, a revisão das cláusulas contratuais. Você fechou um contrato, no meio do caminho, você tem um contrato, vem uma atividade que modificou sua situação contratual, você tem o direito, como consumidor, de procurar o fornecedor e falar: "Olha, eu preciso mudar meu contrato". Isso sem gerar nenhum dano, sem nenhuma ação de multa, nem nada, desde que você comprove que foi uma novidade superveniente à assinatura do seu contrato. Ainda nesse ponto, temos a prevenção e reparação de danos individuais e coletivos, o que é isso, gente? Indenização. Nós temos o direito à indenização e reparação dos danos individuais e coletivos. Coletivo é o quê? É um dano que gera não somente a mim, mas a mais de uma pessoa, tenho o direito a esse tipo de indenização. Se é uma coisa somente à minha pessoa, eu tenho direito à indenização, à reparação desse dano. Essa responsabilidade, ela é uma responsabilidade subjetiva, eu tenho que comprovar que o que o fornecedor fez me causou um dano para eu ter direito a esse tipo de indenização.

E a facilitação da defesa dos seus direitos, o que é? Inversão do ônus da prova, como eu já disse, o consumidor, ele é uma parte vulnerável, em face a essa vulnerabilidade do consumidor, o que houve? A inversão do ônus da prova. A inversão do ônus da prova nada mais é de que: não cabe o consumidor provar quando ele não tem condições, cabe ao fornecedor provar. Então, se você fez um contrato com uma empresa, a empresa está te cobrando abusivamente esse contrato, você fala: Eu não tenho como provar. O que a empresa tem que fazer? Ela tem que apresentar o contrato assinado por você. Se ela não provar, não tem como executar, é inversão pura e clara, é a inversão do ônus da prova, que cabe ao fornecedor fazer isso devido à vulnerabilidade do

consumidor. Gente, se eu estiver indo muito rápido, vocês podem me falar, viu? [Isso].

A adequada eficácia de prestação de serviços públicos, isso aqui a gente entra nas empresas que são de serviços públicos para a gente. Procon. Quem é de Procon? A gente presta um serviço público. A gente tem que prestar um serviço público adequado e eficaz, Cemig, Copasa, serviço de saúde, serviços públicos, a gente tem que... o código já fala, não é uma relação de consumo diretamente, mas eu tenho que prestar ele de forma adequada e eficaz, eu tenho que respeitar o consumidor, prestando isso de forma adequada, respeitando os direitos dele, dando o direito dele reclamar. A gente tem muitos casos de Cemig que muda aí, e a gente não consegue fazer a questão, muda o hidrômetro, vai lá: "Não, mas é isso". A gente tem como questionar isso, eles têm que dar uma prestação de serviço eficaz para a gente em relação a essa prestação de serviço.

Esses são os princípios básicos do direito do consumidor. Eu falo lá no Procon que eu acho que o Código de Defesa do Consumidor, ele tinha que ser desse tamanhozinho assim que cabe no bolso, porque eu estou à frente do Procon de Contagem já tem cinco anos, meu marido brinca: "Tudo acontece com você". Eu falei: Não é que tudo acontece comigo, quando você passa a ter conhecimento, você passa a conhecer os seus direitos, você já passa a não aceitar que as coisas aconteçam com você. Então, não é que tudo acontece comigo, eu passo a não aceitar, então, eu falo: Quando a gente conhece os nossos direitos, se a gente pegar um Código de Defesa do Consumidor e andar com a gente e você ver uma coisa errada, você pode falar assim "opa, não pode". Apesar que existe lei que fala que o código, todo estabelecimento tem que ter um código. Mas e se não tiver? Você pode denunciar ao Procon, mas você tem o direito [ininteligível] o conhecimento.

Então, esses são os nove incisos que falam do art. 6º, os princípios básicos do direito do consumidor. Eu fui bem rápida aqui para falar para vocês o que é a ideia principal de cada um e agora já vou começar falando um pouquinho mais de assuntos do código exatamente, os principais pontos do código que falam sobre o direito do consumidor.

O que é a oferta. Gente, ofertou, tem que cumprir, a oferta acompanha o produto. Então, é o direito do consumidor, se ele teve, igual está ali, se o fornecedor de produto ou serviços recusar o cumprimento da oferta da publicidade, o consumidor pode exigir. Fez a proposta de um produto, ele passa a poder exigir o cumprimento da oferta, aceitar outro produto ou serviço equivalente, desde que o fornecedor fala: "Eu tenho esse produto, mas eu não tenho como eu cumprir". Pode

ser que aconteça e ele vai te dar um produto similar para poder equiparar isso, ou rescindir o contrato com direito a restituição. Vou dar só um exemplo que nós tivemos até no Black Friday, questão de oferta e produto, uma rede de supermercados de Contagem, eu não bebo uísque, que eu não tenho conhecimento, mas ela lançou durante o Black Friday, uísque Red Label a 69 reais. Não sei, eu não sei nem o preço normal, mas acredito que seja muito mais caro. Os consumidores chegaram para comprar, aí a empresa falou: "Olha, não tem mais". Mas o que eles faziam? Eles tinham uma caixa, quando... você tinha a caixa na gôndola, você passava para pegar o produto, na hora de pagar, eles trocavam e te davam a garrafa. Quando a pessoa chegava para comprar, eles falavam assim: "Não, não tem mais o produto". "Mas você tem a caixa". "Não, mas é que a gente não tem realmente o produto. Não é nem que eu não quero cumprir. Eu não tenho esse produto, acabou, por um erro, ele ficou". O que a gente fez? Qual é o produto que você tem acima? O Black. Então, você vai vender o Black a 69,90. A empresa, 20 caixas que tinham na gôndola foram vendidas a 69,90 e isso com a presença de um fiscal do Procon de Contagem, que durante o evento foi e ficou lá. Esse nada mais é que o cumprimento da oferta. Não tinha o produto, eles cumpriram com o produto de similar equivalente, superior, desde que os consumidores aceitem.

Direito de arrependimento. Esse direito de arrependimento, nós que somos dos Procons acho que a gente recebe diariamente a ligação de um consumidor lá ligando: "Comprei um produto na loja e quero cancelar". Gente, infelizmente direito de arrependimento é só para as compras realizadas fora do estabelecimento comercial ou pela internet. O código não fala internet, porque o código é um código de 1990 e na época a internet ainda não era tão... mas fora do estabelecimento comercial, por analogia, a gente utiliza a internet. Então, direito de arrependimento, art. 49 fala: você tem sete dias para se arrepender da compra daquele produto ou da prestação do serviço. Nós podemos usar por paralelo essas empresas que quando você chega dentro da loja, ela não tem o produto e te mostra o produto por catálogo. Você comprou dentro do estabelecimento, mas você não teve acesso ao produto. A gente tem conseguido esse cumprimento do direito de arrependimento.

O que é o direito do arrependimento? O principal fundamento dele não é o estabelecimento, é o fornecedor conhecer o produto e ter informação daquele produto. Então, se eu estava dentro do estabelecimento, mas eu não vi o produto, ele foi me vendido por um catálogo ou pela internet, equipara-se ao direito de arrependimento. Mas se teve o produto em mãos e não comprou... e quando chegou, fala: "Ah, eu arrependi". Comprou uma coisa e não

aceitou o produto depois que ele viu o produto, infelizmente, não abarca o direito de arrependimento do consumidor.

Qual que é o prazo que o consumidor tem para reclamar quando o produto tem um vício ou defeito? O art. 26 que vai falar desse prazo para o consumidor, vai falar que você comprou um produto durável, você tem 90 dias para reclamar desse produto ou serviço, não durável, você tem 30 dias. Como que a gente vai diferenciar o durável do não durável? Uma vez, eu escutei isso e nunca mais esqueci. Não durável é aquele que eu uso, eu diminuo a estrutura do produto à sua propriedade. Xampu, eu vou usando, ele vai diminuindo a quantidade, produto não durável. Televisão, computador, eu uso, ele vai continuar do mesmo jeito, ele é um produto durável. É um jeito fácil que eu aprendi de marcar, eu uso, vai diminuir o produto, alterar a propriedade dele, ele é não durável e eu tenho uma garantia de 30 dias para poder reclamar dele.

Aí só para eu complementar aqui. Eu tenho 30 dias para reclamar de um produto não durável e 90 dias de um produto durável, mas qual que é o prazo que o fornecedor tem para resolver o problema para mim? O fornecedor, art. 18 que vai falar isso, ele tem 30 dias para resolver o problema para mim. Esses 30 dias não é um mês, é 30 dias. Para eu reclamar esse produto, eu tenho que ter a nota fiscal, para eu fazer valer o meu direito de 30 dias, eu tenho que pegar um documento de quando eu deixei do produto com o consumidor. Então, o código é um código em defesa da relação de consumo? É, mas ele também dá ao consumidor algumas obrigações que esse consumidor tem que ter, a guarda e o zelo da nota fiscal é do consumidor, o fornecedor não é obrigado a emitir nota fiscal, até porque alguns estabelecimentos, para emitir uma segunda via de nota fiscal, é muito mais trabalhoso para ele.

Então, o que eu falo lá no Procon de Contagem? Aí o consumidor vira e fala assim: "Eu perdi a nota". Infelizmente, já não é mais ônus de inversão... já não tem que inverter o ônus da prova para o fornecedor, é uma coisa que caberia a você ter guardado. Então, a gente tem que sempre guardar a nota fiscal para poder valer meu direito de 30 dias de reclamar, ou de 90 dias, e o fornecedor no momento que eu deixo o produto para ele, ele tem que me dar uma nota de termo de ciência que eu estou deixando aquele produto para ele, ele tem 30 dias para me devolver o produto em perfeitas condições, ou um produto novo, ou o dinheiro corrigido. O que a gente fala disso? São 30 dias, não é um mês, e cabe ao fornecedor te notificar deste prazo. Então, a gente tem consumidores de má-fé e tem consumidores de má-fé da mesma forma que a gente tem fornecedores, tem ambas as partes. O que eu oriento os fornecedores de Contagem? Manda

e-mail, manda uma mensagem por WhatsApp, manda AR para o consumidor falando que: ó, seu produto está liberado dentro do prazo de 30 dias. Porque tem consumidor, eu já tive casos [ininteligível] a empresa informou para ele que ele tinha os 30 dias e o produto já estava liberado, ele não buscou, esperou dar os 30 dias e falou assim: "Eu quero meu dinheiro de volta, eu não quero o produto mais". E o fornecedor não tinha como comprovar que tentou comunicar ele. O que a gente teve que fazer? Ele está no direito, o ônus da prova é seu de que você comunicou ele. Esse já é o ônus da prova do fornecedor, já a guardar pela nota fiscal não é um ônus que é do fornecedor guardar.

Gente, eu acho que eu fui até mais rápida, né? Acho que em dez minutos o que ia falar em meia hora, mas seria isso o que eu queria falar. Dr. Amauri foi bem claro, uma singela noção para vocês o que é o direito do consumidor. Essa é uma palestra que normalmente eu dou em uma hora, mas como [ininteligível] até questão de tempo meu também, eu dei uma pincelada bem rápida para vocês, aí estão os meus dados, o e-mail do Procon e o telefone do Procon de Contagem. Qualquer dúvida que vocês tiverem, podem entrar em contato comigo por e-mail que a gente orienta vocês. E mais uma vez eu agradeço o Dr. Amauri e ao Ministério Público a presença. Gostaria até de... para mim é muita satisfação estar aqui falando porque eu estou com várias colegas de Procons aqui, falar para quem conhece muito mais do que eu é difícil, mas é só mesmo um singelo esclarecimento dos direitos que o consumidor tem. Obrigada a todos.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE RICARDO AUGUSTO AMORIM CÉSAR: Muito bem, Dra. Rariúcha. Eu acho que foi concisa, mas o objetivo são as noções do Código de Defesa do Consumidor. Se me permite só um acréscimo que eu acho que vale a pena a gente fixar ali, é naquilo que você falou sobre a vulnerabilidade do consumidor. Existe um jurista que é o Sérgio Cavalieri, um jurista já famoso e praticamente participou desde 1990 com obras para se compreender melhor o Código de Defesa do Consumidor, ele tem belas obras sobre o Código de Defesa do Consumidor. E numa delas, eu me lembro que ele fala: "O princípio da vulnerabilidade do consumidor é a espinha dorsal de todo o sistema jurídico de defesa do consumidor". O que ele quis dizer com isso? Que todos os outros direitos, obrigação de informar, obrigação de esclarecer bem o contrato, obrigação de garantir a vida e saúde e segurança do consumidor, a obrigação de sempre educar o consumidor, nasce porque ele é a parte mais vulnerável da relação de consumo.

Então, eu sempre tento pensar assim, o consumidor é a parte mais vulnerável da relação

de consumo. Nós somos a parte mais vulnerável da relação de consumo. Então, pessoal, para quem falou, assim: ah, eu queria uma noção um pouco mais aprofundada do código, fiquem com essa noção, em caso de dúvida, você é a parte mais vulnerável da relação de consumo. Então, a probabilidade do seu direito estar sendo ofendido existe. Procure um Procon, procure um profissional. Na dúvida, não deixe para lá, sempre vá atrás, lembrando que você é a parte mais fraca da relação de consumo e isso é uma imposição ou uma presunção do próprio código, art. 4º, inciso I.

Pois bem, alguma pergunta? Podemos encerrar o evento? Então eu gostaria de lembrar antes os senhores que amanhã às 9 horas da manhã, no auditório da Associação Mineira do Ministério Público, que fica na Rua dos Timbiras, 2.928, haverá a reunião dos Procons mineiros, alguns assuntos lá serão debatidos, os Procons, literalmente, estão convocados a comparecer a essa reunião, ok? Dr. Amauri, alguma palavra?

SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Só dizer assim da minha satisfação de encontrar velhos conhecidos aqui, fazer uma saudação especial à nova diretoria do Fórum dos Procons e dizer que a reunião de amanhã será no auditório da Associação Mineira do Ministério Público, a partir das 9 horas da manhã, com os Procons municipais, porque aí é uma reunião só dos Procons municipais. E dizer da importância da lista de presença do Fórum, da reunião do Fórum dos Procons municipais de amanhã para ser encaminhada posteriormente ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. E nós estaremos com vocês na primeira hora da reunião, tá?

Agradecer à Dra. Rariúcha, agradecer a todos vocês que participaram ativamente do dia, desse dia de trabalho, a todos os colaboradores, aos parceiros e dizer que o Ministério Público está buscando construir com apoio de todos vocês. Muito obrigado, Zuleica. Muito obrigado a todos aí, ao pessoal do município de Belo Horizonte, né? A todos aí que prestigiaram também o evento conosco. Uma boa noite a todos.

[aplausos]